

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026****(Processo Administrativo nº 659/2026)****(Processo Licitatório nº 70/2026)**

TORNA-SE PÚBLICO que a **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, sediada na Rua Porto Alegre, 350 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis/SP, **REALIZARÁ LICITAÇÃO**, na **MODALIDADE PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, com **CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR GRUPO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que integram o presente ato convocatório.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) designado(a), denominado(a) Pregoeiro(a), devidamente designados(as) pelas Portarias nºs 22.776, de 18 de junho de 2025 e 22.777, de 18 de junho de 2025, e suas eventuais alterações. O servidor(a) terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

A gestão contratual será exercida pelos gestores e fiscais de contratos, devidamente designados pela Portaria nº 22.745, de 09 de junho de 2025, e suas eventuais alterações, sendo que as apurações de responsabilidade contratual que se fizerem necessárias serão conduzidas pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC, nos termos da Lei Complementar nº 262, de 04 de abril de 2024.

DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:

08h00 do dia 20/05/2026 (Horário de Brasília - DF).

DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO:	23h59 do dia 01/06/2026 (Horário de Brasília - DF).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	08h29 do dia 08/06/2026 (Horário de Brasília - DF).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	08h30 do dia 08/06/2026 (Horário de Brasília - DF).
LOCAL:	Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br
MODO DE DISPUTA:	Aberto.

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE PROJETORES INTERATIVOS, CHROMEBOOKS, NOTEBOOKS E GABINETES DE RECARGA, INCLUINDO SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em GRUPO ÚNICO, formado por 04 (quatro) itens, conforme tabela constante no item 1.1. do Termo de Referência (Anexo I), devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço POR GRUPO, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não será aplicada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (Anexo II).

2.6.1. O afastamento da reserva de cota não impede a participação de ME e EPP no certame, permanecendo plenamente garantidos todos os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, tais como o direito de preferência (empate ficto) e o prazo para regularização fiscal e trabalhista tardia, nos termos da legislação vigente.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação.

2.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.7.4.1. O impedimento de que trata o acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não possui caráter sigiloso, encontrando-se devidamente consignado no Termo de Referência (Anexo I).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica.

4.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.

4.6.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo.

4.6.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica.

4.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar.

4.6.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores.

4.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item.

5.1.2. Marca.

5.1.3. Fabricante.

5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante deverá apresentar proposta contemplando a totalidade do quantitativo do grupo, sendo vedada a oferta em quantitativo inferior.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo I), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência (Anexo II).

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$10,00(dez reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira

colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto produzido por:

6.20.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo.

6.20.2. Empresas brasileiras.

6.20.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.20.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, da legislação correlata e dos demais impedimentos previstos no item 2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça sua participação na licitação ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe.

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro poderá verificar se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis.

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

7.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

7.8.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.8.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

7.10.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor demandante.

7.15. O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.16. O Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação.

8. DA FASE DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Em relação ao consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-

financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio idôneo que assegure a veracidade das informações.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Prefeitura de Fernandópolis, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo MÍNIMO DE DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

8.12.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante.

8.12.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço eletrônico constante neste Edital.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará a licitação.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento

equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Prefeitura de Fernandópolis para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR).
- b) Disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico.
- c) Outro meio eletrônico.

12.4. O Aceite do Pedido de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

12.4.1. Referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital.

12.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

12.5. Os prazos dos itens 12.2 e 12.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato.

13.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

13.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

13.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

13.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa.

13.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

13.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

13.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito.

b) Multa.

c) Impedimento de licitar e contratar.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

13.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial da Prefeitura de Fernandópolis, as sanções administrativas previstas no ITEM 13.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato.
- b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato.
- c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.
- d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação ao Edital e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por meio eletrônico, exclusivamente por intermédio da plataforma indicada no preâmbulo deste Edital.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município de Fernandópolis, no endereço: <https://www.fernandopolis.sp.gov.br/>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.



ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO.

Fernandópolis-SP, 18 de maio de 2026.

JOAO PAULO SALES CANTARELLA
Prefeito Municipal de Fernandópolis





TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a locação de notebooks, projetores interativos, Chromebooks e gabinetes de recarga, incluindo serviços de suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 01							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	<p>LOCAÇÃO DE PROJETOR LASER INTERATIVO COM SUPORTE E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção</p> <p>CARACTERÍSTICA</p> <p>Fonte Luminosa: Deverá ser do tipo LASER;</p> <p>Tecnologia de Projeção: Deverá possuir tecnologia DLP ou 3LCD, de ultracurta distância.</p> <p>Luminosidade: Deverá possuir mínima de 4.000 lúmens certificados pela ANSI ou ISSO</p> <p>Contraste Dinâmico: Deverá ser no mínimo 2.500.000:1;</p> <p>Resolução Nativa: Dever ser no mínimo 1920x1080 pixels.</p> <p>Durabilidade da fonte luminosa de 20 000 horas, no mínimo, em modo normal;</p> <p>Projeção de Imagem: Devera suportar formato WideScreen nativo de 16:09 com suporte para 16:10 e 4:3;</p> <p>Deverá acompanhar o software de interatividade gratuito de uso ilimitado do próprio fabricante do equipamento, que forneça ferramentas de anotação.</p>	15750	UND	11	R\$ 1.624,92	R\$ 17.874,12	R\$ 214.489,44





<p>Interatividade: Deverá permitir a interatividade sobre a imagem projetada diretamente em superfície plana e rígida, através do uso de caneta interativa fornecida juntamente como o equipamento e toques com os dedos diretamente na tela, sem a necessidade de uso de produtos sensíveis de terceiros, tais como, lousa, manta ou moldura.</p> <p>Deverá permitir a interatividade em dois pontos simultâneos via caneta e até 4 pontos via toque com os dedos.</p> <p>Tamanho de Projeção: Deverá projetar imagens até 100 polegadas (diagonal) com distância máxima de 61 cm entre superfície de projeção e o projetor; possuir throw ratio (relação de tiro/zoom) máximo de 0.30:1;</p> <p>O equipamento deve atender a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances).</p> <p>Garantia on-site de no mínimo 3 anos pelo fabricante, com comprovação de centro de serviço autorizado nas principais capitais ou na localidade da contratação.</p> <p>CONECTIVIDADE</p> <p>Alimentação: Deverá ser bivolt automático 110V-220V, $\pm 10\%$, 50/60 Hz.</p> <p>Interface HDMI: Deverá possuir no mínimo 2 (duas) conexões HDMI.</p> <p>Interface VGA (saida): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão VGA (D-sub 15pin).</p> <p>Interface VGA (entrada): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão VGA (D-sub 15pin).</p> <p>Interface de áudio (saida): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RCA de áudio ou 1 (uma) conexão mini jack P2.</p>						
--	--	--	--	--	--	--





	<p>Interface de áudio (entrada): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RCA de áudio ou 1 (uma) conexão mini jack P2.</p> <p>Interface USB: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão USB tipo A e 1 (uma) conexão do tipo B.</p> <p>Conectividade Wireless: Deverá possuir conexão Wireless integrada ao equipamento, sendo aceitos adaptadores externos do mesmo fabricante.</p> <p>Interface Ethernet: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RJ45.</p> <p>Interface Serial: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RS232 (D-sub com 9 pinos).</p> <p>Possuir conexão Miracast nativa ou ser entregue com acessório externo homologado pela Anatel.</p> <p>Deverá possuir alto falante integrado com potência mínima de 10W.</p> <p>ACESSÓRIOS</p> <p>Controle Remoto: Deverá possuir controle remota.</p> <p>Cabo de Força. Deverá acompanhar cabo de energia no novo padrão NBR 14136.</p> <p>Canetas interativas: Deverá possuir no mínimo 2 (duas) canetas interativas.</p> <p>Pilhas: Deverá acompanhar as pilhas necessárias para funcionamento do controle remoto e canetas interativas.</p> <p>Suporte para fixação (da mesma marca do fabricante do projetor): Deverá acompanhar o equipamento todos os componentes para fixação em parede com regulagem de inclinação.</p> <p>Deverá suportar trava de segurança com padrão Kensington.</p>						
2	LOCAÇÃO DE COMPUTADOR PORTÁTIL EDUCACIONAL, TIPO	15750	UND	390	R\$ 163,09	R\$ 63.605,10	R\$ 763.261,20





<p>CHROMEBOOK, COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Computador portátil educacional, TIPO CHROMEBOOK, novo, de primeiro uso e em linha de fabricação.</p> <p>PLACA MÃE E PROCESSADOR: Deve possuir Processador com no mínimo 2 núcleos físicos e frequência de operação interna mínima de 2,8 GHz com memória cache de 4MB;</p> <p>SISTEMA OPERACIONAL:</p> <p>CHIPSET intel e BIOS COMPATÍVEL com Google OS. Sistema operacional Chrome OS 64 bits integrado, em PORTUGUÊS BRASIL com sistema de recovery – Suporte a atualização do Chrome OS até 2031. Suporte e instalação de aplicativos para tablets Android.</p> <p>VIDEO: Possuir placa de vídeo integrada Intel UHD Graphics com memória compartilhada com a memória principal;</p> <p>MEMÓRIA RAM: Deve ser instalado no mínimo de 4 GB de memória RAM tipo LPDDR4x de até 2933MHZ;</p> <p>PORTAS E INTERFACES:</p> <p>2x* USB 3.2 Tipo C (carregamento, ethernet, dados e vídeo)</p> <p>2x* USB 3.2 Tipo A (1x USB 3.2 Tipo A para configurações com 4G LTE integrado)</p> <p>1x Saída padrão P2/P3 de 3,5mm para fone e microfone (combo)</p> <p>1x Slot microSD card (SD/MMC), suporta cartões de até 128GB</p>						
---	--	--	--	--	--	--





<p>1x slot SIM card (para configurações com 4G LTE integrado)</p> <p>SAIDA DE VÍDEO: Via USB Tipo-C</p> <p>ARMAZENAMENTO: Capacidade de 32GB eMMC 5.1, expansível através de slot de cartão de memória MicroSD;</p> <p>TELA: 11.6" LED, resolução HD 1366 x 768 @60Hz 16:9 anti-glare;</p> <p>MULTIMIDIA: Áudio de alta definição (HD Áudio) com controladora de som integrada a placa-mãe 16Bits; Câmara frontal 720p HD integrada ao gabinete, rotacional (180°), filma e tira fotos em 720p; Microfone digital integrado; Alto falantes estéreo 2x 2w integrados.</p> <p>CONECTIVIDADE: Rede sem fio: Wireless Intel® Wi-Fi 6 AX201, IEEE 802.11 a/b/g/n/ac/ax dual band 2.4/5.0GHz 2x2, MU-MIMO + Bluetooth 5.2</p> <p>TECLADO E MOUSE: O equipamento ofertado deve possuir teclado padrão Brasil (ABNT) com tecla Ç (padrão google), com impressão permanente, resistente a derramamento acidental de líquidos, com dreno para escoamento, dispositivo de apontamento mouse tipo touchpad 2 botões, multitoques, resistente a líquidos.</p> <p>GABINETE: Cor: cinza/preto Botões: Liga/Desliga - Luz/led: indicadora de estado ligado/desligado.</p> <p>SEGURANÇA: 1x Slot para trava de segurança do tipo Kensington, Chip de criptografia H1 nativo.</p> <p>ROBUSTEZ: Gabinete com estrutura robusta, revestido com compostos polímeros de fibras de alta resistência. Resistente a quedas de até 80cm e proteção IP41 contra sólidos e líquidos.</p>						
--	--	--	--	--	--	--





<p>Sistema de dissipação de calor fanless (sem ventoinha) não emite ruído.</p> <p>PESO: Deve possuir o peso de no máximo de 1,2 kg, Dimensões: 29,0 x 2,0 x 19,8cm (Lx Ax C);</p> <p>ENERGIA: Deve possuir a fonte de alimentação com eficiência de 85% bivolt (100V–240V – 50/60Hz) 30w ou 45w Tipo-C com tecnologia fast charging (carregamento de 80% da bateria em 1 hora com o equipamento desligado) Inclui cabo de alimentação padrão NBR 14136 de 1,5m ou 1,8m.</p> <p>BATERIA: Deve possuir bateria lítio recarregável de 2 células de 47Wh (47,30Wh/6150mAh), com autonomia de 12 horas. Possui mecanismo de segurança contra sobrecarga e sobreaquecimento.</p> <p>GERENCIAMENTO</p> <p>Licença de ferramenta em nuvem capaz de realizar atualizações automáticas de softwares e drivers diretamente da internet, sem a necessidade do conhecimento específico do usuário; Software ou sistema que permita a migração da imagem do equipamento a partir de uma rede corporativa ou com conexão a internet; Ferramenta capaz de restaurar as configurações originais de fábrica do equipamento (Sistema Operacional e Aplicativos); Deve ser capaz de realizar monitoração dos equipamentos, coletando no mínimo as seguintes informações: Identificação do equipamento, controle de utilização (verificar última data de conexão) e utilização dos aplicativos;</p> <p>Deve ser capaz de criar lista de usuários com permissão de utilização no equipamento, além de criar listas de restrição a acesso a páginas na internet</p>						
---	--	--	--	--	--	--





<p>e versões do sistema operacional; Deve ser capaz de ativar e desativar de forma remota a câmera, microfone, bluetooth, unidade USB e caixa de som interna do equipamento sem interferência do usuário; Deve possuir funcionalidade de apagar todas as informações locais do usuário, configurações e estado após cada saída; Deve ser capaz de emitir relatório de notificação de dispositivos inativos; Deve ser capaz de prover o Gerenciamento de energia na tela de login, reinicialização agendada e encerramento do equipamento; Deve ser capaz de gerenciar as impressoras em nuvem, o fuso horário e a lista de permissões de dispositivos USB removíveis; Deve possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas um aplicativo (modo quiosque) e informar por e-mail os alertas de alteração de status do dispositivo, não permitindo a utilização deste para qualquer outra atividade; Deve possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas o domínio educacional implantado e todos os equipamentos deverão ser entregues já provisionados para o domínio educacional; Deve possuir mecanismo de segurança capaz de bloquear todas as funções do equipamento remotamente e emitir uma mensagem com instruções de devolução do dispositivo desativado, caso contrário este equipamento ficará com uso restrito indefinidamente; Dashboard de acompanhamento da evolução da implantação dos equipamentos nas escolas, onde os dados devem vir da console de gerenciamento do GOOGLE WORKSPACE for Education onde apresente no mínimo o número de equipamentos provisionados, histórico de provisionamento, quantidade de equipamentos ativos por escola, número de usuários que utilizaram os equipamentos por escola, relação de</p>						
---	--	--	--	--	--	--





	equipamentos por último local de utilização e relação de equipamentos por número de série sem utilização nos últimos 30 dias por escola. Ao usuário logar na sifi identificar o georreferenciamento do equipamento. O carregamento desses dados é realizado de forma automática e apresentando informações desprezando no máximo dia menos 2.						
3	<p>LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO TIPO NOTEBOOK COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção.</p> <p>PLACA MÃE E PROCESSADOR</p> <p>Deve possuir frequência de operação interna mínima de 1,3 GHz com no mínimo 10 núcleos físicos;</p> <p>Deve possuir o processador gráfico integrado;</p> <p>CHIPSET</p> <p>Caso tenha, deverá possuir o CHIPSET do mesmo fabricante do processador do equipamento;</p> <p>VIDEO</p> <p>Deve possuir no mínimo placa de vídeo integrada com memória podendo ser compartilhada com a memória principal ou dedicada caso a placa de vídeo seja off board;</p> <p>MEMÓRIA</p> <p>Deve ser instalado na mínimo com 16 GB de memória RAM, DDR4 ou superior, velocidade (frequência) 3.200 MHz ou superior;</p> <p>PORTAS E INTERFACES</p> <p>Deve possuir salda para conexão de vídeo no padrão HDMI e USB tipo C, não sendo aceita soluções através de adaptadores:</p>	15750	UND	13	R\$ 218,63	R\$ 2.842,19	R\$ 34.106,28





<p>Deve possuir no mínimo, 02 (duas) portas USB tipo A;</p> <p>DISCO RÍGIDO</p> <p>Deve possuir 01 (uma) unidade de armazenamento tipo SSD NVMe™ no mínimo 512 Gb;</p> <p>TELA</p> <p>Deve possuir a tela com tecnologia HD LED, colorida, tamanho mínimo de 15,6 polegadas, resolução de 1920 x 1080 ou superior,</p> <p>Deverá possuir o Vídeo Integrado, Webcam integrada ao gabinete com resolução mínima HD 720p,</p> <p>COMUNICAÇÕES</p> <p>Deve possuir Adaptador Wireless integrado 802.11 ac permitindo conexão WiFi em 2.4GHz e 5GHz;</p> <p>Deverá possuir conexão Bluetooth 5;</p> <p>MULTIMÍDIA</p> <p>Deve possuir no mínimo 02 (dois) alto falantes internos;</p> <p>Deve possuir saída para fone de ouvido e entrada para microfone (podendo ser combo);</p> <p>DISPOSITIVO PADRÃO</p> <p>Deve possuir o teclado em português (Brasil), Dispositivo de apontamento sensível ao toque (touchpad) com suporte à função multitoques;</p> <p>GABINETE</p> <p>O gabinete deve ser nas cores branco, preto ou prata,</p> <p>ENERGIA</p> <p>Deve possuir a fonte sendo bivolt (100V-240V) projetada para suportar o equipamento;</p> <p>SISTEMAS OPERACIONAIS</p>						
--	--	--	--	--	--	--





	<p>O equipamento deve vir instalado com sistema operacional MS Windows 11 Pro.</p> <p>CERTIFICAÇÕES E SEGURANÇA</p> <p>O modelo ofertado deve possuir certificado da ANATEL e FCC;</p> <p>Todos os opcionais deverão ser homologados pelo fabricante do equipamento;</p>						
4	<p>LOCAÇÃO DE GABINETE DE RECARGA COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção.</p> <p>CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO</p> <p>Deve possuir capacidade para armazenamento de, no mínimo trinta e seis (36) Chromebooks posicionados em compartimentos/balas verticais, com acesso exclusivo pela porta frontal;</p> <p>Deve possuir bandeja interna ou compartimento para armazenamento de ponto de acesso wifi, notebook e acessórios;</p> <p>CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS E FÍSICAS DO GABINETE</p> <p>O gabinete deve ser construído em chapa de aço carbono com espessura mínima de 0,90 mm e/ou chapa de material não metálico resistente e antichamas;</p> <p>Deve possuir bandejas horizontais internas construídas em chapa de aço carbono de no mínimo 0,70 mm de espessura e/ou chapa de material não metálico resistente e antichamas, com total de no mínimo trinta e seis posições/baixas vertical;</p> <p>Deve possuir bandejas e/ou compartimentos internos exclusivos para organização e armazenamento das</p>	15750	UND	13	R\$ 401,19	R\$ 5.215,47	R\$ 62.585,64





<p>fontes de alimentação dos chromebooks;</p> <p>O gabinete deve possuir no mínimo uma porta frontal e uma porta traseira, com sistema de dobradiças, construídas com chapa de aço carbono de espessura mínima de 0,90 mm e/ou chapa de material não metálico resistente, com aberturas/orifícios para melhorar a troca térmica interna;</p> <p>As portas e gaveta devem ter sistema de fechamento com ponto de travamento, com chaves;</p> <p>Deve incluir dois (2) pares de chaves:</p> <p>Os painéis laterais do gabinete devem ser construídos em peça inteira, encaixados/fixados internamente para evitar sua desmontagem pelo lado externo;</p> <p>Deve possuir acabamento de chapas e demais componentes metálicos em pintura eletrostática, resistente a riscos e a corrosão nas cores branca e/ou preta;</p> <p>Deve possuir quatro (4) rodízios emborrachados de no mínimo três polegadas de diâmetro para permitir a fácil movimentação do gabinete entre ambientes, com trava em pelo menos dois rodízios,</p> <p>Deve possuir dimensões externas máximas (aproximadas): 850mm x 1050 mm x 600 mm (largura x altura x profundidade) sendo aceita uma tolerância de 10% nas dimensões;</p> <p>Deve possuir no mínimo um puxador/alça lateral para facilitar o manuseio e deslocamento do gabinete.</p> <p>CARACTERÍSTICAS SISTEMA DE CARREGAMENTO</p> <p>Deve possuir sistema eletrônico modular de recarga para proporcionar alimentação simultânea dos equipamentos armazenados com indicadores do tipo LED ou similar para</p>						
--	--	--	--	--	--	--





<p>permitir visualização e acompanhamento do processo de recarga;</p> <p>O sistema de recarga deve ser instalado de modo independente das réguas de tomadas para permitir a sua retirada e substituição em poucos minutos, garantindo continuidade do funcionamento do gabinete eliminando a necessidade de envio do equipamento completo para manutenção externa.</p> <p>As réguas de tomadas devem ter instalação independente / separada, para facilitar substituição em caso de manutenção:</p> <p>CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA ELÉTRICO</p> <p>Deve possuir réguas de tomadas internas, com no mínimo 36 posições, tipo 2P+ T, em conformidade com a norma NBR14136, padrão 10ª;</p> <p>Deve possuir réguas com espaçamento mínimo de 30 mm entre as tomadas, suficiente para a ligação das fontes de alimentação dos chromebooks armazenados nos compartimentos vertical;</p> <p>Deve possuir régua de tomada adicional externa, com no mínimo duas posições, tipo 2P+T padrão 10A em conformidade com a norma NBR14136, energizada continuamente, para alimentação de equipamentos tais como: ponto de acesso wifi, notebook, projetor multimídia e acessórios;</p> <p>O acesso ao interruptor principal L/D e às réguas de tomadas deve ser feito pela porta dianteira e/ou traseira do gabinete, para evitar que pessoas não autorizadas possam desativar o sistema de recarga e/ou desconectar as fontes dos chromebooks;</p> <p>Deve possuir sistema de proteção elétrica integrada ao módulo central, composto de disjuntor rápido de no</p>						
---	--	--	--	--	--	--





<p>mínimo 15A e IDR (interruptor diferencial residual) com sensibilidade de 30mA contra surtos de tensão da rede e choque elétrico;</p> <p>Deve possuir calhas e/ou dutos para passagem interna de todos os cabos e fiação elétrica, garantindo segurança e proteção aos usuários;</p> <p>SISTEMA DE VENTILAÇÃO</p> <p>Deve possuir sistema de exaustão composto por aberturas / orifícios na estrutura do gabinete e no mínimo dois ventiladores / exaustores, para retirada do ar quente do interior do gabinete e manutenção da temperatura dos equipamentos em condições ideais de trabalho;</p> <p>CERTIFICAÇÕES E SEGURANÇA</p> <p>ABNT NBR 08094:1983 (Esta Norma prescreve o método para execução de ensaios de exposição à nevoa salina, em materiais metálicos revestidos e não revestidos).</p> <p>ABNT NBR ISO 4628-3: 2015 (Grau de deformação em temperaturas).</p> <p>ISPR 22 (níveis de emissões eletromagnéticas).</p> <p>CISPR 24 (Imunidade a distúrbios eletromagnéticos).</p> <p>GERAL</p> <p>Deve possuir a alimentação elétrica através de um único cabo de alimentação com no mínimo 3m de comprimento e plugue tipo 2P+T padrão NRB14136, utilizando uma tomada comum na parede, sem necessidade de tomada especial ou modificação na infraestrutura elétrica. Porta cabo e/ou compartimento próprio para acondicionamento do cabo de alimentação;</p>						
--	--	--	--	--	--	--





Deve possuir opção para instalação de conector tipo RJ45, para conexão à internet e redes Ethernet/LAN;							
Deve possuir alimentação: bivolt 110 V- 240 V com chaveamento automático;							
Deve ter peso máximo (vazio): 65 Kg							

1.1.1 Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam no Estudo Técnico Preliminar anexo.

1.2 Classificação do Objeto

1.2.1 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar anexo.

1.3 Classificação do Objeto Quanto ao Modelo de Execução

1.3.1 O serviço é enquadrado como serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra.

1.4 Prazo de Vigência

1.4.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, com início na data da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.2 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO NA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.1. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 conforme Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

Processo nº 069.12021.14. Assinado por 1 pessoa: JOAO OTAVIANO PASSELEIS CANTINARIEM@ALHAES Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/96330226362AE4E4F0399E6AF5657631B753





4.1.1 A presente contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas de gestão pública. Entre os principais aspectos, destacam-se:

- Eficiência energética: priorização de equipamentos com baixo consumo de energia, como Chromebooks e projetores interativos, que apresentam desempenho adequado com menor impacto ambiental.
- Gestão de resíduos eletrônicos: a contratada deverá adotar práticas de descarte e reciclagem de componentes e baterias, conforme normas ambientais aplicáveis.
- Durabilidade e manutenção preventiva: utilização de equipamentos com maior vida útil e menor necessidade de substituição, reduzindo geração de resíduos e custos futuros.
- Uso racional de recursos: incentivo à digitalização de processos pedagógicos, reduzindo o consumo de papel e insumos físicos.
- Responsabilidade social: capacitação em inclusão digital voltada para professores e alunos, promovendo equidade no acesso às tecnologias educacionais.
- Gestão sustentável do parque tecnológico: padronização dos equipamentos (Chromebooks) para facilitar manutenção, reduzir custos operacionais e otimizar recursos públicos.

4.2 Subcontratação

4.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Garantia da Contratação

4.3.1 Será exigida da contratada a prestação de garantia de contratação, nos termos dos arts. 96 a 101 da Lei nº 14.133/2021, com vigência durante todo o período de execução contratual e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.

4.3.2. A contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, conforme legislação aplicável.
- II – Seguro-garantia, inclusive nas modalidades admitidas pela legislação vigente.
- III – Fiança bancária.
- IV – Título de capitalização, observado o disposto na regulamentação pertinente.

4.3.3. O valor da garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, devendo ser apresentada no prazo fixado pela Administração após a assinatura do contrato.





4.3.4. A não apresentação da garantia no prazo estabelecido caracteriza descumprimento contratual, ensejando a aplicação das penalidades cabíveis e podendo impedir o início da execução.

4.4 Indicação de Marca

Para esta contratação NÃO SERÁ INDICADA MARCA ESPECÍFICA, porquanto a utilização de marcas, modelos ou tipos específicos não se enquadra nas hipóteses de excepcionalidade previstas no Art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021, garantindo a ampla competitividade do certame

4.5 Instalação, Suporte E Manutenção

4.5.1 Fazem parte da prestação de serviços todas as instalações, manutenção preventiva e corretiva e configurações necessárias para o perfeito funcionamento do objeto proposto.

4.5.2 A licitante contratada deverá:

a) Efetuar a instalação e ativação de toda a solução proposta, e efetuar a manutenção e suporte em todos os equipamentos, projetores interativos, Chromebooks, notebooks e gabinetes de recarga do parque da Secretaria de Educação.

b) Fornecer capacitação aos servidores da Administração que farão uso dos equipamentos objeto da presente contratação, garantindo a adequada utilização, operação e aproveitamento das funcionalidades disponibilizadas.

c) Os computadores portáteis educacionais, do tipo Chromebook, deverão possuir licença Chrome Education Upgrade (CEU), compatível com os equipamentos fornecidos, cabendo à Administração realizar o cadastro na plataforma Google for Education para posterior vinculação e ativação das licenças nos equipamentos, sendo essa etapa executada pela empresa contratada

d) A empresa prestará auxílio à administração quanto ao cadastro na plataforma Google for Education.

e) Apresentar um cronograma de serviços descrevendo detalhadamente as etapas e datas de execuções estimadas, considerando o prazo máximo para finalização em cada etapa de até 30 (trinta) dias corridos após a autorização formal da Prefeitura para início dos serviços.

f) O período de disponibilidade para os serviços nas secretarias deverá abranger o horário comercial de segunda a sexta-feira (das 08:00 às 17:00 horas). Excepcionalmente, mediante solicitação prévia, poderão ser realizadas atividades após o horário estipulado.

g) Durante a vigência do contrato, o suporte e a manutenção dos hardwares locados será de responsabilidade da Contratada, cobrindo-se a manutenção de qualquer reparo que possa ocorrer, não se podendo ultrapassar dentro do horário comercial, o limite de 8 (oito) horas para atendimento e 24 (vinte e quatro) horas para o reparo do problema, a partir da abertura do chamado.





Deve ser considerado como horário comercial o período das 8 às 17:00 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados.

h) Em caso de identificação de problemas generalizados de hardware locado, tais como defeitos de fabricação e incompatibilidade de "drivers", a Contratada deverá providenciar a correção do problema em até 3 (três) dias úteis a partir da data do registro da ocorrência, ou substituição de todos os equipamentos relacionados ao problema em até 15 (quinze) dias a partir da data do registro da ocorrência.

i) Caso algum equipamento locado apresente reincidência de problemas, ou seja, três vezes o mesmo defeito, a Contratante poderá exigir sua substituição, que deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias a partir da data do registro da segunda ocorrência. O período para caracterização de reincidência de problema é de até 2 (dois) meses a partir da primeira manutenção.

4.6 Central De Atendimento

a) A contratada deverá disponibilizar uma central de atendimento de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados, no período de 08h00min até 17h00min.

b) A central de atendimento será responsável pela abertura de chamados de solicitações e suporte técnico.

c) Deverão estar disponíveis as seguintes formas de abertura de chamado: Telefone local ou gratuito (0800 ou similar), ou página de Internet, ou e-mail.

d) Para cada atendimento deverá ser fornecido um número de protocolo para acompanhamento do chamado. A central de atendimento será responsável pelo acionamento de técnicos de campo para solução de problemas técnicos, quando necessário.

e) A central de atendimento também será utilizada para a formalização de devoluções de equipamentos, a partir de quando o pagamento da locação será interrompido, independentemente da efetivação da retirada pelo fornecedor.

4.7 Requisitos Técnicos e Operacionais:

- a) A solução deverá compreender o fornecimento, por meio de locação, de equipamentos tecnológicos destinados ao uso educacional, tais como o Chromebook, notebooks, projetores interativos, bem como demais dispositivos necessários ao pleno funcionamento de sistema interativo de ensino;
- b) Os equipamentos deverão ser novos em perfeito estado de funcionamento, compatíveis com ambientes escolares, possuir configuração mínima adequada às atividades pedagógicas digitais e atender às normas técnicas e de segurança vigentes;





- c) No item 02, computador portátil educacional tipo Chromebook, deverá incluir a licença CEU (Chrome Education Upgrade), compatível com o equipamento fornecido, permitir controle de acesso por perfis (gestores, professores e alunos) e possibilitar a utilização simultânea em diferentes unidades escolares;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Execução

5.1.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) Será encaminhado para a empresa juntamente com o pedido de empenho uma relação dos locais que vão utilizar os serviços com o nome da unidade e o endereço para que a entrega seja feita.

b) Após a solicitação, o fornecedor terá até 60 (sessenta) dias para concluir a entrega no local indicado.

c) É de responsabilidade da empresa contratada efetuar a instalação de todos os equipamentos e softwares nos locais indicados pela Secretaria de Educação, bem como se responsabilizar por toda e qualquer manutenção deles, sem custos adicionais ao município, inclusive troca de peças e/ou troca do equipamento quando necessário.

d) Após a entrega/instalação, a empresa contratada deverá efetuar o **treinamento dos servidores**, nas dependências da unidade escolar, em data e horário a ser definido de comum acordo com a Contratante.

Local da Prestação dos Serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas unidades e endereços apresentados a seguir:

ORDEM	UNIDADE/ESCOLA	ENDEREÇO	PROJETORES	CHROMEBOOK	NOTEBOOKS	GABINETE DE RECARGA
1	EMEF "ANTONIO MAURICIO"	Av. Getúlio Vargas, 351 - São Judas Tadeu.	1	30	1	1
2	EMEF "DR ALBERTO SENRA"	Rua Antônio Fantini, 254 - Jardim Ipanema	1	30	1	1
3	EMEF "CEL.FRANCISCO ARNALDO DA SILVA"	Avenida Milton Terra Verdi, 732, Jardim América	1	60	2	2





4	EMEF "PROF. IVONETE AMARAL DA SILVA ROSA"	Avenida Presidente Castelo Branco, 1081, Coester	1	60	2	2
5	EMEF "JOÃO GARCIA ANDREO"	Rua Francisco Arnaldo da Silva, 668, Bela Vista	1	30	1	1
6	EMEF "JOSÉ GASPAS RUAS"	Rua Adelfo Quaioti, 476, Jardim Rosa Amarela	1	30	1	1
7	EMEF "JOSÉ ZANTEDESCHI"	Rua Aldo Livorati, 3555, Jardim Residencial Benez	1	30	1	1
8	EMEF "KOEI ARAKAKI"	Avenida Rubens Padilha Meato, 783, Jardim Paraíso	1	60	2	2
9	EMEFA "MELVIN JONES"	Avenida Litério Grecco, 300, Vila São Bernardo	1	30	1	1
10	EMEF "PEDRO MALAVAZZI"	Rua Reinaldo Bertolini, 300, Cohab Antonio Brandini	1	30	1	1
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Rua Porto Alegre, nº 350, Jardim Santa Rita	1	0	0	0
SUBTOTAL			11	390	13	13

5.4 Garantia do Serviço

5.4.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC.





6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.





7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no COMPRAS.GOV.BR serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou





parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3(três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. O prazo de validade.

8.11.2. A data da emissão.

8.11.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.

8.11.4. O período respectivo de execução do contrato.

8.11.5. O valor a pagar.

8.11.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

8.14. A Administração deverá realizar consulta para:

8.14.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

8.14.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Setor Demandante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação de habilitação.

Prazo de Pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

Forma de Pagamento

8.21. Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento





9.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

9.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.





9.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.16. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.17. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.20. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão Negativa de falência (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.21.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.21. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;





9.21.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.21.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.21.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.22. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.23. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

9.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.





9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 1.074.442,56 (um milhão, setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação, relativas ao exercício financeiro de 2026, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Fernandópolis, sob a dotação orçamentária própria já prevista para esta contratação.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Fernandópolis-SP, 08 de maio de 2026.

VALDETE APARECIDA ZANINI MAGALHÃES

Secretário Municipal de Educação





MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDÓPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

1638C402CABF477799E64FE057401B56

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: VALDETE APARECIDA ZANINI MAGALHAES em 14/05/2026 10:50:09

CPF:***.***-348-06

Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/1638C402CABF477799E64FE057401B56>



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar visa fundamentar a Contratação de empresa especializada para a Locação de projetores interativos, Chromebooks, notebooks e gabinetes de recarga, incluindo serviços de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Problema a ser resolvido sob a perspectiva do Interesse Público

A inclusão de tecnologias digitais à prática pedagógica tornou-se um requisito fundamental para a consolidação de uma educação alinhada às demandas contemporâneas e às competências previstas nas políticas educacionais nacionais. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Educação de Fernandópolis vem avançando na implementação do componente curricular, de inclusão digital, em todas as etapas do Ensino Fundamental, o que exige a disponibilização de dispositivos adequados para o desenvolvimento das atividades propostas.

Recentemente, o Conselho Nacional de Educação instituiu a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, (documento em anexo), que define as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e sobre a integração curricular da educação digital e midiática. A norma autoriza o uso pedagógico de dispositivos digitais, especialmente para o ensino fundamental, desde que mediado por profissionais da educação, vedando seu uso em contextos não pedagógicos. Além disso, orienta que o uso em etapas iniciais seja equilibrado e conduzido com cautela, resguardando o desenvolvimento de outras habilidades.

Com base na Resolução CNE/CEB nº 2/2025 e no Parecer CNE/CEB nº 2/2022, apresenta-se a seguir a fundamentação técnica que justifica a necessidade de locação de notebooks, projetores interativos, Chromebooks e gabinetes de recarga, em conformidade com as diretrizes normativas vigentes e com o compromisso municipal de promover uma educação digital de qualidade:

- A locação dos projetores interativos possibilita a apresentação e manipulação coletiva de conteúdos digitais, com mediação dos profissionais da educação, possibilitando a utilização de conteúdos digitais, recursos multimídia e metodologias ativas de aprendizagem, promovendo maior interação, participação e desenvolvimento das competências digitais dos estudantes.;
- A locação dos notebooks assegura aos docentes condições técnicas adequadas ao planejamento e execução das atividades pedagógicas;



- A locação dos gabinetes de recarga garante armazenamento seguro, recarga simultânea e gestão eficiente dos equipamentos.

- Por fim, a locação dos Chromebook constitui medida apta a assegurar aos alunos o desenvolvimento pleno de competências digitais, em conformidade com as diretrizes nacionais de educação digital estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 02/2025, do Conselho Nacional de Educação. Os Chromebooks são dotados de sistema operacional leve e otimizado, configurando solução tecnológica robusta, segura e de fácil gerenciamento no ambiente escolar. Tal dispositivo apresenta integração nativa com a plataforma Google Workspace for Education, amplamente utilizada nas unidades de ensino, reunindo em ambiente único ferramentas como sala de aula virtual, criação e edição de documentos, armazenamento em nuvem e comunicação institucional, disponíveis desde o primeiro acesso. Com a licença CEU (Chrome Education Upgrade) permite-se que a gestão dos equipamentos possa ser realizada de forma remota, por meio de painel centralizado de administração, possibilitando o controle de usuários, aplicativos e conteúdos autorizados, o que garante maior segurança e conformidade com as políticas pedagógicas da rede municipal. Além disso, o sistema operacional conta com mecanismos de segurança integrados, atualizações automáticas e proteção contínua contra ameaças digitais, reduzindo a necessidade de intervenções técnicas frequentes. Ademais, os dispositivos apresentam estabilidade no uso cotidiano, minimizando interrupções durante as atividades escolares e evitando prejuízo ao tempo pedagógico.

Diante do exposto, investir nesses equipamentos tecnológicos representa um avanço estratégico e pedagógico, assegurando aos alunos da rede municipal de ensino a efetiva inclusão digital nas salas de aula, em conformidade com o Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e da Resolução CNE/CEB nº 2/2025.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente demanda não foi prevista inicialmente no Plano de Contratações Anual de 2026, tendo em vista que, à época de sua elaboração, ainda não havia definição institucional acerca da implantação do Projeto de Tecnologia Educacional voltado às unidades de Ensino Fundamental da Rede Municipal.

A necessidade surgiu posteriormente, em razão da publicação de normativas relacionadas à implementação da educação digital e da BNCC Computação, bem como do amadurecimento das análises técnicas, pedagógicas, operacionais e orçamentárias necessárias à definição da solução.





Após a formalização da demanda pela Secretaria Municipal de Educação, verificou-se, ainda, a necessidade de adequação da infraestrutura tecnológica das unidades escolares para viabilizar a implantação da solução pretendida.

Dessa forma, trata-se de demanda superveniente, devidamente motivada e alinhada às atuais diretrizes educacionais.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras

Em atenção ao dever de padronização e otimização das especificações técnicas, A CONTRATAÇÃO OBSERVARÁ O CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para os itens e códigos apresentados na tabela no tópico 4 deste Estudo Técnico Preliminar

Havendo divergência entre a descrição dos serviços do catálogo eletrônico de padronização disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação em Serviços Públicos e o descritivo contante neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), DEVERÁ prevalecer o descritivo do ETP.

Natureza do Serviço

Certifica-se que ESTE OBJETO SE TRATA DE SERVIÇO COMUM, pois é um serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado e é utilizado amplamente por outros órgãos da Administração Pública, não se caracterizando como serviço de natureza singular.

Exigência de Prova de Conceito

Para esta contratação NÃO SERÁ EXIGIDA PROVA DE CONCEITO, uma vez que a Qualificação Técnica exigida do licitante e as especificações de resultado que constarão no Termo de Referência (TR) já são suficientes para garantir a capacidade de execução do serviço.

Participação de Pessoas Físicas

Em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição, e considerando a natureza de Serviço Contínuo desta contratação, A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NESTE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO NÃO SERÁ ADMITIDA, tendo em conta que a execução do contrato exige capacidade técnica, logística, capital de giro e a capacidade de garantir o resultado com substituição rápida e estruturada de recursos (pessoal ou material), o que





pressupõe uma organização empresarial estável e contínua. Desta forma, a vedação da Pessoa Física é necessária para assegurar a segurança jurídica e a economicidade da contratação, garantindo que o fornecedor possua a estrutura mínima para arcar com todas as obrigações de execução e garantia do serviço.

Garantia de Participação (Garantia de Proposta)

Para esta contratação NÃO SERÁ EXIGIDA a prestação de Garantia de Participação (Garantia de Proposta), conforme a faculdade prevista no Art. 96, § 1º. Esta decisão se justifica pela busca pela ampla competitividade no certame, incentivando a participação de MEs e EPPs, o que maximiza a chance de obtenção da proposta mais vantajosa (menor preço) e evita a imposição de um ônus operacional e financeiro desnecessário aos licitantes.

Exigências de Qualificação Técnica

Para a presente contratação, NÃO SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL do licitante, sob a justificativa de que o objeto consiste em serviço de baixo valor e risco, cujos padrões de desempenho e qualidade são aferidos integralmente pela Equipe de Fiscalização do Contrato, tornando a comprovação de experiência operacional prévia (Atestados) desnecessária e restritiva, e garantindo a ampla competitividade do certame.

Requisitos Técnicos e Operacionais:

- a) A solução deverá compreender o fornecimento, por meio de locação, de equipamentos tecnológicos destinados ao uso educacional, tais como o Chromebook, notebooks, projetores interativos, bem como demais dispositivos necessários ao pleno funcionamento de sistema interativo de ensino;
- b) Os equipamentos deverão ser novos em perfeito estado de funcionamento, compatíveis com ambientes escolares, possuir configuração mínima adequada às atividades pedagógicas digitais e atender às normas técnicas e de segurança vigentes;
- c) No item 02, computador portátil educacional tipo Chromebook, deverá incluir a licença CEU (Chrome Education Upgrade), compatível com o equipamento fornecido, permitir controle de acesso por perfis (gestores, professores e alunos) e possibilitar a utilização simultânea em diferentes unidades escolares;

Exigência de Análise por Equipe Técnica Especializada

Para esta contratação de serviço por resultado NÃO SERÁ EXIGIDA A ANÁLISE PRÉVIA DA PROPOSTA POR EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA na sessão pública, pois os padrões de desempenho e qualidade são amplamente conhecidos (serviço comum), e a sua



conformidade pode ser verificada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro com base nas especificações usuais de mercado e no Termo de Referência.

Vistoria

A realização de vistoria prévia não será exigida, pois foi constatado que as especificações contidas no Termo de Referência (a ser elaborado) são suficientes para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do serviço, não havendo risco de elaboração de propostas inexequíveis devido à falta de conhecimento do local.

Exigência de Instalação de Escritório na Localidade

Para esta contratação não será exigida a instalação de escritório ou base operacional no município de Fernandópolis/SP. Esta decisão se baseia no entendimento de que o deslocamento pode ser feito de cidades próximas sem prejuízo à execução, e que a exigência de escritório seria restritiva à competitividade do certame.

Garantia do Serviço

As garantias dos serviços prestados serão aquelas que constam no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), aplicando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias para serviços não duráveis e 90 (noventa) dias para serviços duráveis, não havendo necessidade técnica ou econômica que justifique a exigência de garantia contratual adicional para este objeto.

Garantia da Contratação

Será exigida a Garantia de Execução Contratual (prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021) para esta contratação.

Subcontratação

Para esta contratação NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO, em razão da natureza do serviço e da necessidade de controle integral e direto da Administração sobre o resultado.

Indicação de Marca

Para esta contratação NÃO SERÁ INDICADA MARCA ESPECÍFICA, porquanto a utilização de marcas, modelos ou tipos específicos não se enquadra nas hipóteses de excepcionalidade previstas no Art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021, garantindo a ampla competitividade do certame.

Instalação, Suporte E Manutenção

Fazem parte da prestação de serviços todas as instalações, manutenção preventiva e corretiva e configurações necessárias para o perfeito funcionamento do objeto proposto.

A licitante contratada deverá:



a) Efetuar a instalação e ativação de toda a solução proposta, e efetuar a manutenção e suporte em todos os equipamentos, projetores interativos, Chromebooks, notebooks e gabinetes de recarga do parque da Secretaria de Educação.

b) Fornecer capacitação aos servidores da Administração que farão uso dos equipamentos objeto da presente contratação, garantindo a adequada utilização, operação e aproveitamento das funcionalidades disponibilizadas.

c) Os computadores portáteis educacionais, do tipo Chromebook, deverão possuir licença Chrome Education Upgrade (CEU), compatível com os equipamentos fornecidos, cabendo à Administração realizar o cadastro na plataforma Google for Education para posterior vinculação e ativação das licenças nos equipamentos, sendo essa etapa (vinculação e ativação da licença) executada pela empresa contratada.

d) A empresa prestará auxílio à administração quanto ao cadastro na plataforma Google for Education.

e) Apresentar um cronograma de serviços descrevendo detalhadamente as etapas e datas de execuções estimadas, considerando o prazo máximo para finalização em cada etapa de até 30 (trinta) dias corridos após a autorização formal da Prefeitura para início dos serviços.

f) O período de disponibilidade para os serviços nas secretarias deverá abranger o horário comercial de segunda a sexta-feira (das 08:00 às 17:00 horas). Excepcionalmente, mediante solicitação prévia, poderão ser realizadas atividades após o horário estipulado.

g) Durante a vigência do contrato, o suporte e a manutenção dos hardwares locados será de responsabilidade da Contratada, cobrindo-se a manutenção de qualquer reparo que possa ocorrer, não se podendo ultrapassar dentro do horário comercial, o limite de 8 (oito) horas para atendimento e 24 (vinte e quatro) horas para o reparo do problema, a partir da abertura do chamado. Deve ser considerado como horário comercial o período das 8 às 17:00 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados.

h) Em caso de identificação de problemas generalizados de hardware locado, tais como defeitos de fabricação e incompatibilidade de "drivers", a Contratada deverá providenciar a correção do problema em até 3 (três) dias úteis a partir da data do registro da ocorrência, ou substituição de todos os equipamentos relacionados ao problema em até 15 (quinze) dias a partir da data do registro da ocorrência.

i) Caso algum equipamento locado apresente reincidência de problemas, ou seja, três vezes o mesmo defeito, a Contratante poderá exigir sua substituição, que deverá ocorrer



em até 15 (quinze) dias a partir da data do registro da segunda ocorrência. O período para caracterização de reincidência de problema é de até 2 (dois) meses a partir da primeira manutenção.

Central De Atendimento

a) A contratada deverá disponibilizar uma central de atendimento de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados, no período de 08h00min até 17h00min.

b) A central de atendimento será responsável pela abertura de chamados de solicitações e suporte técnico.

c) Deverão estar disponíveis as seguintes formas de abertura de chamado: Telefone local ou gratuito (0800 ou similar), ou página de Internet, ou e-mail.

d) Para cada atendimento deverá ser fornecido um número de protocolo para acompanhamento do chamado. A central de atendimento será responsável pelo acionamento de técnicos de campo para solução de problemas técnicos, quando necessário.

e) A central de atendimento também será utilizada para a formalização de devoluções de equipamentos, a partir de quando o pagamento da locação será interrompido, independentemente da efetivação da retirada pelo fornecedor.

Vigência Contratual e Prorrogações

A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Considerando que o objeto desta licitação se enquadra na definição legal de Serviço Contínuo, a Administração prevê a possibilidade de prorrogação sucessiva por períodos anuais (de 12 em 12 meses), podendo se estender pelo prazo máximo de 10 (dez) anos (decenal), conforme estabelece o Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

A estimativa das quantidades necessárias para a presente contratação está detalhada na tabela a seguir. O quantitativo refere-se ao número de ciclos mensais de serviço completo (unidade de resultado recorrente) a ser entregue durante a vigência do contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL
1	LOCAÇÃO DE PROJETOR LASER INTERATIVO COM SUPORTE E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.	15750	SERVIÇO	11



<p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção</p> <p>CARACTERÍSTICA</p> <p>Fonte Luminosa: Deverá ser do tipo LASER;</p> <p>Tecnologia de Projeção: Deverá possuir tecnologia DLP ou 3LCD, de ultracurta distância.</p> <p>Luminosidade: Deverá possuir mínima de 4.000 lúmens certificados pela ANSI ou ISSO</p> <p>Contraste Dinâmico: Deverá ser no mínimo 2.500.000:1;</p> <p>Resolução Nativa: Dever ser no mínimo 1920x1080 pixels.</p> <p>Durabilidade da fonte luminosa de 20 000 horas, no mínimo, em modo normal;</p> <p>Projeção de Imagem: Devera suportar formato WideScreen nativo de 16:09 com suporte para 16:10 e 4:3;</p> <p>Deverá acompanhar o software de interatividade gratuito de uso ilimitado do próprio fabricante do equipamento, que forneça ferramentas de anotação.</p> <p>Interatividade: Deverá permitir a interatividade sobre a imagem projetada diretamente em superfície plana e rígida, através do uso de caneta interativa fornecida juntamente como o equipamento e toques com os dedos diretamente na tela, sem a necessidade de uso de produtos sensíveis de terceiros, tais como, lousa, manta ou moldura.</p> <p>Deverá permitir a interatividade em dois pontos simultâneos via caneta e até 4 pontos via toque com os dedos.</p> <p>Tamanho de Projeção: Deverá projetar imagens até 100 polegadas (diagonal) com distância máxima de 61 cm entre superfície de projeção e o projetor; possuir throw ratio (relação de tiro/zoom) máximo de 0.30:1;</p> <p>O equipamento deve atender a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances).</p> <p>Garantia on-site de no mínimo 3 anos pelo fabricante, com comprovação de centro de serviço</p>			
--	--	--	--





	<p>autorizado nas principais capitais ou na localidade da contratação.</p> <p>CONECTIVIDADE</p> <p>Alimentação: Deverá ser bivolt automático 110V-220V, $\pm 10\%$, 50/60 Hz.</p> <p>Interface HDMI: Deverá possuir no mínimo 2 (duas) conexões HDMI.</p> <p>Interface VGA (saida): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão VGA (D-sub 15pin).</p> <p>Interface VGA (entrada): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão VGA (D-sub 15pin).</p> <p>Interface de áudio (saida): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RCA de áudio ou 1 (uma) conexão mini jack P2.</p> <p>Interface de áudio (entrada): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RCA de áudio ou 1 (uma) conexão mini jack P2.</p> <p>Interface USB: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão USB tipo A e 1 (uma) conexão do tipo B.</p> <p>Conectividade Wireless: Deverá possuir conexão Wireless integrada ao equipamento, sendo aceitos adaptadores externos do mesmo fabricante.</p> <p>Interface Ethernet: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RJ45.</p> <p>Interface Serial: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RS232 (D-sub com 9 pinos).</p> <p>Possuir conexão Miracast nativa ou ser entregue com acessório externo homologado pela Anatel.</p> <p>Deverá possuir alto falante integrado com potência mínima de 10W.</p> <p>ACESSÓRIOS</p> <p>Controle Remoto: Deverá possuir controle remota.</p> <p>Cabo de Força. Deverá acompanhar cabo de energia no novo padrão NBR 14136.</p> <p>Canetas interativas: Deverá possuir no mínimo 2 (duas) canetas interativas.</p> <p>Pilhas: Deverá acompanhar as pilhas necessárias para funcionamento do controle remoto e canetas interativas.</p> <p>Suporte para fixação (da mesma marca do fabricante do projetor): Deverá acompanhar o</p>			
--	--	--	--	--





	equipamento todos os componentes para fixação em parede com regulagem de inclinação. Deverá suportar trava de segurança com padrão Kensington.			
2	<p>LOCAÇÃO DE COMPUTADOR PORTÁTIL EDUCACIONAL, TIPO CHROMEBOOK, COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Computador portátil educacional, TIPO CHROMEBOOK, novo, de primeiro uso e em linha de fabricação.</p> <p>PLACA MÃE E PROCESSADOR: Deve possuir Processador com no mínimo 2 núcleos físicos e frequência de operação interna mínima de 2,8 GHz com memória cache de 4MB;</p> <p>SISTEMA OPERACIONAL:</p> <p>CHIPSET intel e BIOS COMPATÍVEL com Google OS. Sistema operacional Chrome OS 64 bits integrado, em PORTUGUÊS BRASIL com sistema de recovery – Suporte a atualização do Chrome OS até 2031. Suporte e instalação de aplicativos para tablets Android.</p> <p>VIDEO: Possuir placa de vídeo integrada Intel UHD Graphics com memória compartilhada com a memória principal;</p> <p>MEMÓRIA RAM: Deve ser instalado no mínimo de 4 GB de memória RAM tipo LPDDR4x de até 2933MHZ;</p> <p>PORTAS E INTERFACES:</p> <p>2x* USB 3.2 Tipo C (carregamento, ethernet, dados e vídeo)</p> <p>2x* USB 3.2 Tipo A (1x USB 3.2 Tipo A para configurações com 4G LTE integrado)</p> <p>1x Saída padrão P2/P3 de 3,5mm para fone e microfone (combo)</p> <p>1x Slot microSD card (SD/MMC), suporta cartões de até 128GB</p>	15750	SERVIÇO	390





<p>1x slot SIM card (para configurações com 4G LTE integrado)</p> <p>SAIDA DE VÍDEO: Via USB Tipo-C</p> <p>ARMAZENAMENTO: Capacidade de 32GB eMMC 5.1, expansível através de slot de cartão de memória MicroSD;</p> <p>TELA: 11.6" LED, resolução HD 1366 x 768 @60Hz 16:9 anti-glare;</p> <p>MULTIMIDIA: Áudio de alta definição (HD Áudio) com controladora de som integrada a placa-mãe 16Bits; Câmara frontal 720p HD integrada ao gabinete, rotacional (180°), filma e tira fotos em 720p; Microfone digital integrado; Alto falantes estéreo 2x 2w integrados.</p> <p>CONECTIVIDADE: Rede sem fio: Wireless Intel® Wi-Fi 6 AX201, IEEE 802.11 a/b/g/n/ac/ax dual band 2.4/5.0GHz 2x2, MU-MIMO + Bluetooth 5.2</p> <p>TECLADO E MOUSE: O equipamento ofertado deve possuir teclado padrão Brasil (ABNT) com tecla Ç (padrão google), com impressão permanente, resistente a derramamento acidental de líquidos, com dreno para escoamento, dispositivo de apontamento mouse tipo touchpad 2 botões, multitoques, resistente a líquidos.</p> <p>GABINETE: Cor: cinza/preto Botões: Liga/Desliga - Luz/led: indicadora de estado ligado/desligado.</p> <p>SEGURANÇA: 1x Slot para trava de segurança do tipo Kensington, Chip de criptografia H1 nativo.</p> <p>ROBUSTEZ: Gabinete com estrutura robusta, revestido com compostos polímeros de fibras de alta resistência. Resistente a quedas de até 80cm e proteção IP41 contra sólidos e líquidos.</p> <p>Sistema de dissipação de calor fanless (sem ventoinha) não emite ruído.</p> <p>PESO: Deve possuir o peso de no máximo de 1,2 kg, Dimensões: 29,0 x 2,0 x 19,8cm (Lx Ax C);</p> <p>ENERGIA: Deve possuir a fonte de alimentação com eficiência de 85% bivolt (100V–240V –</p>			
--	--	--	--





	<p>50/60Hz) 30w ou 45w Tipo-C com tecnologia fast charging (carregamento de 80% da bateria em 1 hora com o equipamento desligado) Inclui cabo de alimentação padrão NBR 14136 de 1,5m ou 1,8m.</p> <p>BATERIA: Deve possuir bateria lítio recarregável de 2 células de 47Wh (47,30Wh/6150mAh), com autonomia de 12 horas. Possui mecanismo de segurança contra sobrecarga e sobreaquecimento.</p> <p>GERENCIAMENTO</p> <p>Licença de ferramenta em nuvem capaz de realizar atualizações automáticas de softwares e drivers diretamente da internet, sem a necessidade do conhecimento específico do usuário; Software ou sistema que permita a migração da imagem do equipamento a partir de uma rede corporativa ou com conexão a internet; Ferramenta capaz de restaurar as configurações originais de fábrica do equipamento (Sistema Operacional e Aplicativos); Deve ser capaz de realizar monitoração dos equipamentos, coletando no mínimo as seguintes informações: Identificação do equipamento, controle de utilização (verificar última data de conexão) e utilização dos aplicativos;</p> <p>Deve ser capaz de criar lista de usuários com permissão de utilização no equipamento, além de criar listas de restrição a acesso a páginas na internet e versões do sistema operacional; Deve ser capaz de ativar e desativar de forma remota a câmera, microfone, bluetooth, unidade USB e caixa de som interna do equipamento sem interferência do usuário; Deve possuir funcionalidade de apagar todas as informações locais do usuário, configurações e estado após cada saída; Deve ser capaz de emitir relatório de notificação de dispositivos inativos; Deve ser capaz de prover o Gerenciamento de energia na tela de login, reinicialização agendada e encerramento do equipamento; Deve ser capaz de gerenciar as impressoras em nuvem, o fuso horário e a lista de permissões de dispositivos USB removíveis; Deve possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas um aplicativo (modo quiosque) e informar por e-mail os alertas de alteração de status do dispositivo, não permitindo a utilização deste para qualquer outra atividade;</p>			
--	--	--	--	--





	<p>Deve possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas o domínio educacional implantado e todos os equipamentos deverão ser entregues já provisionados para o domínio educacional; Deve possuir mecanismo de segurança capaz de bloquear todas as funções do equipamento remotamente e emitir uma mensagem com instruções de devolução do dispositivo desativado, caso contrário este equipamento ficará com uso restrito indefinidamente; Dashboard de acompanhamento da evolução da implantação dos equipamentos nas escolas, onde os dados devem vir da console de gerenciamento do GOOGLE WORKSPACE for Education onde apresente no mínimo o número de equipamentos provisionados, histórico de provisionamento, quantidade de equipamentos ativos por escola, número de usuários que utilizaram os equipamentos por escola, relação de equipamentos por último local de utilização e relação de equipamentos por número de série sem utilização nos últimos 30 dias por escola. Ao usuário logar na sifi identificar o georreferenciamento do equipamento. O carregamento desses dados é realizado de forma automática e apresentando informações desprezando no máximo dia menos 2.</p>			
3	<p>LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO TIPO NOTEBOOK COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção.</p> <p>PLACA MÃE E PROCESSADOR</p> <p>Deve possuir frequência de operação interna mínima de 1,3 GHz com no mínimo 10 núcleos físicos;</p> <p>Deve possuir o processador gráfico integrado;</p> <p>CHIPSET</p> <p>Caso tenha, deverá possuir o CHIPSET do mesmo fabricante do processador do equipamento;</p> <p>VIDEO</p> <p>Deve possuir no mínimo placa de vídeo integrada com memória podendo ser compartilhada com a memória principal ou dedicada caso a placa de vídeo seja off board;</p>	15750	SERVIÇO	13





	<p>MEMÓRIA</p> <p>Deve ser instalado na mínimo com 16 GB de memória RAM, DDR4 ou superior, velocidade (frequência) 3.200 MHz ou superior;</p> <p>PORTAS E INTERFACES</p> <p>Deve possuir salda para conexão de vídeo no padrão HDMI e USB tipo C, não sendo aceita soluções através de adaptadores:</p> <p>Deve possuir no mínimo, 02 (duas) portas USB tipo A;</p> <p>DISCO RÍGIDO</p> <p>Deve possuir 01 (uma) unidade de armazenamento tipo SSD NVMe™ no mínimo 512 Gb;</p> <p>TELA</p> <p>Deve possuir a tela com tecnologia HD LED, colorida, tamanho mínimo de 15,6 polegadas, resolução de 1920 x 1080 ou superior,</p> <p>Deverá possuir o Vídeo Integrado, Webcam integrada ao gabinete com resolução mínima HD 720p,</p> <p>COMUNICAÇÕES</p> <p>Deve possuir Adaptador Wireless integrado 802.11 ac permitindo conexão WiFi em 2.4GHz e 5GHz;</p> <p>Deverá possuir conexão Bluetooth 5;</p> <p>MULTIMÍDIA</p> <p>Deve possuir na mínimo 02 (dois) alto falantes internos;</p> <p>Deve possuir saída para fone de ouvido e entrada para microfone (podendo ser combo);</p> <p>DISPOSITIVO PADRÃO</p> <p>Deve possuir o teclado em português (Brasil), Dispositivo de apontamento sensível ao toque (touchpad) com suporte à função multitoques;</p> <p>GABINETE</p> <p>O gabinete deve ser nas cores branco, preto ou prata,</p> <p>ENERGIA</p> <p>Deve possuir a fonte sendo bivolt (100V-240V) projetada para suportar o equipamento;</p>			
--	--	--	--	--





	<p>SISTEMAS OPERACIONAIS</p> <p>O equipamento deve vir instalado com sistema operacional MS Windows 11 Pro.</p> <p>CERTIFICAÇÕES E SEGURANÇA</p> <p>O modelo ofertado deve possuir certificado da ANATEL e FCC;</p> <p>Todos os opcionais deverão ser homologados pelo fabricante do equipamento;</p>			
4	<p>LOCAÇÃO DE GABINETE DE RECARGA COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção.</p> <p>CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO</p> <p>Deve possuir capacidade para armazenamento de, no mínimo trinta e seis (36) Chromebooks posicionados em compartimentos/balas verticais, com acesso exclusivo pela porta frontal;</p> <p>Deve possuir bandeja interna ou compartimento para armazenamento de ponto de acesso wifi, notebook e acessórios;</p> <p>CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS E FÍSICAS DO GABINETE</p> <p>O gabinete deve ser construído em chapa de aço carbono com espessura mínima de 0,90 mm e/ou chapa de material não metálico resistente e antichamas;</p> <p>Deve possuir bandejas horizontais internas construídas em chapa de aço carbono de no mínimo 0,70 mm de espessura e/ou chapa de material não metálico resistente e antichamas, com total de no mínimo trinta e seis posições/baixas vertical;</p> <p>Deve possuir bandejas e/ou compartimentos internos exclusivos para organização e armazenamento das fontes de alimentação dos chromebooks;</p> <p>O gabinete deve possuir no mínimo uma porta frontal e uma porta traseira, com sistema de dobradiças, construídas com chapa de aço carbono de espessura mínima de 0,90 mm e/ou chapa de material não metálico resistente, com</p>	15750	SERVIÇO	13





	<p>aberturas/orifícios para melhorar a troca térmica interna;</p> <p>As portas e gaveta devem ter sistema de fechamento com ponto de travamento, com chaves;</p> <p>Deve incluir dois (2) pares de chaves:</p> <p>Os painéis laterais do gabinete devem ser construídos em peça inteira, encaixados/fixados internamente para evitar sua desmontagem pelo lado externo;</p> <p>Deve possuir acabamento de chapas e demais componentes metálicos em pintura eletrostática, resistente a riscos e a corrosão nas cores branca e/ou preta;</p> <p>Deve possuir quatro (4) rodízios emborrachados de no mínimo três polegadas de diâmetro para permitir a fácil movimentação do gabinete entre ambientes, com trava em pelo menos dois rodízios,</p> <p>Deve possuir dimensões externas máximas (aproximadas): 850mm x 1050 mm x 600 mm (largura x altura x profundidade) sendo aceita uma tolerância de 10% nas dimensões;</p> <p>Deve possuir no mínimo um puxador/alça lateral para facilitar o manuseio e deslocamento do gabinete.</p> <p>CARACTERÍSTICAS SISTEMA DE CARREGAMENTO</p> <p>Deve possuir sistema eletrônico modular de recarga para proporcionar alimentação simultânea dos equipamentos armazenados com indicadores do tipo LED ou similar para permitir visualização e acompanhamento do processo de recarga;</p> <p>O sistema de recarga deve ser instalado de modo independente das réguas de tomadas para permitir a sua retirada e substituição em poucos minutos, garantindo continuidade do funcionamento do gabinete eliminando a necessidade de envio do equipamento completo para manutenção externa.</p> <p>As réguas de tomadas devem ter instalação independente / separada, para facilitar substituição em caso de manutenção:</p> <p>CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA ELÉTRICO</p>			
--	--	--	--	--





	<p>Deve possuir régua de tomadas internas, com no mínimo 36 posições, tipo 2P+ T, em conformidade com a norma NBR14136, padrão 10ª;</p> <p>Deve possuir régua com espaçamento mínimo de 30 mm entre as tomadas, suficiente para a ligação das fontes de alimentação dos chromebooks armazenados nos compartimentos vertical;</p> <p>Deve possuir régua de tomada adicional externa, com no mínimo duas posições, tipo 2P+T padrão 10A em conformidade com a norma NBR14136, energizada continuamente, para alimentação de equipamentos tais como: ponto de acesso wifi, notebook, projetor multimídia e acessórios;</p> <p>O acesso ao interruptor principal L/D e às régua de tomadas deve ser feito pela porta dianteira e/ou traseira do gabinete, para evitar que pessoas não autorizadas possam desativar o sistema de recarga e/ou desconectar as fontes dos chromebooks;</p> <p>Deve possuir sistema de proteção elétrica integrada ao módulo central, composto de disjuntor rápido de no mínimo 15A e IDR (interruptor diferencial residual) com sensibilidade de 30mA contra surtos de tensão da rede e choque elétrico;</p> <p>Deve possuir calhas e/ou dutos para passagem interna de todos os cabos e fiação elétrica, garantindo segurança e proteção aos usuários;</p> <p>SISTEMA DE VENTILAÇÃO</p> <p>Deve possuir sistema de exaustão composto por aberturas / orifícios na estrutura do gabinete e no mínimo dois ventiladores / exaustores, para retirada do ar quente do interior do gabinete e manutenção da temperatura dos equipamentos em condições ideais de trabalho;</p> <p>CERTIFICAÇÕES E SEGURANÇA</p> <p>ABNT NBR 08094:1983 (Esta Norma prescreve o método para execução de ensaios de exposição à nevoa salina, em materiais metálicos revestidos e não revestidos).</p> <p>ABNT NBR ISSO 4628-3: 2015 (Grau de deformação em temperaturas).</p> <p>ISPR 22 (níveis de emissões eletromagnéticas).</p> <p>CISPR 24 (Imunidade a distúrbios eletromagnéticos).</p>			
--	---	--	--	--





GERAL			
Deve possuir a alimentação elétrica através de um único cabo de alimentação com no mínimo 3m de comprimento e plugue tipo 2P+T padrão NRB14136, utilizando uma tomada comum na parede, sem necessidade de tomada especial ou modificação na infraestrutura elétrica. Porta cabo e/ou compartimento próprio para acondicionamento do cabo de alimentação;			
Deve possuir opção para instalação de conector tipo RJ45, para conexão à internet e redes Ethernet/LAN;			
Deve possuir alimentação: bivolt 110 V-240 V com chaveamento automático;			
Deve ter peso máximo (vazio): 65 Kg			

OBSERVAÇÃO: O quantitativo apresentado na tabela (quantidade/mês) foi estimado com base no número de equipamentos a serem locados mensalmente. Dessa forma, projeta-se que o volume anual de serviços a serem prestados serão:

Item 1: 132 serviços/ano.

Item 2: 4.680 serviços/ano.

Item 3: 156 serviços/ano.

Item 4: 156 serviços/ano.

Certificação e Metodologia de Cálculo

A estimativa da quantidade de itens foi apurada conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

Detalhamento e Memória de Cálculo

A quantidade de carrinhos (GABINETE DE RECARGA) e aparelhos solicitada para cada escola baseia-se em um critério pedagógico claro, alinhado ao Regimento Comum da Rede de Escolas de Ensino Fundamental de Fernandópolis (art. 20), que visa garantir o máximo aproveitamento em sala de aula.

O objetivo é que cada turma possa utilizar a tecnologia de forma completa e simultânea. Por isso, a distribuição foi pensada da seguinte maneira:





- Escolas com menos de 500 alunos: Receberão 1 carrinho com 30 aparelhos, o suficiente para atender uma sala de aula inteira, permitindo que nenhum aluno fique de fora das atividades.
- Escolas maiores (mais de 500 alunos): Receberão 2 carrinhos (60 aparelhos no total), possibilitando que duas turmas trabalhem com a tecnologia ao mesmo tempo, otimizando o uso dos equipamentos na escola.
- Cada escola e secretária municipal de educação receberá 1 projetor interativos cada um.

ORDEM	UNIDADE/ESCOLA	ENDEREÇO	PROJETORES	CHROMEBOOK	NOTEBOOKS	GABINETE DE RECARGA
1	EMEF "ANTONIO MAURICIO"	Av. Getúlio Vargas, 351 - São Judas Tadeu.	1	30	1	1
2	EMEF "DR ALBERTO SENRA"	Rua Antônio Fantini, 254 - Jardim Ipanema	1	30	1	1
3	EMEF "CEL.FRANCISCO ARNALDO DA SILVA"	Avenida Milton Terra Verdi, 732, Jardim América	1	60	2	2
4	EMEF "PROF. IVONETE AMARAL DA SILVA ROSA"	Avenida Presidente Castelo Branco, 1081, Coester	1	60	2	2
5	EMEF "JOÃO GARCIA ANDREO"	Rua Francisco Arnaldo da Silva, 668, Bela Vista	1	30	1	1
6	EMEF "JOSÉ GASPAS RUAS"	Rua Adelfo Quaioti, 476, Jardim Rosa Amarela	1	30	1	1
7	EMEF "JOSÉ ZANTEDESCHI"	Rua Aldo Livorati, 3555, Jardim Residencial Benez	1	30	1	1
8	EMEF "KOEI ARAKAKI"	Avenida Rubens Padilha Meato, 783, Jardim Paraíso	1	60	2	2





9	EMEFA "MELVIN JONES"	Avenida Litério Grecco, 300, Vila São Bernardo	1	30	1	1
10	EMEF "PEDRO MALAVAZZI"	Rua Reinaldo Bertolini, 300, Cohab Antonio Brandini	1	30	1	1
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Rua Porto Alegre, nº 350, Jardim Santa Rita	1	0	0	0
SUBTOTAL			11	390	13	13

Essa distribuição estratégica garante que a tecnologia seja uma ferramenta eficaz e acessível para todos, potencializando o ensino e a aprendizagem em nosso município.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Análise das Alternativas Possíveis

A escolha da solução a contratar foi precedida da análise de alternativas para o atendimento da necessidade, sendo avaliadas as seguintes possibilidades, conforme segue abaixo:

- **Alternativa 1:** Aquisição dos equipamentos: Compras dos equipamentos para que sejam incorporados ao patrimônio do município.
- **Alternativa 2:** Aquisição dos equipamentos com garantia estendida e suporte técnico: Compra dos equipamentos com contrato adicional de suporte, manutenção e substituição.
- **Alternativa 3:** Contratação de serviço de locação dos equipamentos, com suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva: Consiste na disponibilização dos equipamentos mediante pagamento mensal, incluindo suporte técnico contínuo, manutenção preventiva e corretiva, substituição em caso de defeito e eventual atualização tecnológica durante a vigência contratual.

Justificativa Técnica e Econômica da Escolha

A análise das alternativas possíveis demonstrou que Aquisição dos equipamentos (Alternativa 1) não seria vantajosa porque oneraria a Administração com custos de manutenção, risco de obsolescência e necessidade de gestão própria, enquanto a locação garante equipamentos novos, suporte contínuo e flexibilidade, atendendo melhor às necessidades da Secretaria de



Educação. A Alternativa 2 (aquisição com garantia estendida), embora mitigue parcialmente os riscos de manutenção, mantém a Administração responsável pela gestão patrimonial, pela eventual substituição ao final da vida útil e pela atualização tecnológica, não eliminando o risco de defasagem dos equipamentos ao longo do tempo. Já a Alternativa 3 (locação com suporte técnico completo) apresenta-se mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, pois dilui o impacto orçamentário ao longo da vigência contratual; garante equipamentos em pleno funcionamento; inclui manutenção preventiva e corretiva; permite substituição ágil em caso de defeito; reduz o risco de obsolescência tecnológica e simplifica a gestão administrativa e patrimonial.

Dessa forma, conclui-se que a **locação com suporte técnico integral** melhor atende ao interesse público, proporcionando eficiência operacional, previsibilidade orçamentária e atualização tecnológica contínua, em consonância com as necessidades da rede municipal de ensino.

Avaliação da Competitividade do Mercado

O mercado fornecedor deste tipo de serviço é considerado plenamente competitivo. Isto é, o objeto desta licitação é um Serviço Comum (conforme Tópico 3), com especificações padronizadas (CATSER). Assim, constata-se a existência de múltiplos players no contexto nacional e regional aptos a fornecer o serviço. Tal cenário incentiva a ampla participação e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O VALOR ESTIMADO TOTAL desta Contratação, para o período de 12 (doze) meses, é de **R\$ 1.074.442,56 (um milhão, setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme Pesquisa de Preço em anexo a este ETP (Anexo I).

GRUPO 01							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	LOCAÇÃO DE PROJETOR LASER INTERATIVO COM SUPORTE E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA. Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção CARACTERÍSTICA	15750	SERVIÇO	11	R\$ 1.624,92	R\$ 17.874,12	R\$ 214.489,44



<p>Fonte Luminosa: Deverá ser do tipo LASER;</p> <p>Tecnologia de Projeção: Deverá possuir tecnologia DLP ou 3LCD, de ultracurta distância.</p> <p>Luminosidade: Deverá possuir mínima de 4.000 lúmens certificados pela ANSI ou ISSO</p> <p>Contraste Dinâmico: Deverá ser no mínimo 2.500.000:1;</p> <p>Resolução Nativa: Dever ser no mínimo 1920x1080 pixels.</p> <p>Durabilidade da fonte luminosa de 20 000 horas, no mínimo, em modo normal;</p> <p>Projeção de Imagem: Devera suportar formato WideScreen nativo de 16:09 com suporte para 16:10 e 4:3;</p> <p>Deverá acompanhar o software de interatividade gratuito de uso ilimitado do próprio fabricante do equipamento, que forneça ferramentas de anotação.</p> <p>Interatividade: Deverá permitir a interatividade sobre a imagem projetada diretamente em superfície plana e rígida, através do uso de caneta interativa fornecida juntamente como o equipamento e toques com os dedos diretamente na tela, sem a necessidade de uso de produtos sensíveis de terceiros, tais como, lousa, manta ou moldura.</p> <p>Deverá permitir a interatividade em dois pontos simultâneos via caneta e até 4 pontos via toque com os dedos.</p> <p>Tamanho de Projeção: Deverá projetar imagens até 100 polegadas (diagonal) com distância máxima de 61 cm entre superfície de projeção e o projetor; possuir</p>						
--	--	--	--	--	--	--





<p>throw ratio (relação de tiro/zoom) máximo de 0.30:1;</p> <p>O equipamento deve atender a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances).</p> <p>Garantia on-site de no mínimo 3 anos pelo fabricante, com comprovação de centro de serviço autorizado nas principais capitais ou na localidade da contratação.</p> <p>CONECTIVIDADE</p> <p>Alimentação: Deverá ser bivolt automático 110V-220V, $\pm 10\%$, 50/60 Hz.</p> <p>Interface HDMI: Deverá possuir no mínimo 2 (duas) conexões HDMI.</p> <p>Interface VGA (saida): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão VGA (D-sub 15pin).</p> <p>Interface VGA (entrada): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão VGA (D-sub 15pin).</p> <p>Interface de áudio (saida): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RCA de audio ou 1 (uma) conexão mini jack P2.</p> <p>Interface de áudio (entrada): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RCA de áudio ou 1 (uma) conexão mini jack P2.</p> <p>Interface USB: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão USB tipo A e 1 (uma) conexão do tipo B.</p> <p>Conectividade Wireless: Deverá possuir conexão Wireless integrada ao equipamento, sendo aceitos adaptadores externos do mesmo fabricante.</p> <p>Interface Ethernet: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RJ45.</p> <p>Interface Serial: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RS232 (D-sub com 9 pinos).</p>						
--	--	--	--	--	--	--





	<p>Possuir conexão Miracast nativa ou ser entregue com arcessório externo homologado pela Anatel.</p> <p>Deverá possuir alto falante integrado com potência mínima de 10W.</p> <p>ACESSÓRIOS</p> <p>Controle Remoto: Deverá possuir controle remota.</p> <p>Cabo de Força. Deverá acompanhar cabo de energia no novo padrão NBR 14136.</p> <p>Canetas interativas: Deverá possuir no mínimo 2 (duas) canetas interativas.</p> <p>Pilhas: Deverá acompanhar as pilhas necessárias para funcionamento do controle remoto e canetas interativas.</p> <p>Suporte para fixação (da mesma marca do fabricante do projetor): Deverá acompanhar o equipamento todos os componentes para fixação em parede com regulagem de inclinação.</p> <p>Deverá suportar trava de segurança com padrão Kensington.</p>						
2	<p>LOCAÇÃO DE COMPUTADOR PORTÁTIL EDUCACIONAL, TIPO CHROMEBOOK, COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Computador portátil educacional, TIPO CHROMEBOOK, novo, de primeiro uso e em linha de fabricação.</p> <p>PLACA MÃE E PROCESSADOR: Deve possuir Processador com no mínimo 2 núcleos físicos e frequência de operação interna mínima de 2,8 GHz com memória cache de 4MB;</p>	15750	SERVIÇO	390	R\$ 163,09	R\$ 63.605,10	R\$ 763.261,20





<p>SISTEMA OPERACIONAL:</p> <p>CHIPSET intel e BIOS COMPATÍVEL com Google OS. Sistema operacional Chrome OS 64 bits integrado, em PORTUGUÊS BRASIL com sistema de recovery – Suporte a atualização do Chrome OS até 2031. Suporte e instalação de aplicativos para tablets Android.</p> <p>VIDEO: Possuir placa de vídeo integrada Intel UHD Graphics com memória compartilhada com a memória principal;</p> <p>MEMÓRIA RAM: Deve ser instalado no mínimo de 4 GB de memória RAM tipo LPDDR4x de até 2933MHZ;</p> <p>PORTAS E INTERFACES:</p> <p>2x* USB 3.2 Tipo C (carregamento, ethernet, dados e vídeo)</p> <p>2x* USB 3.2 Tipo A (1x USB 3.2 Tipo A para configurações com 4G LTE integrado)</p> <p>1x Saída padrão P2/P3 de 3,5mm para fone e microfone (combo)</p> <p>1x Slot microSD card (SD/MMC), suporta cartões de até 128GB</p> <p>1x slot SIM card (para configurações com 4G LTE integrado)</p> <p>SAIDA DE VÍDEO: Via USB Tipo-C</p> <p>ARMAZENAMENTO: Capacidade de 32GB eMMC 5.1, expansível através de slot de cartão de memória MicroSD;</p> <p>TELA: 11.6" LED, resolução HD 1366 x 768 @60Hz 16:9 anti-glare;</p>						
---	--	--	--	--	--	--





<p>MULTIMIDIA: Áudio de alta definição (HD Áudio) com controladora de som integrada a placa-mãe 16Bits; Câmara frontal 720p HD integrada ao gabinete, rotacional (180°), filma e tira fotos em 720p; Microfone digital integrado; Alto falantes estéreo 2x 2w integrados.</p> <p>CONECTIVIDADE: Rede sem fio: Wireless Intel® Wi-Fi 6 AX201, IEEE 802.11 a/b/g/n/ac/ax dual band 2.4/5.0GHz 2x2, MU-MIMO + Bluetooth 5.2</p> <p>TECLADO E MOUSE: O equipamento ofertado deve possuir teclado padrão Brasil (ABNT) com tecla Ç (padrão google), com impressão permanente, resistente a derramamento acidental de líquidos, com dreno para escoamento, dispositivo de apontamento mouse tipo touchpad 2 botões, multitoques, resistente a líquidos.</p> <p>GABINETE: Cor: cinza/preto Botões: Liga/Desliga - Luz/led: indicadora de estado ligado/desligado.</p> <p>SEGURANÇA: 1x Slot para trava de segurança do tipo Kensington, Chip de criptografia H1 nativo.</p> <p>ROBUSTEZ: Gabinete com estrutura robusta, revestido com compostos polímeros de fibras de alta resistência. Resistente a quedas de até 80cm e proteção IP41 contra sólidos e líquidos.</p> <p>Sistema de dissipação de calor fanless (sem ventoinha) não emite ruído.</p>						
--	--	--	--	--	--	--





<p>PESO: Deve possuir o peso de no máximo de 1,2 kg, Dimensões: 29,0 x 2,0 x 19,8cm (Lx Ax C);</p> <p>ENERGIA: Deve possuir a fonte de alimentação com eficiência de 85% bivolt (100V–240V – 50/60Hz) 30w ou 45w Tipo-C com tecnologia fast charging (carregamento de 80% da bateria em 1 hora com o equipamento desligado) Inclui cabo de alimentação padrão NBR 14136 de 1,5m ou 1,8m.</p> <p>BATERIA: Deve possuir bateria lítio recarregável de 2 células de 47Wh (47,30Wh/6150mAh), com autonomia de 12 horas. Possui mecanismo de segurança contra sobrecarga e sobreaquecimento.</p> <p>GERENCIAMENTO</p> <p>Licença de ferramenta em nuvem capaz de realizar atualizações automáticas de softwares e drivers diretamente da internet, sem a necessidade do conhecimento específico do usuário; Software ou sistema que permita a migração da imagem do equipamento a partir de uma rede corporativa ou com conexão a internet; Ferramenta capaz de restaurar as configurações originais de fábrica do equipamento (Sistema Operacional e Aplicativos); Deve ser capaz de realizar monitoração dos equipamentos, coletando no mínimo as seguintes informações: Identificação do equipamento, controle de utilização (verificar última data de conexão) e utilização dos aplicativos;</p> <p>Deve ser capaz de criar lista de usuários com permissão de utilização no equipamento, além de criar listas de restrição a acesso a</p>						
--	--	--	--	--	--	--





<p>páginas na internet e versões do sistema operacional; Deve ser capaz de ativar e desativar de forma remota a câmera, microfone, bluetooth, unidade USB e caixa de som interna do equipamento sem interferência do usuário; Deve possuir funcionalidade de apagar todas as informações locais do usuário, configurações e estado após cada saída; Deve ser capaz de emitir relatório de notificação de dispositivos inativos; Deve ser capaz de prover o Gerenciamento de energia na tela de login, reinicialização agendada e encerramento do equipamento; Deve ser capaz de gerenciar as impressoras em nuvem, o fuso horário e a lista de permissões de dispositivos USB removíveis; Deve possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas um aplicativo (modo quiosque) e informar por e-mail os alertas de alteração de status do dispositivo, não permitindo a utilização deste para qualquer outra atividade; Deve possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas o domínio educacional implantado e todos os equipamentos deverão ser entregues já provisionados para o domínio educacional; Deve possuir mecanismo de segurança capaz de bloquear todas as funções do equipamento remotamente e emitir uma mensagem com instruções de devolução do dispositivo desativado, caso contrário este equipamento ficará com uso restrito indefinidamente; Dashboard de acompanhamento da evolução da implantação dos equipamentos nas escolas, onde os dados devem vir da console de gerenciamento do GOOGLE WORKSPACE for Education onde</p>						
--	--	--	--	--	--	--





	<p>apresente no mínimo o número de equipamentos provisionados, histórico de provisionamento, quantidade de equipamentos ativos por escola, número de usuários que utilizaram os equipamentos por escola, relação de equipamentos por último local de utilização e relação de equipamentos por número de série sem utilização nos últimos 30 dias por escola. Ao usuário logar na sifi identificar o georreferenciamento do equipamento. O carregamento desses dados é realizado de forma automática e apresentando informações desprezando no máximo dia menos 2.</p>						
3	<p>LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO TIPO NOTEBOOK COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção.</p> <p>PLACA MÃE E PROCESSADOR</p> <p>Deve possuir frequência de operação interna mínima de 1,3 GHz com no mínimo 10 núcleos físicos;</p> <p>Deve possuir o processador gráfico integrado;</p> <p>CHIPSET</p> <p>Caso tenha, deverá possuir o CHIPSET do mesmo fabricante do processador do equipamento;</p> <p>VIDEO</p> <p>Deve possuir no mínimo placa de vídeo integrada com memória podendo ser compartilhada com a memória principal ou dedicada caso a placa de vídeo seja off board;</p> <p>MEMÓRIA</p>	15750	SERVIÇO	13	R\$ 218,63	R\$ 2.842,19	R\$ 34.106,28





<p>Deve ser instalado na mínimo com 16 GB de memória RAM, DDR4 ou superior, velocidade (frequência) 3.200 MHz ou superior;</p> <p>PORTAS E INTERFACES</p> <p>Deve possuir salda para conexão de vídeo no padrão HDMI e USB tipo C, não sendo aceita soluções através de adaptadores:</p> <p>Deve possuir no mínimo, 02 (duas) portas USB tipo A;</p> <p>DISCO RÍGIDO</p> <p>Deve possuir 01 (uma) unidade de armazenamento tipo SSD NVMe™ no mínimo 512 Gb;</p> <p>TELA</p> <p>Deve possuir a tela com tecnologia HD LED, colorida, tamanho mínimo de 15,6 polegadas, resolução de 1920 x 1080 ou superior,</p> <p>Deverá possuir o Vídeo Integrado, Webcam integrada ao gabinete com resolução mínima HD 720p,</p> <p>COMUNICAÇÕES</p> <p>Deve possuir Adaptador Wireless integrado 802.11 ac permitindo conexão WiFi em 2.4GHz e 5GHz;</p> <p>Deverá possuir conexão Bluetooth 5;</p> <p>MULTIMIDIA</p> <p>Deve possuir na mínimo 02 (dois) alto falantes internos;</p> <p>Deve possuir saída para fone de ouvido e entrada para microfone (podendo ser combo);</p> <p>DISPOSITIVO PADRÃO</p> <p>Deve possuir o teclado em português (Brasil), Dispositivo de apontamento sensível ao toque (touchpad) com suporte à função multitoques;</p>						
--	--	--	--	--	--	--





	<p>GABINETE</p> <p>O gabinete deve ser nas cores branco, preto ou prata,</p> <p>ENERGIA</p> <p>Deve possuir a fonte sendo bivolt (100V-240V) projetada para suportar o equipamento;</p> <p>SISTEMAS OPERACIONAIS</p> <p>O equipamento deve vir instalado com sistema operacional MS Windows 11 Pro.</p> <p>CERTIFICAÇÕES E SEGURANÇA</p> <p>O modelo ofertado deve possuir certificado da ANATEL e FCC;</p> <p>Todos os opcionais deverão ser homologados pelo fabricante do equipamento;</p>						
4	<p>LOCAÇÃO DE GABINETE DE RECARGA COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção.</p> <p>CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO</p> <p>Deve possuir capacidade para armazenamento de, no mínimo trinta e seis (36) Chromebooks posicionados em compartimentos/balas verticais, com acesso exclusivo pela porta frontal;</p> <p>Deve possuir bandeja interna ou compartimento para armazenamento de ponto de acesso wifi, notebook e acessórios;</p> <p>CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS E FÍSICAS DO GABINETE</p> <p>O gabinete deve ser construído em chapa de aço carbono com</p>	15750	SERVIÇO	13	R\$ 401,19	R\$ 5.215,47	R\$ 62.585,64





<p>espessura mínima de 0,90 mm e/ou chapa de material não metálico resistente e antichamas;</p> <p>Deve possuir bandejas horizontais internas construídas em chapa de aço carbono de no mínimo 0,70 mm de espessura e/ou chapa de material não metálico resistente e antichamas, com total de no mínimo trinta e seis posições/baixas vertical;</p> <p>Deve possuir bandejas e/ou compartimentos internos exclusivos para organização e armazenamento das fontes de alimentação dos chromebooks;</p> <p>O gabinete deve possuir no mínimo uma porta frontal e uma porta traseira, com sistema de dobradiças, construídas com chapa de aço carbono de espessura mínima de 0,90 mm e/ou chapa de material não metálico resistente, com aberturas/orifícios para melhorar a troca térmica interna;</p> <p>As portas e gaveta devem ter sistema de fechamento com ponto de travamento, com chaves;</p> <p>Deve incluir dois (2) pares de chaves:</p> <p>Os painéis laterais do gabinete devem ser construídos em peça inteira, encaixados/fixados internamente para evitar sua desmontagem pelo lado externo;</p> <p>Deve possuir acabamento de chapas e demais componentes metálicos em pintura eletrostática, resistente a riscos e a corrosão nas cores branca e/ou preta;</p> <p>Deve possuir quatro (4) rodízios emborrachados de no mínimo três polegadas de diâmetro para permitir a fácil movimentação do</p>						
---	--	--	--	--	--	--





<p>gabinete entre ambientes, com trava em pelo menos dois rodízios,</p> <p>Deve possuir dimensões externas máximas (aproximadas): 850mm x 1050 mm x 600 mm (largura x altura x profundidade) sendo aceita uma tolerância de 10% nas dimensões;</p> <p>Deve possuir no mínimo um puxador/alça lateral para facilitar o manuseio e deslocamento do gabinete.</p> <p>CARACTERÍSTICAS SISTEMA DE CARREGAMENTO</p> <p>Deve possuir sistema eletrônico modular de recarga para proporcionar alimentação simultânea dos equipamentos armazenados com indicadores do tipo LED ou similar para permitir visualização e acompanhamento do processo de recarga;</p> <p>O sistema de recarga deve ser instalado de modo independente das réguas de tomadas para permitir a sua retirada e substituição em poucos minutos, garantindo continuidade do funcionamento do gabinete eliminando a necessidade de envio do equipamento completo para manutenção externa.</p> <p>As réguas de tomadas devem ter instalação independente / separada, para facilitar substituição em caso de manutenção:</p> <p>CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA ELÉTRICO</p> <p>Deve possuir réguas de tomadas internas, com no mínimo 36 posições, tipo 2P+ T, em conformidade com a norma NBR14136, padrão 10ª;</p> <p>Deve possuir réguas com espaçamento mínimo de 30 mm</p>						
---	--	--	--	--	--	--





<p>entre as tomadas, suficiente para a ligação das fontes de alimentação dos chromebooks armazenados nos compartimentos vertical;</p> <p>Deve possuir régua de tomada adicional externa, com no mínimo duas posições, tipo 2P+T padrão 10A em conformidade com a norma NBR14136, energizada continuamente, para alimentação de equipamentos tais como: ponto de acesso wifi, notebook, projetor multimidia e acessórios;</p> <p>O acesso ao interruptor principal L/D e às réguas de tomadas deve ser feito pela porta dianteira e/ou traseira do gabinete, para evitar que pessoas não autorizadas possam desativar o sistema de recarga e/ou desconectar as fontes dos chromebooks;</p> <p>Deve possuir sistema de proteção elétrica integrada ao módulo central, composto de disjuntor rápido de no mínimo 15A e IDR (interruptor diferencial residual) com sensibilidade de 30mA contra surtos de tensão da rede e choque elétrico;</p> <p>Deve possuir calhas e/ou dutos para passagem interna de todos os cabos e fiação elétrica, garantindo segurança e proteção aos usuários;</p> <p>SISTEMA DE VENTILAÇÃO</p> <p>Deve possuir sistema de exaustão composto por aberturas / orifícios na estrutura do gabinete e no mínimo dois ventiladores / exaustores, para retirada do ar quente do interior do gabinete e manutenção da temperatura dos equipamentos em condições ideais de trabalho;</p>						
---	--	--	--	--	--	--





<p>CERTIFICAÇÕES</p> <p>SEGURANÇA</p> <p>ABNT NBR 08094:1983 (Esta Norma prescreve o método para execução de ensaios de exposição à nevoa salina, em materiais metálicos revestidos e não revestidos).</p> <p>ABNT NBR ISSO 4628-3: 2015 (Grau de deformação em temperaturas).</p> <p>ISPR 22 (níveis de emissões eletromagnéticas).</p> <p>CISPR 24 (Imunidade a distúrbios eletromagnéticos).</p> <p>GERAL</p> <p>Deve possuir a alimentação elétrica através de um único cabo de alimentação com no mínimo 3m de comprimento e plugue tipo 2P+T padrão NRB14136, utilizando uma tomada comum na parede, sem necessidade de tomada especial ou modificação na infraestrutura elétrica. Porta cabo e/ou compartimento próprio para acondicionamento do cabo de alimentação;</p> <p>Deve possuir opção para instalação de conector tipo RJ45, para conexão à internet e redes Ethernet/LAN;</p> <p>Deve possuir alimentação: bivolt 110 V-240 V com chaveamento automático;</p> <p>Deve ter peso máximo (vazio): 65 Kg</p>						
---	--	--	--	--	--	--

Detalhamento dos Valores

A estimativa foi calculada com base na quantidade de Serviço-Mês (conforme Tópico 4) e na aplicação dos preços unitários de mercado. O detalhamento segue na tabela abaixo, cujo





valor unitário principal é o custo total estimado do MÊS de serviço, que já engloba locação e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

Metodologia da Pesquisa e Fontes

A estimativa de valor foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada conforme os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e pelas normas municipais aplicáveis.

No caso específico de serviços de locação, a apuração do valor estimado contempla o preço mensal para cada equipamento.

A composição do valor estimado contemplou a obtenção de preços de mercado para a entrega completa do Serviço, incluindo:

1. Contratos Similares: Valores praticados em contratações análogas de outros órgãos públicos.
2. Consulta de orçamento feito diretamente com fornecedores da região.

Para assegurar transparência e rastreabilidade, todas as informações utilizadas na estimativa foram registradas no Anexo I – Pesquisa de Preços, que concentra a memória de cálculo completa e as fontes consultadas.

Sigilo da Informação

Certifica-se que a Estimativa do VALOR DA CONTRATAÇÃO NÃO É SIGILOS, uma vez que será divulgada no edital e demais documentos da fase externa do processo licitatório, considerando que tal divulgação não compromete a competitividade nem a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Detalhamento da Solução Escolhida

A solução final a ser contratada consiste na Contratação de empresa especializada para a locação de projetores interativos, Chromebooks, notebooks e gabinetes de recarga dimensionamento e requisitos detalhados nos Tópicos 3 e 4.

O escopo da contratação abrange a entrega mensal do serviço, garantindo a plena operacionalidade dos equipamentos locados (projetores interativos, Chromebooks, notebooks e gabinetes de recarga), com suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva durante todo o período contratual.

O serviço será executado em múltiplos endereços (ponto a ponto), a seguir detalhados:





ORDEM	UNIDADE/ESCOLA	ENDEREÇO	PROJETORES	CHROMEBOOK	NOTEBOOKS	GABINETE DE RECARGA
1	EMEF "ANTONIO MAURICIO"	Av. Getúlio Vargas, 351 - São Judas Tadeu.	1	30	1	1
2	EMEF "DR ALBERTO SENRA"	Rua Antônio Fantini, 254 - Jardim Ipanema	1	30	1	1
3	EMEF "CEL.FRANCISCO ARNALDO DA SILVA"	Avenida Milton Terra Verdi, 732, Jardim América	1	60	2	2
4	EMEF "PROF. IVONETE AMARAL DA SILVA ROSA"	Avenida Presidente Castelo Branco, 1081, Coester	1	60	2	2
5	EMEF "JOÃO GARCIA ANDREO"	Rua Francisco Arnaldo da Silva, 668, Bela Vista	1	30	1	1
6	EMEF "JOSÉ GASPAR RUAS"	Rua Adelfo Quaioti, 476, Jardim Rosa Amarela	1	30	1	1
7	EMEF "JOSÉ ZANTEDESCHI"	Rua Aldo Livorati, 3555, Jardim Residencial Benez	1	30	1	1
8	EMEF "KOEI ARAKAKI"	Avenida Rubens Padilha Meato, 783, Jardim Paraíso	1	60	2	2
9	EMEFA "MELVIN JONES"	Avenida Litério Grecco, 300, Vila São Bernardo	1	30	1	1





10	EMEF "PEDRO MALAVAZZI"	Rua Reinaldo Bertolini, 300, Cohab Antonio Brandini	1	30	1	1
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Rua Porto Alegre, nº 350, Jardim Santa Rita	1	0	0	0
SUBTOTAL			11	390	13	13

Exigências de Gestão da Continuidade Operacional e Qualidade

Para assegurar a continuidade operacional e a qualidade dos serviços contratados, serão observadas as seguintes exigências:

- **Disponibilidade contínua dos equipamentos:** todos os itens locados (projetores interativos, Chromebooks, notebooks e gabinetes de recarga) deverão permanecer em pleno funcionamento durante todo o período contratual.
- **Suporte técnico e manutenção preventiva/corretiva:** a contratada será responsável por realizar atendimentos ágeis, substituição de peças e manutenção periódica, garantindo a redução de falhas e interrupções.
- **Prazos de atendimento:** deverão ser estabelecidos prazos máximos para resposta e solução de problemas, assegurando que os equipamentos não fiquem indisponíveis por tempo prolongado.
- **Monitoramento da qualidade:** a Administração fiscalizará o cumprimento dos requisitos técnicos e funcionais definidos no contrato, com base em indicadores de desempenho (tempo de resposta, taxa de disponibilidade, número de ocorrências solucionadas).
- **Padronização e conformidade:** todos os equipamentos deverão atender às especificações técnicas e certificações ambientais e de segurança (RoHS, ANATEL etc.), garantindo qualidade e confiabilidade.
- **Responsabilidade integral da contratada:** caberá à empresa contratada prover todos os meios necessários (pessoal, ferramentas, insumos e peças) para assegurar a entrega do resultado mensal contratado.





A falta de observância dessas exigências representa risco operacional relevante, capaz de comprometer a continuidade da atividade pública e gerar a necessidade de adoção de medidas corretivas ou sancionatórias.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada mediante PARCELAMENTO EM GRUPO ÚNICO, englobando a locação de todos os equipamentos, dimensionados no Tópico 4.

Tal decisão justifica-se, em decorrência da solução pretendida possuir natureza integrada e interdependente, composta por equipamentos e serviços que necessitam funcionar de forma padronizada e coordenada para atendimento adequado do Projeto de Tecnologia Educacional da Rede Municipal de Ensino.

Os itens constantes da contratação — projetores interativos, Chromebooks, notebooks e gabinetes de recarga — não se destinam a utilizações isoladas, mas compõem solução tecnológica única, com necessidade de compatibilidade operacional, instalação integrada, gerenciamento unificado, suporte técnico centralizado, manutenção preventiva e corretiva coordenada e treinamento operacional conjunto.

A contratação em grupo único busca assegurar:

- a) compatibilidade técnica e operacional entre todos os equipamentos;
- b) padronização tecnológica das unidades escolares;
- c) uniformidade dos procedimentos de instalação, configuração e suporte;
- d) centralização da responsabilidade contratual em um único fornecedor;
- e) mitigação de riscos de incompatibilidade entre equipamentos e sistemas;
- f) maior eficiência administrativa na fiscalização e gestão contratual;
- g) melhor operacionalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva;
- h) adequada integração com as ferramentas educacionais e plataforma Google for Education.

Além disso, a solução envolve serviços acessórios indissociáveis, tais como instalação, ativação, parametrização, suporte técnico, manutenção contínua, treinamento dos usuários e gerenciamento da solução tecnológica, circunstâncias que recomendam a execução integrada do objeto por uma única contratada.

Referente à utilização de códigos CATSER individualizados para os itens constantes da solução, esclarece-se que a individualização dos códigos possui finalidade meramente técnica, operacional e sistêmica, sendo necessária para adequada identificação dos





componentes da contratação junto aos sistemas oficiais de compras públicas, pesquisa de preços e classificação orçamentária.

Destaca-se, ainda, que a adoção do grupo único não inviabiliza a competitividade do certame, considerando que o mercado possui empresas especializadas aptas ao fornecimento integrado da solução tecnológica pretendida, especialmente em contratações voltadas à área educacional.

Assim, a modelagem adotada observa os princípios da eficiência, economicidade, padronização, interesse público e adequada execução contratual, justificando tecnicamente a manutenção do agrupamento dos itens.

9. TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

Como o valor total estimado da licitação ultrapassa o limite de exclusividade, a Administração avaliou a possibilidade de aplicar a reserva de cota de até 25% do objeto.

Contudo, decidiu-se pela dispensa dessa reserva, nos termos do art. 49, inciso II, da LC nº 123/2006, devido à natureza tecnicamente e economicamente indivisível do objeto.

O serviço foi dimensionado em escopo único e integrado (Serviço/Mês, conforme Tópico 4), e sua divisão em cotas comprometeria a qualidade e a gestão do resultado. A fragmentação geraria perda de economia de escala e introduziria conflitos de interface e responsabilidade, dificultando a fiscalização.

Também foi verificado que a fragmentação do objeto prejudicaria a continuidade e a segurança do serviço, pois quebraria a cadeia de responsabilidade necessária para a entrega do resultado contratado de forma integrada.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente Contratação de Serviços Contínuos (sem dedicação exclusiva de mão de obra) está alinhada aos objetivos estratégicos da Prefeitura Municipal de Fernandópolis e busca alcançar resultados diretos e indiretos voltados à qualidade da entrega, eficiência da Administração e otimização de custos.

Benefícios em Termos de Economicidade e Eficiência

A contratação em um único grupo, na modalidade de locação com suporte e manutenção, proporciona ganhos significativos de economicidade e eficiência. Em termos financeiros, evita o elevado custo de aquisição, garante economia de escala, assegura previsibilidade orçamentária e elimina despesas adicionais com manutenção. Em termos de eficiência,



simplifica a gestão contratual, assegura a plena operacionalidade dos equipamentos, agiliza a reposição em caso de falhas e garante a integração tecnológica necessária ao ambiente escolar. Dessa forma, a contratação atende plenamente às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com foco no resultado e na otimização dos recursos públicos.

Benefícios em Termos de Eficácia e Melhoria da Qualidade

A contratação garante a plena operacionalidade dos equipamentos locados, reduzindo falhas e interrupções e assegurando maior eficácia no uso dos recursos tecnológicos em sala de aula. Além disso, promove a melhoria da qualidade por meio da padronização tecnológica, da atualização constante dos equipamentos, da prestação de suporte técnico especializado e da conformidade com normas de segurança e certificações ambientais. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação alcança um ambiente escolar mais moderno, eficiente e seguro, com impacto direto na qualidade das atividades pedagógicas.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As providências abaixo serão adotadas pela Administração Municipal de Fernandópolis durante a fase de planejamento e antes da celebração do contrato.

Designação e Acesso do Gestor e Fiscal do Contrato

Após a conclusão deste Estudo Técnico Preliminar, o processo será encaminhado ao Departamento de Contratos para a designação formal do Gestor e do(s) Fiscal(is) do Contrato. A designação ocorrerá ainda durante a fase de planejamento, antes da finalização do Termo de Referência (TR), assegurando que os servidores responsáveis tenham acesso integral ao ETP com antecedência para uma fiscalização mais eficiente.

Capacitação e Orientação para Fiscalização e Gestão Contratual

O Departamento de Contratos, por dispor de estrutura e capacidade técnica internas, será responsável pela orientação e, se necessário, pela capacitação específica dos servidores designados. Essa orientação abrangerá:

- Conhecimento do Objeto: Treinamento sobre o Escopo do Serviço-Mês, os critérios de aceitação e as regras de aplicação de glosas por não conformidade.
- Aplicação Contratual e Fiscalização: Reforço das atribuições legais dos fiscais e gestores, incluindo procedimentos de acompanhamento de frequência, verificação da documentação trabalhista (CNDs, FGTS, etc.), registro de ocorrências e aplicação de sanções, conforme a Lei nº 14.133/2021 e regulamentações municipais.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES



A presente Contratação de Serviços Contínuos (sem dedicação exclusiva de mão de obra) foi analisada em relação a outros contratos e processos de contratação vigentes na Prefeitura Municipal de Fernandópolis.

Verificação de Interdependência

Não existem contratações interdependentes a está.

Além da presente contratação de locação de equipamentos com suporte e manutenção,

Análise de Correlacionamento e Não Fracionamento

A análise de contratações correlatas visa assegurar que não haja fracionamento indevido de despesa e que a economia de escala seja aproveitada.

- **Parcelamento x Fracionamento:** A decisão de fechar esta contratação em apenas um grupo (conforme Tópico 8) foi tomada considerando a totalidade da demanda de Serviço-Mês e o mercado fornecedor, sem configurar fracionamento ilegal do objeto.

- **Contratações Correlatos:** Embora os processos envolvam ativos de tecnologia, trata-se de soluções correlatas, porém independentes, pelas seguintes razões:

- **Aquisição de 30 access points de alta performance**, destinada à ampliação e adequação da infraestrutura de rede das escolas municipais. Tal contratação, embora complementar, não possui dependência técnica direta com o objeto aqui tratado, pois se refere à melhoria da infraestrutura de conectividade, enquanto o presente contrato tem como foco a plena operacionalidade dos equipamentos locados (projetores interativos, Chromebooks, notebooks e gabinetes de recarga). A exclusão de itens correlatos neste ETP se justifica pela ausência de sobreposição de responsabilidades e pela independência técnica entre os objetos, garantindo que cada contratação seja avaliada e gerida de forma específica e adequada.

- **Contratação de empresa especializada em locação de computadores desktop, notebooks, tablets, monitores, incluindo fornecimento de licenças de funcionamento, serviços de suporte técnico e manutenção, visando atender às necessidades das Secretarias de Saúde, Obras, Meio Ambiente, Educação, Departamento de Compras e Licitações e Secretaria de Planejamento do Município de Fernandópolis(memorando 2.209/2026):** Identifica-se como contratação correlata o processo que tem por objeto a locação de computadores desktop, notebooks, tablets e monitores, incluindo licenças de funcionamento, suporte técnico e manutenção, destinado ao atendimento das diversas Secretarias do Município de Fernandópolis. Tal contratação relaciona-se à presente demanda por integrar o conjunto de soluções tecnológicas utilizadas pela Administração Municipal, especialmente no âmbito da Secretaria de Educação. Entretanto, trata-se de contratação





complementar e não interdependente, podendo ser executada de forma autônoma, sem prejuízo ao alcance dos objetivos de cada contratação. A interdependência se caracteriza pelo fato de que os equipamentos previstos na presente contratação, como projetores interativos, Chromebooks, notebooks e gabinetes de recarga, integram o ambiente tecnológico e educacional utilizado pela Secretaria Municipal de Educação, podendo operar de forma complementar aos demais equipamentos de informática disponibilizados pela Administração. Dessa forma, as soluções tecnológicas contratadas tendem a atuar de maneira integrada, contribuindo para a ampliação dos recursos digitais utilizados nas atividades pedagógicas e administrativas.

Coexistência Contratual e Justificativa de Autonomia

Ressalta-se que a presente contratação não tem por finalidade substituir o Contrato nº 0028/2024 (Arklok), o qual permanecerá vigente para atendimento das demandas administrativas previamente estabelecidas, observados os limites e condições originalmente pactuados. A nova contratação possui objeto específico e complementar, sendo necessária para suprir demandas adicionais e supervenientes da Administração Municipal.

A coexistência entre as contratações justifica-se pelos seguintes fatores:

Limitação legal de acréscimo contratual: O contrato atualmente vigente atingiu o limite máximo de acréscimo previsto na legislação aplicável (25%), impossibilitando juridicamente a ampliação quantitativa do objeto para absorver novas demandas decorrentes da expansão das atividades administrativas e tecnológicas do Município;

Distinção e especialização do objeto: A presente contratação contempla equipamentos com especificações técnicas e funcionalidades distintas, incluindo dispositivos voltados exclusivamente para uso no ambiente educacional.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A presente contratação de Serviços Contínuos (sem dedicação exclusiva de mão de obra) visa incorporar critérios de sustentabilidade e mitigar os possíveis impactos ambientais decorrentes da sua execução, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Está contratação poderá gerar impactos ambientais relacionados ao consumo de energia elétrica, à geração de resíduos eletrônicos e ao transporte dos equipamentos. Para mitigar tais efeitos, será exigido que a empresa contratada observe as normas ambientais aplicáveis, incluindo:

- destinação adequada de resíduos e componentes substituídos;





- fornecimento de equipamentos novos, em linha de produção e com certificações ambientais (RoHS, ANATEL etc.);
- responsabilidade pela manutenção e descarte final dos equipamentos ao término da locação;
- adoção de práticas de eficiência energética e logística sustentável. Dessa forma, a contratação contribui para reduzir a obsolescência tecnológica e minimizar impactos ambientais, transferindo ao fornecedor a responsabilidade pela gestão ambiental dos equipamentos locados.

14. CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da necessidade, dos requisitos, das alternativas de mercado e da viabilidade legal, conclui-se que a Contratação de Serviço Contínuo de locação de notebooks, projetores interativos, Chromebooks e gabinetes de recarga, incluindo serviços de suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva é a solução mais adequada para atender à necessidade pública.

O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que:

1. **A necessidade está claramente definida** (Tópico 1) e alinhada ao planejamento estratégico do Município de Fernandópolis (Tópico 2).
2. **O objeto é um serviço comum**, com especificações padronizadas (Tópico 3), garantindo a ampla competitividade do certame.
3. **A Contratação de Serviço Contínuo** (Alternativa 2) é a opção mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, com o mercado fornecedor sendo plenamente competitivo (Tópico 5).
4. **As quantidades foram estimadas** com base na unidade de Serviço-Mês e em técnica adequada (Tópico 4), e o valor está devidamente justificado por pesquisa de preços de mercado (Tópico 6), buscando a economicidade.
5. **A Solução foi descrita em sua totalidade** (Tópico 7), contemplando a gestão da continuidade operacional e as exigências de qualidade do serviço por resultado.
6. **As justificativas para o não Parcelamento em Itens/Grupos foram apresentadas** (Tópico 8), garantindo a padronização tecnológica, a integração dos serviços de suporte e manutenção e a simplificação da gestão contratual.
7. **Foi apresentada justificativa para a não aplicação do tratamento diferenciado para MEs/EPPs** (Tópico 9).





8. **Os resultados pretendidos** (Tópico 10) **demonstram a eficácia** na locação dos equipamentos tecnológicos, proporcionando ganhos significativos para a administração no âmbito da economicidade e eficiência, contribuindo para a ampliação da integração tecnológica na Educação.
9. **As Providências Prévias** (Tópico 11) **foram definidas**, incluindo a designação do Gestor e Fiscal na fase de planejamento e o treinamento para fiscalização.
10. **A contratação não possui interdependência** que comprometa sua execução (Tópico 12).
11. **Foram observadas as regras de sustentabilidade** e medidas mitigadoras de impactos ambientais (Tópico 13).

Diante do exposto, os elementos apresentados justificam a solução escolhida e atestam a viabilidade técnica, econômica e legal para o prosseguimento da fase interna da contratação, devendo ser elaborado o Termo de Referência com base nos requisitos aqui estabelecidos.

Fernandópolis-SP, 08 de maio de 2026.

MARIANE LANINI BERGAMINI

Equipe de Planejamento

PEDRO AUGUSTO FONTES PARRA

Equipe de Planejamento



FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 659/2026

DATA DA ELABORAÇÃO: 11/03/2026.

AGENTE RESPONSÁVEL: MARIANE LANINI BERGAMINI

I – DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para a Locação de projetores interativos, Chromebooks, notebooks e gabinetes de recarga, incluindo serviços de suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação

II – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

2.1. Para a obtenção do valor estimado da contratação (preço de referência), foram utilizados os parâmetros previstos no Art. 20 do Decreto Municipal nº 9.562/2023. Conforme o § 1º do Art. 20 do referido Decreto, não há priorização entre os parâmetros.

2.2. As fontes utilizadas e sua correspondência legal são:

Art. 20, Inciso I e Inciso IV: Composição de custos extraída do Banco de Preços, usado como referência o Portal Nacional de Contratações Públicas e o Compras.gov e Pesquisa direta junto a fornecedores do ramo.

Compras.gov.br www.gov.br/compras/pt-br

Portal Nacional de Contratações Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

2.3. O detalhamento do procedimento de consulta em cada fonte foi realizado em estrita observância aos requisitos específicos do Decreto Municipal:

Sistemas Oficiais (Art. 20, I): A pesquisa foi realizada no Banco de Preços, usado como referência o Portal Nacional de Contratações Públicas e o Compras.gov, observando a preferência por contratações em execução ou concluídas há menos de 1 (um) ano, conforme Art. 20, § 2º.

Pesquisa Direta com Fornecedores (Art. 20, IV): Foi realizada pesquisa formal junto a 2(dois) fornecedores, cujas respostas formais atendem o rol de informações mínimas do § 4º do Art. 20.

III – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS E ANÁLISE CRÍTICA

3.1. A série de preços brutos analisados encontra-se detalhada na Tabela de Coleta de Preços anexa.

OBSERVAÇÃO: os preços coletados no banco de preços para os itens 2 e 4, levou-se em consideração os seguintes cálculos:

Item 02- Valor da contratação por mês: R\$ 9.534,05 (com correção). Foram locados 90 chromebooks, assim sendo, $R\$ 9.534,05/90 =$ **R\$ 105,93 por equipamento por mês.**

Item 04- Valor da contratação por mês: R\$ 1.168,75 (com correção). Foram locados 3 gabinetes de recargas, assim sendo, $R\$ 1.168,75/3 =$ **R\$ 389,58 por equipamento por mês.**

3.2. Os preços coletados foram analisados de forma crítica, conforme o Art. 21, § 3º do Decreto. O conjunto de preços analisados é composto por 03 (três) preços válidos, obtidos através da combinação dos parâmetros indicados no item II.

3.3. Justificativa para Desconsideração de Valores (Art. 21, § 4º):

Foram desconsideradas as amostras de preço que apresentavam, previamente ao cálculo, valores entendidos como inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

IV – METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO VALOR ESTIMADO

4.1. Método Matemático Aplicado: O valor estimado para a contratação foi obtido através da aplicação da **MÉDIA** dos preços válidos coletados, conforme o Art. 21, *caput*, do Decreto Municipal.

4.2. Conjunto Mínimo de Preços: O cálculo incidiu sobre um conjunto de 03(três) preços válidos, atendendo o requisito de três ou mais preços (Art. 21).

4.3. Memória de Cálculo: A memória de cálculo completa, incluindo os valores brutos, desconsiderados e a aplicação do método matemático escolhido, encontra-se detalhada no Anexo de Memória de Cálculo.

V – JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

5.1. A pesquisa direta (Art. 20, IV) foi realizada junto a fornecedores do ramo de atividade com o objetivo de obter propostas para garantir a aderência ao mercado local / coletar preços para itens de alta especificidade.

5.2. A escolha dos fornecedores consultados, IMPORTINVEST E MC DIGITAL, justifica-se pela comprovada atuação no ramo e na região, possibilitando coleta de preços que sejam compatíveis com o mercado.

VI – CONCLUSÃO E VALOR ESTIMADO

6.1. O valor estimado para a Contratação de empresa especializada para a Locação de projetores interativos, Chromebooks, notebooks e gabinetes de recarga, incluindo serviços de suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, apurado a partir da metodologia descrita e dos preços coletados e validados, é de:

R\$ 1.074.442,56 (um milhão, setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)

6.2. Certificação: O agente responsável atesta, nos termos do Art. 21, § 6º do Decreto, que o valor estimado está compatível com o mercado e que as especificações técnicas do bem ou serviço cotado correspondem integralmente ao objeto que se pretende contratar.

6.3. O detalhamento completo da pesquisa de preços, incluindo a Tabela de Coleta de Preços e a Memória de Cálculo, está anexado ao presente processo para fins de transparência e controle.

Fernandópolis-SP, 11 de março de 2026.

MARIANE LANINI BERGAMINI

Equipe de Planejamento

FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND.	QUANT.	IMPORTINVEST	MC DIGITAL	BANCO DE PREÇOS	MÉDIA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	15750	LOCAÇÃO DE PROJETOR LASER INTERATIVO COM SUPORTE E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.	UND/ VALOR MENSAL POR UNIDADE	11	R\$ 1.843,33	R\$ 1.958,33	R\$ 1.073,10	R\$ 1.624,92	R\$ 17.874,12	R\$ 214.489,44
2	15750	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO TIPO CHROMEBOOK TECNOLOGIA EDUCACIONAL COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA	UND/ VALOR MENSAL POR UNIDADE	390	R\$ 183,33	R\$ 200,00	R\$ 105,93	R\$ 163,09	R\$ 63.605,10	R\$ 763.261,20
3	15750	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO TIPO NOTEBOOK COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA	UND/ VALOR MENSAL POR UNIDADE	13	R\$ 216,67	R\$ 227,78	R\$ 211,45	R\$ 218,63	R\$ 2.842,19	R\$ 34.106,28
4	15750	LOCAÇÃO DE GABINETE DE RECARGA COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.	UND/ VALOR MENSAL POR UNIDADE	13	R\$ 399,00	R\$ 415,00	R\$ 389,58	R\$ 401,19	R\$ 5.215,47	R\$ 62.585,64

VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
R\$ 89.536,88	R\$ 1.074.442,56





PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS

CNPJ: 47.842.836/0001-05

Responsável: MARIANE LANINI BERGAMINI

Matrícula: 517339

Departamento: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



Relatório de Cotação: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Pesquisa realizada entre 21/01/2026 14:13:28 e 28/01/2026 15:19:06

Relatório gerado no dia 11/03/2026 12:58:14 (IP: 138.36.194.62)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: Locação de Projetor Interativo

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 8	1	R\$ 1.073,10 (un)	-	R\$ 1.073,10	R\$ 1.073,10
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação
1	GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ			NºPregão:900632025 UASG:943001	25/04/2025
Valor Unitário					R\$ 1.073,10
		Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 1.073,10		Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.073,10	

Item 2: locação de Chromebook

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R\$ 9.534,05 (un)	-	R\$ 9.534,05	R\$ 9.534,05
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação
1	MUNICIPIO DE GUARARAPES / 931791 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES/SP			48468284000171- 1-000119/2025	27/08/2025
Valor Unitário					R\$ 9.534,05
		Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 9.534,05		Média dos Preços Obtidos: R\$ 9.534,05	

Item 3: Locação de Notebook

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R\$ 211,45 (un)	-	R\$ 211,45	R\$ 211,45



Relatório gerado no dia 11/03/2026 12:58:14 (IP: 138.36.194.62)

Código Validação: lq%2fME8E9xqAclBvPbBa6v0M8iJUsQO0%2bBhIMivV7oi4qHU8nPtm6WA%3d%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=lq%252fME8E9xqAclBvPbBa6v0M8iJUsQO0%252bBhIMivV7oi4qHU8nPtm6WA%253d%253d>



Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE VOTORANTIM / 2229 - Votorantim	46634051000176-1-000130/2025	22/07/2025	R\$ 210,29 R\$ 211,45
Valor Unitário				R\$ 211,45
		Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 211,45	Média dos Preços Obtidos: R\$ 211,45	

Item 4: Locação de Gabinete de Recarga

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL	
1 / 1	1	R\$ 1.168,75 (un)	-	R\$ 1.168,75	R\$ 1.168,75	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE GUARARAPES / 931791 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES/SP			48468284000171-1-000119/2025	27/08/2025	R\$ 1.164,00 R\$ 1.168,75
Valor Unitário					R\$ 1.168,75	
			Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 1.168,75		Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.168,75	

Valor Global: R\$ 11.987,35

Detalhamento dos Itens

Item 1: Locação de Projetor Interativo

Preço Estimado: R\$ 1.073,10 (un)	Percentual: -	Preço Estimado Calculado: R\$ 1.073,10	Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.073,10
-----------------------------------	---------------	--	--

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	projetor interativo (01 unidade)	

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor R\$ 1.056,00
Valor corrigido em 1,62% pelo índice INPC. (Data de atualização: 17/01/2026 Ref.: 12/2025) R\$ 1.073,10

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	Data: 25/04/2025 08:00
Objeto: O objeto da licitação é a prestação dos serviços de Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), incluso serviços de manutenção, suporte técnico, reposição de peças, garantias e licenças de software para a Secretaria do Trabalho – SET, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.	Modalidade: Pregão Eletrônico
	SRP: NÃO
Descrição: Locação Bens Móveis - PROJETO INTERATIVO (01 unidade)	Identificação: NºPregão:900632025 / UASG:943001
CatSer: 22888 - Locação Bens Móveis	Lote/Item: /6
	Ata: Link Ata
	Homologação: 18/06/2025 13:53
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 12
	Unidade: UNIDADE
	UF: CE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
15.081.431/0001-05	SOLUTION TECHNOLOGIA LTDA	R\$ 450,00



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
01.628.251/0001-88 *VENCEDOR*	ALUCOM LTDA	R\$ 1.056,00
22.527.999/0001-64	DKM SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA	R\$ 1.499,00
26.804.280/0001-84	NOVA RENASCER LTDA	R\$ 1.500,00
07.846.791/0001-14	NOVETTI LOCACAO E SERVICOS PARA ESCRITORIO LTDA	R\$ 2.000,00
11.182.175/0001-83	DX COMPUTADORES LTDA	R\$ 2.200,00
00.563.949/0001-08	INFORSISTEM COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 2.220,00
15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	R\$ 103.220.000,00

Item 2: locação de Chromebook

Preço Estimado: R\$ 9.534,05 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 9.534,05 Média dos Preços Obtidos: R\$ 9.534,05

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	locação de Chromebook	

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 9.501,85

Valor corrigido em 0,34% pelo índice INPC. (Data de atualização: 24/01/2026 Ref.: 12/2025)

R\$ 9.534,05

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE GUARARAPES / 931791 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES/SP

Data: 27/08/2025 08:30

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO DE CHROMEBOOK EDUCACIONAL E GABINETE DE RECARGA, INCLUINDO A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS E SUPORTE TÉCNICO, DESTINADOS AOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: 48468284000171-1-000119/2025

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 01/10/2025 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 12

Unidade: MES

UF: SP

Descrição: LOCAÇÃO DE 90 CHROMEBOOK EDUCACIONAL - LOCAÇÃO DE 90 CHROMEBOOK EDUCACIONAL

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
44.080.975/0001-42 *VENCEDOR*	MDA COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 9.501,85

Item 3: Locação de Notebook

Preço Estimado: R\$ 211,45 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 211,45 Média dos Preços Obtidos: R\$ 211,45

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Locação de Notebook	

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 210,29

Valor corrigido em 0,55% pelo índice INPC. (Data de atualização: 17/01/2026 Ref.: 12/2025)

R\$ 211,45

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



Órgão: MUNICIPIO DE VOTORANTIM / 2229 - Votorantim

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES E NOTEBOOKS, INCLUINDO A MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Descrição: LOCAÇÃO DE NOTEBOOK - Locação de Notebook - LOCAÇÃO DE NOTEBOOK - Locação de Notebook

Data: 22/07/2025 08:30

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: 46634051000176-1-000130/2025

Lote/Item: 1/2

Ata: N/A

Homologação: 05/08/2025 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 36

Unidade: SERVIÇO - SERV

UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
01.427.687/0001-09 *VENCEDOR*	ALTBIT INFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 210,29

Item 4: Locação de Gabinete de Recarga

Preço Estimado: R\$ 1.168,75 (un)

Percentual: -

Preço Estimado Calculado: R\$ 1.168,75

Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.168,75

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Locação de Gabinete de Recarga	

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 1.164,80

Valor corrigido em 0,34% pelo índice INPC. (Data de atualização: 17/01/2026 Ref.: 12/2025)

R\$ 1.168,75

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE GUARARAPES / 931791 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES/SP

Data: 27/08/2025 08:30

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO DE CHROMEBOOK EDUCACIONAL E GABINETE DE RECARGA, INCLUINDO A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS E SUPORTE TÉCNICO, DESTINADOS AOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: 48468284000171-1-000119/2025

Lote/Item: 1/2

Ata: N/A

Homologação: 01/10/2025 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 12

Unidade: MES

UF: SP

Descrição: LOCAÇÃO DE 3 GABINETE DE RECARGA - LOCAÇÃO DE 3 GABINETE DE RECARGA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
44.080.975/0001-42 *VENCEDOR*	MDA COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 1.164,80



Relatório gerado no dia 11/03/2026 12:58:14 (IP: 138.36.194.62)

Código Validação: Iq%2fME8E9xqAclBvPbBa6v0M8iJUsQO0%2bBhIMivV7oi4qHU8nPtm6WA%3d%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=Iq%252fME8E9xqAclBvPbBa6v0M8iJUsQO0%252bBhIMivV7oi4qHU8nPtm6WA%253d%253d>

4 / 5





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras.gov.br

www.gov.br/compras/pt-br

Data: 21/01/2026 14:13:28

Acessar a fonte [aqui](#)

2 - Portal Nacional de Contratações Públicas

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Data: 21/01/2026 14:23:39

Acessar a fonte [aqui](#)



Relatório gerado no dia 11/03/2026 12:58:14 (IP: 138.36.194.62)

Código Validação: lq%2fME8E9xqAclBvPbBa6v0M8iJUsQO0%2bBhIMivV7oi4qHU8nPtm6WA%3d%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=lq%252fME8E9xqAclBvPbBa6v0M8iJUsQO0%252bBhIMivV7oi4qHU8nPtm6WA%253d%253d>



Barueri-SP, 09 de março de 2.026.

PROJETO PARA INCLUSÃO DIGITAL NA SALA DE AULA

PROPOSTA TÉCNICA / COMERCIAL



Elaborado por:

Importinvest Importação e Comércio Ltda
Fundação: 21.03.1994

CNPJ: 74.537.747/0001-10
Inscr. Estadual: 206.178.745.110

Responsável direto pelo projeto e duvidas: **Ronaldo Jose de Paula**
Celular: (17) 98120.0097
ronaldo.jose@importinvest.com.br

Responsável em caso de ausência: **Francisco Caldas**
Celular: (17) 99791.4782
francisco.caldas@importinvest.com.br



AO

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE FERNANDÓPOLIS**

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SUPORTE, MANUTENÇÃO E CAPACITAÇÃO EM SISTEMA INTERATIVO DE ENSINO PARA SALA DE AULA, COM COMODATO DE PROJETOR INTERATIVO, CHROMEBOOK, NOTEBOOK E CARRINHO DE RECARGA, QUE PERMITIRÁ O ATENDIMENTO REGULAR DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, INCLUINDO AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS.

Prezados (as),

A Importinvest Importação e Comercio Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 74.537.747\0001-10, estabelecida na Avenida Aruanã, n.º 280/352, conjunto 1 e 6, bairro Tamboré, município de Barueri, estado São Paulo. CEP: 06.460-010, e-mail: licitacoes@importinvest.com.br, telefone: 11 4134 7171 / 11 4195 7298, Inscrição Estadual: 206.178.745.110, Inscrição Municipal: 5.33871/4, vem através desta, apresentar para apreciação, a seguinte proposta:

GRUPO 01							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	<p>LOCAÇÃO DE PROJETOR LASER INTERATIVO COM SUPORTE E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção</p> <p>CARACTERÍSTICA</p> <p>Fonte Luminosa: Deverá ser do tipo LASER;</p> <p>Tecnologia de Projeção: Deverá possuir tecnologia DLP ou 3LCD, de ultracurta distância.</p> <p>Luminosidade: Deverá possuir mínima de 4.000 lúmens certificados pela ANSI ou ISSO</p> <p>Contraste Dinâmico: Deverá ser no mínimo 2.500.000:1;</p> <p>Resolução Nativa: Dever ser no mínimo 1920x1080 pixels.</p>	15750	UND	11	R\$ 1.843,33	R\$ 20.276,63	R\$ 243.319,56

	<p>Durabilidade da fonte luminosa de 20 000 horas, no mínimo, em modo normal;</p> <p>Projeção de Imagem: Devera suportar formato WideScreen nativo de 16:09 com suporte para 16:10 e 4:3;</p> <p>Deverá acompanhar o software de interatividade gratuito de uso ilimitado do próprio fabricante do equipamento, que forneça ferramentas de anotação.</p> <p>Interatividade: Deverá permitir a interatividade sobre a imagem projetada diretamente em superfície plana e rígida, através do uso de caneta interativa fornecida juntamente como o equipamento e toques com os dedos diretamente na tela, sem a necessidade de uso de produtos sensíveis de terceiros, tais como, lousa, manta ou moldura.</p> <p>Deverá permitir a interatividade em dois pontos simultâneos via caneta e até 4 pontos via toque com os dedos.</p> <p>Tamanho de Projeção: Deverá projetar imagens até 100 polegadas (diagonal) com distância máxima de 61 cm entre superfície de projeção e o projetor; possuir throw ratio (relação de tiro/zoom) máximo de 0.30:1;</p> <p>O equipamento deve atender a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances).</p> <p>Garantia on-site de no mínimo 3 anos pelo fabricante, com comprovação de centro de serviço autorizado nas principais capitais ou na localidade da contratação.</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--

<p>CONECTIVIDADE</p> <p>Alimentação: Deverá ser bivolt automático 110V-220V, ±10%, 50/60 Hz.</p> <p>Interface HDMI: Deverá possuir no mínimo 2 (duas) conexões HDMI.</p> <p>Interface VGA (saida): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão VGA (D-sub 15pin).</p> <p>Interface VGA (entrada): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão VGA (D-sub 15pin).</p> <p>Interface de áudio (saida): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RCA de audio ou 1 (uma) conexão mini jack P2.</p> <p>Interface de áudio (entrada): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RCA de áudio ou 1 (uma) conexão mini jack P2.</p> <p>Interface USB: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão USB tipo A e 1 (uma) conexão do tipo B.</p> <p>Conectividade Wireless: Deverá possuir conexão Wireless integrada ao equipamento, sendo aceitos adaptadores externos do mesmo fabricante.</p> <p>Interface Ethernet: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RJ45.</p> <p>Interface Serial: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RS232 (D-sub com 9 pinos).</p> <p>Possuir conexão Miracast nativa ou ser entregue com acessório externo homologado pela Anatel.</p> <p>Deverá possuir alto falante integrado</p>						
--	--	--	--	--	--	--



	<p>com potência mínima de 10W.</p> <p>ACESSÓRIOS</p> <p>Controle Remoto: Deverá possuir controle remota.</p> <p>Cabo de Força. Deverá acompanhar cabo de energia no novo padrão NBR 14136.</p> <p>Canetas interativas: Deverá possuir no mínimo 2 (duas) canetas interativas.</p> <p>Pilhas: Deverá acompanhar as pilhas necessárias para funcionamento do controle remoto e canetas interativas.</p> <p>Suporte para fixação (da mesma marca do fabricante do projetor): Deverá acompanhar o equipamento todos os componentes para fixação em parede com regulagem de inclinação.</p> <p>Deverá suportar trava de segurança com padrão Kensington.</p>						
2	<p>LOCAÇÃO DE COMPUTADOR PORTÁTIL EDUCACIONAL, TIPO CHROMEBOOK, COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Computador portátil educacional, TIPO CHROMEBOOK, novo, de primeiro uso e em linha de fabricação.</p> <p>PLACA MÃE E PROCESSADOR: Deve possuir Processador com no mínimo 2 núcleos físicos e frequência de operação interna mínima de 2,8 GHz com memória cache de 4MB;</p> <p>CHIPSET: Se aplicável, deve possuir o CHIPSET do mesmo fabricante do processador do equipamento é</p>	15750	UND	390	R\$ 183,33	R\$ 71.498,70	R\$ 857.984,40

<p>compatível com o sistema operacional Chrome OS;</p> <p>VIDEO: Possuir placa de vídeo integrada com memória podendo ser compartilhada com a memória principal;</p> <p>MEMÓRIA: Deve ser instalado no mínimo de 4 GB de memória RAM tipo DDR4 ou superior, velocidade 2400MHZ ou superior;</p> <p>PORTAS E INTERFACES: Possuir no mínimo 02 (duas) portas do tipo USB podendo ser USB do tipo C ou USB 3.0;</p> <p>ARMAZENAMENTO: Deve possuir 01 (uma) unidade de armazenamento de estado sólido com no mínimo 32 B EMMC e entrada para leitor de cartão micro SD;</p> <p>TELA: 11.6" LED, resolução HD 1366 x 768 @60Hz 16:9 anti-glare;</p> <p>MULTIMIDIA: Áudio de alta definição (HD Áudio) com controladora de som integrada e placa-mãe 16Bits; Câmera frontal 720p HD integrada ao gabinete, rotacional (180°), filma e tira fotos em 720p; Microfone digital integrado; Alto falantes estéreo 2x 2w integrados.</p> <p>TECLADO E MOUSE: O equipamento ofertado deve possuir teclado padrão Brasil (ABNT) com tecla Ç (padrão google), resistente a derramamento acidental de líquidos, com dreno para escoamento, Mouse tipo touchpad 2 botões, mult-toques, resistente a líquidos.</p> <p>GABINETE: O gabinete deve ser nas cores preto e /ou cinza, sendo obrigatório a mesma cor/modelo</p>						
---	--	--	--	--	--	--

<p>para todo o lote; O gabinete deve ser resistente a quedas.</p> <p>PESO: Deve possuir o peso de no máximo de 1,2 kg;</p> <p>ENERGIA: Deve possuir a fonte de alimentação com eficiência de 85% bivolt (100V – 240V) projetada para suportar o equipamento;</p> <p>Deve possuir bateria interna de 3 células com duração de no mínimo 10 (dez) horas de uso;</p> <p>SISTEMAS OPERACIONAIS: O equipamento deve vir instalado com sistema operacional Chrome OS.</p> <p>GERENCIAMENTO</p> <p>Licença de ferramenta em nuvem capaz de realizar atualizações automáticas de softwares e drivers diretamente da internet, sem a necessidade do conhecimento específico do usuário; Software ou sistema que permita a migração da imagem do equipamento a partir de uma rede corporativa ou com conexão a internet; Ferramenta capaz de restaurar as configurações originais de fábrica do equipamento (Sistema Operacional e Aplicativos); Deve ser capaz de realizar monitoração dos equipamentos, coletando no mínimo as seguintes informações: Identificação do equipamento, controle de utilização (verificar última data de conexão) e utilização dos aplicativos;</p> <p>Deve ser capaz de criar lista de usuários com permissão de utilização no equipamento, além de criar listas de restrição a acesso a páginas na internet e versões do sistema operacional; Deve ser capaz de ativar</p>						
--	--	--	--	--	--	--

	<p>e desativar de forma remota a câmera, microfone, bluetooth, unidade USB e caixa de som interna do equipamento sem interferência do usuário; Deve possuir funcionalidade de apagar todas as informações locais do usuário, configurações e estado após cada saída; Deve ser capaz de emitir relatório de notificação de dispositivos inativos; Deve ser capaz de prover o Gerenciamento de energia na tela de login, reinicialização agendada e encerramento do equipamento; Deve ser capaz de gerenciar as impressoras em nuvem, o fuso horário e a lista de permissões de dispositivos USB removíveis; Deve possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas um aplicativo (modo quiosque) e informar por e-mail os alertas de alteração de status do dispositivo, não permitindo a utilização deste para qualquer outra atividade; Deve possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas o domínio educacional implantado e todos os equipamentos deverão ser entregues já provisionados para o domínio educacional; Deve possuir mecanismo de segurança capaz de bloquear todas as funções do equipamento remotamente e emitir uma mensagem com instruções de devolução do dispositivo desativado, caso contrário este equipamento ficará com uso restrito indefinidamente; Dashboard de acompanhamento da evolução da implantação dos equipamentos nas escolas, onde os dados devem vir da console de gerenciamento do GOOGLE WORKSPACE for Education onde apresente no mínimo o número de equipamentos provisionados,</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--



	histórico de provisionamento, quantidade de equipamentos ativos por escola, número de usuários que utilizaram os equipamentos por escola, relação de equipamentos por último local de utilização e relação de equipamentos por número de série sem utilização nos últimos 30 dias por escola. Ao usuário logar na sifi identificar o georreferenciamento do equipamento. O carregamento desses dados é realizado de forma automática e apresentando informações desprezando no máximo dia menos 2.						
3	<p>LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO TIPO NOTEBOOK COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção.</p> <p>PLACA MÃE E PROCESSADOR</p> <p>Deve possuir frequência de operação interna mínima de 1,3 GHz com no mínimo 10 núcleos físicos;</p> <p>Deve possuir o processador gráfico integrado;</p> <p>CHIPSET</p> <p>Caso tenha, deverá possuir o CHIPSET do mesmo fabricante do processador do equipamento;</p> <p>VIDEO</p> <p>Deve possuir no mínimo placa de vídeo integrada com memória podendo ser compartilhada com a memória principal ou dedicada caso a placa de vídeo seja off board;</p> <p>MEMÓRIA</p> <p>Deve ser instalado na mínimo com 16 GB de memória RAM, DDR4 ou superior, velocidade (frequência) 3.200 MHz ou superior;</p>	15750	UND	13	R\$ 216,67	R\$ 2.816,67	R\$ 33.800,52

<p>PORTAS E INTERFACES</p> <p>Deve possuir salda para conexão de vídeo no padrão HDMI e USB tipo C, não sendo aceita soluções através de adaptadores:</p> <p>Deve possuir no mínimo, 02 (duas) portas USB tipo A;</p> <p>DISCO RÍGIDO</p> <p>Deve possuir 01 (uma) unidade de armazenamento tipo SSD NVMe™ no mínimo 512 Gb;</p> <p>TELA</p> <p>Deve possuir a tela com tecnologia HD LED, colorida, tamanho mínimo de 15,6 polegadas, resolução de 1920 x 1080 ou superior,</p> <p>Deverá possuir o Vídeo Integrado, Webcam integrada ao gabinete com resolução mínima HD 720p,</p> <p>COMUNICAÇÕES</p> <p>Deve possuir Adaptador Wireless integrado 802.11 ac permitindo conexão WiFi em 2.4GHz e 5GHz;</p> <p>Deverá possuir conexão Bluetooth 5;</p> <p>MULTIMÍDIA</p> <p>Deve possuir na mínimo 02 (dois) alto falantes internos;</p> <p>Deve possuir saída para fone de ouvido e entrada para microfone (podendo ser combo);</p> <p>DISPOSITIVO PADRÃO</p> <p>Deve possuir o teclado em português (Brasil), Dispositivo de apontamento sensível ao toque (touchpad) com suporte à função multitoques;</p> <p>GABINETE</p> <p>O gabinete deve ser nas cores branco, preto ou prata,</p> <p>ENERGIA</p>						
---	--	--	--	--	--	--

	<p>Deve possuir a fonte sendo bivolt (100V-240V) projetada para suportar o equipamento;</p> <p>SISTEMAS OPERACIONAIS</p> <p>O equipamento deve vir instalado com sistema operacional MS Windows 11 Pro.</p> <p>CERTIFICAÇÕES E SEGURANÇA</p> <p>O modelo ofertado deve possuir certificado da ANATEL e FCC;</p> <p>Todos os opcionais deverão ser homologados pelo fabricante do equipamento;</p>						
4	<p>LOCAÇÃO DE GABINETE DE RECARGA COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção.</p> <p>CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO</p> <p>Deve possuir capacidade para armazenamento de, no mínimo trinta e seis (36) Chromebooks posicionados em compartimentos/balas verticais, com acesso exclusivo pela porta frontal;</p> <p>Deve possuir bandeja interna ou compartimento para armazenamento de ponto de acesso wifi, notebook e acessórios;</p> <p>CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS E FÍSICAS DO GABINETE</p> <p>O gabinete deve ser construído em chapa de aço carbono com espessura mínima de 0,90 mm e/ou chapa de material não metálico resistente e antichamas;</p> <p>Deve possuir bandejas horizontais internas construídas em chapa de</p>	15750	UND	13	R\$ 399,00	R\$ 5.187,00	R\$ 62.244,00

<p> aço carbono de no mínimo 0,70 mm de espessura e/ou chapa de material não metálico resistente e antichamas, com total de no mínimo trinta e seis posições/baias vertical; </p> <p> Deve possuir bandejas e/ou compartimentos internos exclusivos para organização e armazenamento das fontes de alimentação dos chromebooks; </p> <p> O gabinete deve possuir no mínimo uma porta frontal e uma porta traseira, com sistema de dobradiças, construídas com chapa de aço carbono de espessura mínima de 0,90 mm e/ou chapa de material não metálico resistente, com aberturas/orifícios para melhorar a troca térmica interna; </p> <p> As portas e gaveta devem ter sistema de fechamento com ponto de travamento, com chaves; </p> <p> Deve incluir dais (2) pares de chaves: </p> <p> Os painéis laterais do gabinete devem ser construídos em peça inteiriça, encaixados/fixados internamente para evitar sua desmontagem pelo lado externo; </p> <p> Deve possuir acabamento de chapas e demais componentes metálicos em pintura eletrostática, resistente a riscos e a corrosão nas cores branca e/ou preta; </p> <p> Deve possuir quatro (4) rodízios emborrachados de no mínimo três polegadas de diâmetro para permitir a fácil movimentação do gabinete entre ambientes, com trava em pelo menos dois rodízios, </p> <p> Deve possuir dimensões externas </p>						
---	--	--	--	--	--	--

<p>máximas (aproximadas): 850mm x 1050 mm x 600 mm (largura x altura x profundidade) sendo aceita uma tolerância de 10% nas dimensões;</p> <p>Deve possuir no mínimo um puxador/alça lateral para facilitar o manuseio e deslocamento do gabinete.</p> <p>CARACTERÍSTICAS SISTEMA DE CARREGAMENTO</p> <p>Deve possuir sistema eletrônico modular de recarga para proporcionar alimentação simultânea dos equipamentos armazenados com indicadores do tipo LED ou similar para permitir visualização e acompanhamento do processo de recarga;</p> <p>O sistema de recarga deve ser instalado de modo independente das réguas de tomadas para permitir a sua retirada e substituição em poucos minutos, garantindo continuidade do funcionamento do gabinete eliminando a necessidade de envio do equipamento completo para manutenção externa.</p> <p>As réguas de tomadas devem ter instalação independente / separada, para facilitar substituição em caso de manutenção:</p> <p>CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA ELÉTRICO</p> <p>Deve possuir réguas de tomadas internas, com no mínimo 36 posições, tipo 2P+ T, em conformidade com a norma NBR14136, padrão 10ª;</p> <p>Deve possuir réguas com espaçamento mínimo de 30 mm</p>						
---	--	--	--	--	--	--



	<p>entre as tomadas, suficiente para a ligação das fontes de alimentação dos chromebooks armazenados nos compartimentos vertical;</p> <p>Deve possuir régua de tomada adicional externa, com no mínimo duas posições, tipo 2P+T padrão 10A em conformidade com a norma NBR14136, energizada continuamente, para alimentação de equipamentos tais como: ponto de acesso wifi, notebook, projetor multimídia e acessórios;</p> <p>O acesso ao interruptor principal L/D e às régua de tomadas deve ser feito pela porta dianteira e/ou traseira do gabinete, para evitar que pessoas não autorizadas possam desativar o sistema de recarga e/ou desconectar as fontes dos chromebooks;</p> <p>Deve possuir sistema de proteção elétrica integrada ao módulo central, composto de disjuntor rápido de no mínimo 15A e IDR (interruptor diferencial residual) com sensibilidade de 30mA contra surtos de tensão da rede e choque elétrico;</p> <p>Deve possuir calhas e/ou dutos para passagem interna de todos os cabos e fiação elétrica, garantindo segurança e proteção aos usuários;</p> <p>SISTEMA DE VENTILAÇÃO</p> <p>Deve possuir sistema de exaustão composto por aberturas / orifícios na estrutura do gabinete e no mínimo dois ventiladores / exaustores, para retirada do ar quente do interior do gabinete e manutenção da temperatura dos equipamentos em condições ideais de trabalho;</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--

	<p>CERTIFICAÇÕES E SEGURANÇA</p> <p>ABNT NBR 08094:1983 (Esta Norma prescreve o método para execução de ensaios de exposição à nevoa salina, em materiais metálicos revestidos e não revestidos).</p> <p>ABNT NBR ISSO 4628-3: 2015 (Grau de deformação em temperaturas).</p> <p>ISPR 22 (níveis de emissões eletromagnéticas).</p> <p>CISPR 24 (Imunidade a distúrbios eletromagnéticos).</p> <p>GERAL</p> <p>Deve possuir a alimentação elétrica através de um único cabo de alimentação com no mínimo 3m de comprimento e plugue tipo 2P+T padrão NRB14136, utilizando uma tomada comum na parede, sem necessidade de tomada especial ou modificação na infraestrutura elétrica. Porta cabo e/ou compartimento próprio para acondicionamento do cabo de alimentação;</p> <p>Deve possuir opção para instalação de conector tipo RJ45, para conexão à internet e redes Ethernet/LAN;</p> <p>Deve possuir alimentação: bivolt 110 V-240 V com chaveamento automático;</p> <p>Deve ter peso máximo (vazio): 65 Kg</p>						
VALOR TOTAL MENSAL DO GRUPO						R\$	99.780,33



DISPOSIÇÕES GERAIS:

- ❖ Inclusos: Frete, Impostos, peças, manutenção, deslocamento técnico, alimentação, km, estadia, capacitação dos usuários.
- ❖ Forma de Faturamento: Fatura de locação, 15 dias após a emissão.
- ❖ Período do contrato: 12 meses, podendo ser renovado pelo mesmo período conforme lei.
- ❖ Validade da proposta: 60 dias.
- ❖ Prazo de implantação do projeto: Conforme cronograma pré-estabelecido entre IMPORTINVEST e PREFEITURA DE FERNADÓPOLIS.

Atenciosamente,



Ronaldo Jose de Paula
Gestor de Contratos – Setor Público.
Unidade Interior Paulista
Celular: (17) 98120-0097



São José do Rio Preto, 11/03/2026.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS/SP.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SUPORTE, MANUTENÇÃO E CAPACITAÇÃO EM INCLUSÃO DIGITAL NA SALA DE AULA.

GRUPO 01							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	<p>LOCAÇÃO DE PROJETOR LASER INTERATIVO COM SUPORTE E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção</p> <p>CARACTERÍSTICA</p> <p>Fonte Luminosa: Deverá ser do tipo LASER;</p> <p>Tecnologia de Projeção: Deverá possuir tecnologia DLP ou 3LCD, de ultracurta distância.</p> <p>Luminosidade: Deverá possuir mínima de 4.000 lúmens certificados pela ANSI ou ISSO</p> <p>Contraste Dinâmico: Deverá ser no mínimo 2.500.000:1;</p> <p>Resolução Nativa: Dever ser no mínimo 1920x1080 pixels.</p> <p>Durabilidade da fonte luminosa de 20 000 horas, no mínimo, em modo normal;</p>	15750	UND	11	R\$ 1.958,33	R\$ 21.541,67	R\$ 258.500,00



Solução em Impressão

	<p>Projeção de Imagem: Devera suportar formato WideScreen nativo de 16:09 com suporte para 16:10 e 4:3;</p> <p>Deverá acompanhar o software de interatividade gratuito de uso ilimitado do próprio fabricante do equipamento, que forneça ferramentas de anotação.</p> <p>Interatividade: Deverá permitir a interatividade sobre a imagem projetada diretamente em superfície plana e rígida, através do uso de caneta interativa fornecida juntamente como o equipamento e toques com os dedos diretamente na tela, sem a necessidade de uso de produtos sensíveis de terceiros, tais como, lousa, manta ou moldura.</p> <p>Deverá permitir a interatividade em dois pontos simultâneos via caneta e até 4 pontos via toque com os dedos.</p> <p>Tamanho de Projeção: Deverá projetar imagens até 100 polegadas (diagonal) com distância máxima de 61 cm entre superfície de projeção e o projetor; possuir throw ratio (relação de tiro/zoom) máximo de 0.30:1;</p> <p>O equipamento deve atender a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances).</p> <p>Garantia on-site de no mínimo 3 anos pelo fabricante, com comprovação de centro de serviço autorizado nas principais capitais ou na localidade da contratação.</p> <p>CONECTIVIDADE</p> <p>Alimentação: Deverá ser bivolt automático 110V-220V, $\pm 10\%$, 50/60 Hz.</p>					
--	---	--	--	--	--	--



Solução em Impressão

	<p>Interface HDMI: Deverá possuir no mínimo 2 (duas) conexões HDMI.</p> <p>Interface VGA (saida): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão VGA (D-sub 15pin).</p> <p>Interface VGA (entrada): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão VGA (D-sub 15pin).</p> <p>Interface de áudio (saida): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RCA de audio ou 1 (uma) conexão mini jack P2.</p> <p>Interface de áudio (entrada): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RCA de áudio ou 1 (uma) conexão mini jack P2.</p> <p>Interface USB: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão USB tipo A e 1 (uma) conexão do tipo B.</p> <p>Conectividade Wireless: Deverá possuir conexão Wireless integrada ao equipamento, sendo aceitos adaptadores externos do mesmo fabricante.</p> <p>Interface Ethernet: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RJ45.</p> <p>Interface Serial: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RS232 (D-sub com 9 pinos).</p> <p>Possuir conexão Miracast nativa ou ser entregue com arcessório externo homologado pela Anatel.</p> <p>Deverá possuir alto falante integrado com potência mínima de 10W.</p> <p>ACESSORIOS</p> <p>Controle Remoto: Deverá possuir controle remota.</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--

Solução em Impressão

	<p>Cabo de Força. Deverá acompanhar cabo de energia no novo padrão NBR 14136.</p> <p>Canetas interativas: Deverá possuir no mínimo 2 (duas) canetas interativas.</p> <p>Pilhas: Deverá acompanhar as pilhas necessárias para funcionamento do controle remoto e canetas interativas.</p> <p>Suporte para fixação (da mesma marca do fabricante do projetor): Deverá acompanhar o equipamento todos os componentes para fixação em parede com regulagem de inclinação.</p> <p>Deverá suportar trava de segurança com padrão Kensington.</p>						
2	<p>LOCAÇÃO DE COMPUTADOR PORTÁTIL EDUCACIONAL, TIPO CHROMEBOOK, COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Computador portátil educacional, TIPO CHROMEBOOK, novo, de primeiro uso e em linha de fabricação.</p> <p>PLACA MÃE E PROCESSADOR: Deve possuir Processador com no mínimo 2 núcleos físicos e frequência de operação interna mínima de 2,8 GHz com memória cache de 4MB;</p> <p>SISTEMA OPERACIONAL:</p> <p>CHIPSET intel e BIOS COMPATÍVEL com Google OS. Sistema operacional Chrome OS 64 bits integrado, em PORTUGUÊS BRASIL com sistema de recovery – Suporte a atualização do Chrome OS até 2031. Suporte e instalação de aplicativos para tablets Android.</p>	15750	UND	390	R\$ 200,00	R\$ 78.000,00	R\$ 936.000,00



	<p>VIDEO: Possuir placa de vídeo integrada Intel UHD Graphics com memória compartilhada com a memória principal;</p> <p>MEMÓRIA RAM: Deve ser instalado no mínimo de 4 GB de memória RAM tipo LPDDR4x de até 2933MHZ;</p> <p>PORTAS E INTERFACES:</p> <p>2x* USB 3.2 Tipo C (carregamento, ethernet, dados e vídeo)</p> <p>2x* USB 3.2 Tipo A (1x USB 3.2 Tipo A para configurações com 4G LTE integrado)</p> <p>1x Saída padrão P2/P3 de 3,5mm para fone e microfone (combo)</p> <p>1x Slot microSD card (SD/MMC), suporta cartões de até 128GB</p> <p>1x slot SIM card (para configurações com 4G LTE integrado)</p> <p>SAIDA DE VÍDEO: Via USB Tipo-C</p> <p>ARMAZENAMENTO: Capacidade de 32GB eMMC 5.1, expansível através de slot de cartão de memória MicroSD;</p> <p>TELA: 11.6" LED, resolução HD 1366 x 768 @60Hz 16:9 anti-glare;</p> <p>MULTIMIDIA: Áudio de alta definição (HD Áudio) com controladora de som integrada a placa-mãe 16Bits; Câmara frontal 720p HD integrada ao gabinete, rotacional (180°), filma e tira fotos em 720p; Microfone digital integrado; Alto falantes estéreo 2x 2w integrados.</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--



<p>CONECTIVIDADE: Rede sem fio: Wireless Intel® Wi-Fi 6 AX201, IEEE 802.11 a/b/g/n/ac/ax dual band 2.4/5.0GHz 2x2, MU-MIMO + Bluetooth 5.2</p> <p>TECLADO E MOUSE: O equipamento ofertado deve possuir teclado padrão Brasil (ABNT) com tecla Ç (padrão google), com impressão permanente, resistente a derramamento acidental de líquidos, com dreno para escoamento, dispositivo de apontamento mouse tipo touchpad 2 botões, multitoques, resistente a líquidos.</p> <p>GABINETE: Cor: cinza/preto Botões: Liga/Desliga - Luz/led: indicadora de estado ligado/desligado.</p> <p>SEGURANÇA: 1x Slot para trava de segurança do tipo Kensington, Chip de criptografia H1 nativo.</p> <p>ROBUSTEZ: Gabinete com estrutura robusta, revestido com compostos polímeros de fibras de alta resistência. Resistente a quedas de até 80cm e proteção IP41 contra sólidos e líquidos.</p> <p>Sistema de dissipação de calor fanless (sem ventoinha) não emite ruído.</p> <p>PESO: Deve possuir o peso de no máximo de 1,2 kg, Dimensões: 29,0 x 2,0 x 19,8cm (Lx Ax C);</p> <p>ENERGIA: Deve possuir a fonte de alimentação com eficiência de 85% bivolt (100V-240V - 50/60Hz) 30w ou 45w Tipo-C com tecnologia fast charging (carregamento de 80% da bateria em 1 hora com o equipamento</p>						
---	--	--	--	--	--	--



Solução em Impressão

	<p>desligado) Inclui cabo de alimentação padrão NBR 14136 de 1,5m ou 1,8m.</p> <p>BATERIA: Deve possuir bateria lítio recarregável de 2 células de 47Wh (47,30Wh/6150mAh), com autonomia de 12 horas. Possui mecanismo de segurança contra sobrecarga e sobreaquecimento.</p> <p>GERENCIAMENTO</p> <p>Licença de ferramenta em nuvem capaz de realizar atualizações automáticas de softwares e drivers diretamente da internet, sem a necessidade do conhecimento específico do usuário; Software ou sistema que permita a migração da imagem do equipamento a partir de uma rede corporativa ou com conexão a internet; Ferramenta capaz de restaurar as configurações originais de fábrica do equipamento (Sistema Operacional e Aplicativos); Deve ser capaz de realizar monitoração dos equipamentos, coletando no mínimo as seguintes informações: Identificação do equipamento, controle de utilização (verificar última data de conexão) e utilização dos aplicativos;</p> <p>Deve ser capaz de criar lista de usuários com permissão de utilização no equipamento, além de criar listas de restrição a acesso a páginas na internet e versões do sistema operacional; Deve ser capaz de ativar e desativar de forma remota a câmera, microfone, bluetooth, unidade USB e caixa de som interna do equipamento sem interferência do usuário; Deve possuir funcionalidade de apagar todas as informações locais do usuário, configurações e estado após</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--



Solução em Impressão

	<p>cada saída; Deve ser capaz de emitir relatório de notificação de dispositivos inativos; Deve ser capaz de prover o Gerenciamento de energia na tela de login, reinicialização agendada e encerramento do equipamento; Deve ser capaz de gerenciar as impressoras em nuvem, o fuso horário e a lista de permissões de dispositivos USB removíveis; Deve possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas um aplicativo (modo quiosque) e informar por e-mail os alertas de alteração de status do dispositivo, não permitindo a utilização deste para qualquer outra atividade; Deve possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas o domínio educacional implantado e todos os equipamentos deverão ser entregues já provisionados para o domínio educacional; Deve possuir mecanismo de segurança capaz de bloquear todas as funções do equipamento remotamente e emitir uma mensagem com instruções de devolução do dispositivo desativado, caso contrário este equipamento ficará com uso restrito indefinidamente; Dashboard de acompanhamento da evolução da implantação dos equipamentos nas escolas, onde os dados devem vir da console de gerenciamento do GOOGLE WORKSPACE for Education onde apresente no mínimo o número de equipamentos provisionados, histórico de provisionamento, quantidade de equipamentos ativos por escola, número de usuários que utilizaram os equipamentos por escola, relação de equipamentos por último local de utilização e relação de equipamentos</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--



Solução em Impressão

	por número de série sem utilização nos últimos 30 dias por escola. Ao usuário logar na sifi identificar o georreferenciamento do equipamento. O carregamento desses dados é realizado de forma automática e apresentando informações desprezando no máximo dia menos 2.						
3	<p>LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO TIPO NOTEBOOK COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção.</p> <p>PLACA MÃE E PROCESSADOR</p> <p>Deve possuir frequência de operação interna mínima de 1,3 GHz com no mínimo 10 núcleos físicos;</p> <p>Deve possuir o processador gráfico integrado;</p> <p>CHIPSET</p> <p>Caso tenha, deverá possuir o CHIPSET do mesmo fabricante do processador do equipamento;</p> <p>VIDEO</p> <p>Deve possuir no mínimo placa de vídeo integrada com memória podendo ser compartilhada com a memória principal ou dedicada caso a placa de vídeo seja off board;</p> <p>MEMÓRIA</p> <p>Deve ser instalado na minimo com 16 GB de memória RAM, DDR4 ou superior, velocidade (frequência) 3.200 MHz ou superior;</p> <p>PORTAS E INTERFACES</p>	15750	UND	13	R\$ 227,78	R\$ 2.961,11	R\$ 35.533,33

	<p>Deve possuir salda para conexão de vídeo no padrão HDMI e USB tipo C, não sendo aceita soluções através de adaptadores:</p> <p>Deve possuir no mínimo, 02 (duas) portas USB tipo A;</p> <p>DISCO RÍGIDO</p> <p>Deve possuir 01 (uma) unidade de armazenamento tipo SSD NVMe™ no mínimo 512 Gb;</p> <p>TELA</p> <p>Deve possuir a tela com tecnologia HD LED, colorida, tamanho mínimo de 15,6 polegadas, resolução de 1920 x 1080 ou superior,</p> <p>Deverá possuir o Vídeo Integrado, Webcam integrada ao gabinete com resolução mínima HD 720p,</p> <p>COMUNICAÇÕES</p> <p>Deve possuir Adaptador Wireless integrado 802.11 ac permitindo conexão WiFi em 2.4GHz e 5GHz;</p> <p>Deverá possuir conexão Bluetooth 5;</p> <p>MULTIMIDIA</p> <p>Deve possuir na mínimo 02 (dois) alto falantes internos;</p> <p>Deve possuir saída para fone de ouvido e entrada para microfone (podendo ser combo);</p> <p>DISPOSITIVO PADRÃO</p> <p>Deve possuir o teclado em português (Brasil), Dispositivo de apontamento sensível ao toque (touchpad) com suporte à função multitoques;</p> <p>GABINETE</p>					
--	--	--	--	--	--	--



	<p>O gabinete deve ser nas cores branco, preto ou prata,</p> <p>ENERGIA</p> <p>Deve possuir a fonte sendo bivolt (100V-240V) projetada para suportar o equipamento;</p> <p>SISTEMAS OPERACIONAIS</p> <p>O equipamento deve vir instalado com sistema operacional MS Windows 11 Pro.</p> <p>CERTIFICAÇÕES E SEGURANÇA</p> <p>O modelo ofertado deve possuir certificado da ANATEL e FCC;</p> <p>Todos os opcionais deverão ser homologados pelo fabricante do equipamento;</p>						
4	<p>LOCAÇÃO DE GABINETE DE RECARGA COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção.</p> <p>CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO</p> <p>Deve possuir capacidade para armazenamento de, no mínimo trinta e seis (36) Chromebooks posicionados em compartimentos/balas verticais, com acesso exclusivo pela porta frontal;</p> <p>Deve possuir bandeja interna ou compartimento para armazenamento de ponto de acesso wifi, notebook e acessórios;</p> <p>CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS E FÍSICAS DO GABINETE</p> <p>O gabinete deve ser construído em chapa de aço carbono com espessura mínima de 0,90 mm e/ou chapa de</p>	15750	UND	13	R\$ 415,00	R\$ 5.395,00	R\$ 64.740,00



Solução em Impressão

	<p>material não metálico resistente e antichamas;</p> <p>Deve possuir bandejas horizontais internas construídas em chapa de aço carbono de no mínimo 0,70 mm de espessura e/ou chapa de material não metálico resistente e antichamas, com total de no mínimo trinta e seis posições/baixas vertical;</p> <p>Deve possuir bandejas e/ou compartimentos internos exclusivos para organização e armazenamento das fontes de alimentação dos chromebooks;</p> <p>O gabinete deve possuir no mínimo uma porta frontal e uma porta traseira, com sistema de dobradiças, construídas com chapa de aço carbono de espessura mínima de 0,90 mm e/ou chapa de material não metálico resistente, com aberturas/orifícios para melhorar a troca térmica interna;</p> <p>As portas e gaveta devem ter sistema de fechamento com ponto de travamento, com chaves;</p> <p>Deve incluir dois (2) pares de chaves:</p> <p>Os painéis laterais do gabinete devem ser construídos em peça inteiriça, encaixados/fixados internamente para evitar sua desmontagem pelo lado externo;</p> <p>Deve possuir acabamento de chapas e demais componentes metálicos em pintura eletrostática, resistente a riscos e a corrosão nas cores branca e/ou preta;</p> <p>Deve possuir quatro (4) rodízios emborrachados de no mínimo três polegadas de diâmetro para permitir a fácil movimentação do gabinete entre</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--



	<p>ambientes, com trava em pelo menos dois rodízios,</p> <p>Deve possuir dimensões externas máximas (aproximadas): 850mm x 1050 mm x 600 mm (largura x altura x profundidade) sendo aceita uma tolerância de 10% nas dimensões;</p> <p>Deve possuir no mínimo um puxador/alça lateral para facilitar o manuseio e deslocamento do gabinete.</p> <p>CARACTERÍSTICAS SISTEMA DE CARREGAMENTO</p> <p>Deve possuir sistema eletrônico modular de recarga para proporcionar alimentação simultânea dos equipamentos armazenados com indicadores do tipo LED ou similar para permitir visualização e acompanhamento do processo de recarga;</p> <p>O sistema de recarga deve ser instalado de modo independente das réguas de tomadas para permitir a sua retirada e substituição em poucos minutos, garantindo continuidade do funcionamento do gabinete eliminando a necessidade de envio do equipamento completo para manutenção externa.</p> <p>As réguas de tomadas devem ter instalação independente / separada, para facilitar substituição em caso de manutenção:</p> <p>CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA ELÉTRICO</p> <p>Deve possuir réguas de tomadas internas, com no mínimo 36 posições, tipo 2P+ T, em conformidade com a norma NBR14136, padrão 10ª;</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--

	<p>Deve possuir réguas com espaçamento mínimo de 30 mm entre as tomadas, suficiente para a ligação das fontes de alimentação dos chromebooks armazenados nos compartimentos vertical;</p> <p>Deve possuir régua de tomada adicional externa, com no mínimo duas posições, tipo 2P+T padrão 10A em conformidade com a norma NBR14136, energizada continuamente, para alimentação de equipamentos tais como: ponto de acesso wifi, notebook, projetor multimídia e acessórios;</p> <p>O acesso ao interruptor principal L/D e às réguas de tomadas deve ser feito pela porta dianteira e/ou traseira do gabinete, para evitar que pessoas não autorizadas possam desativar o sistema de recarga e/ou desconectar as fontes dos chromebooks;</p> <p>Deve possuir sistema de proteção elétrica integrada ao módulo central, composto de disjuntor rápido de no mínimo 15A e IDR (interruptor diferencial residual) com sensibilidade de 30mA contra surtos de tensão da rede e choque elétrico;</p> <p>Deve possuir calhas e/ou dutos para passagem interna de todos os cabos e fiação elétrica, garantindo segurança e proteção aos usuários;</p> <p>SISTEMA DE VENTILAÇÃO</p> <p>Deve possuir sistema de exaustão composto por aberturas / orifícios na estrutura do gabinete e no mínimo dois ventiladores / exaustores, para retirada do ar quente do interior do gabinete e manutenção da temperatura dos</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--

	<p>equipamentos em condições ideais de trabalho;</p> <p>CERTIFICAÇÕES E SEGURANÇA</p> <p>ABNT NBR 08094:1983 (Esta Norma prescreve o método para execução de ensaios de exposição à nevoa salina, em materiais metálicos revestidos e não revestidos).</p> <p>ABNT NBR ISO 4628-3: 2015 (Grau de deformação em temperaturas).</p> <p>ISPR 22 (níveis de emissões eletromagnéticas).</p> <p>CISPR 24 (Imunidade a distúrbios eletromagnéticos).</p> <p>GERAL</p> <p>Deve possuir a alimentação elétrica através de um único cabo de alimentação com no mínimo 3m de comprimento e plugue tipo 2P+T padrão NRB14136, utilizando uma tomada comum na parede, sem necessidade de tomada especial ou modificação na infraestrutura elétrica. Porta cabo e/ou compartimento próprio para acondicionamento do cabo de alimentação;</p> <p>Deve possuir opção para instalação de conector tipo RJ45, para conexão à internet e redes Ethernet/LAN;</p> <p>Deve possuir alimentação: bivolt 110 V-240 V com chaveamento automático;</p> <p>Deve ter peso máximo (vazio): 65 Kg</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--

VALIDADE DO ORÇAMENTO: 60 DIAS

MC Digital Ltda.

CNPJ: 24.036.660/0001-90

Inscrição Estadual: 647.799.428.112

Telefone: (17) 3212-6072

Email: contatomcdigital@gmail.com

MC DIGITAL
LTDA:240366
60000190

Assinado de forma
digital por MC DIGITAL
LTDA:24036660000190
Dados: 2026.03.11
11:23:18 -03'00'





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022 (*)

*Normas sobre Computação na Educação
Básica – Complemento à BNCC.*

A Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 2/2022, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no Diário Oficial da União, em 3 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º A presente Resolução define normas sobre Computação na Educação Básica, em complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na seguinte conformidade:

§ 1º Processos e aprendizagens referentes à Computação na Educação Básica devem ser implementados considerando a BNCC, o disposto na legislação, nas normas educacionais e no aqui disposto.

§ 2º O desenvolvimento e formulação dos currículos deve considerar as tabelas de competências e habilidades anexas.

§ 3º A formação inicial e continuada de professores deve considerar o aqui disposto.

Art. 2º Observados os arts. 12, 13, 14 e 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cabe aos Estados, Municípios e o Distrito Federal estabelecerem parâmetros e abordagens pedagógicas de implementação da Computação na Educação Básica.

Art. 3º Cabe aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal iniciar a implementação desta diretriz até 1 (um) ano após a homologação.

Art. 4º Conforme os incisos III e IV do art. 9º da LDB, em conjunto com Estados, Municípios e o Distrito Federal, o Ministério da Educação (MEC) definirá política para os seguintes itens:

§ 1º Formação nacional para o desenvolvimento dos saberes docentes para o ensino de Computação na Educação Básica.

§ 2º Apoio ao desenvolvimento de currículos considerando as tabelas de competências e habilidades anexas.

§ 3º Apoio ao desenvolvimento de recursos didáticos compatíveis com as tabelas de competências e habilidades anexas.

Art. 5º O Ministério da Educação definirá:

§ 1º Política de avaliação para o Ensino de Computação na Educação Básica.

§ 2º Assessoramento aos sistemas e redes de ensino para a implementação e continuidade do Ensino de Computação na Educação Básica.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

AMABILE APARECIDA PACIOS

(*) Resolução CNE/CEB 1/2022. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de outubro de 2022, Seção 1, p. 33.



RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 21 DE MARÇO DE 2025 (*)

A PRESIDENTA DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10, inciso VI, da Portaria MEC nº 1.306, de 2 de setembro de 1999, e tendo em vista o disposto no art. 9º, § 1º, alínea ‘c’, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 14.180, de 1º de junho de 2021, na Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, na Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, no Decreto nº 11.713, de 26 de setembro de 2023, e no Decreto nº 12.385, de 18 de fevereiro de 2025, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 4, de 20 de fevereiro de 2025, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no Diário Oficial da União – DOU, de 21 de março de 2025, Seção 1, página 29,

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1º Ficam instituídas as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática, a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares na organização da rotina escolar e curricular.

§ 1º As diretrizes de que trata o *caput* aplicam-se à oferta pública e privada, ao atendimento de todas as etapas da Educação Básica e às diferentes modalidades educacionais previstas na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 2º As Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática devem fundamentar:

(*) Resolução CNE/CEB 2/2025. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de março de 2025, Seção 1, p. 34.

I - os processos de tomada de decisão na formulação e implementação das políticas internas dos estabelecimentos escolares públicos e privados sobre o uso de dispositivos digitais por parte dos estudantes no ambiente escolar;

II - os processos de revisão e elaboração curriculares de todas as etapas e modalidades de ensino; e

III - os processos de acompanhamento, monitoramento e avaliação da eficácia, equidade e qualidade da Educação Básica no que tange ao uso de dispositivos digitais e aos aspectos pedagógicos e curriculares que devem acompanhar a formação das crianças e jovens brasileiros sobre os diversos usos das tecnologias digitais e seus impactos.

Art. 2º As Diretrizes Operacionais Nacionais articulam-se com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação – CNE vigentes relacionadas à Educação Básica, considerando todas as suas etapas e modalidades, e contemplam os princípios e fundamentos definidos na legislação para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação do uso de dispositivos digitais nos estabelecimentos escolares e dos elementos curriculares pertinentes indicados nestes documentos.

CAPÍTULO II DOS CONCEITOS

Art. 3º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - dispositivos digitais: aparelhos eletrônicos que utilizam tecnologia digital para processar, armazenar e transmitir informações, podendo compreender computadores, celulares, *notebooks*, *tablets*, *kits* de robótica, *kits* de audiovisual (que incluem câmeras digitais e outros recursos de suporte de vídeo e áudio), relógios inteligentes, entre outros;

II - educação digital escolar: conjunto de competências, habilidades e conhecimentos necessários ao pleno exercício da cidadania digital na contemporaneidade, estruturando-se a partir dos eixos de cultura digital, mundo digital e pensamento computacional, considerando os desafios e potencialidades da era digital relativos aos direitos digitais e inclusão digital, as dinâmicas sociais mediadas pela tecnologia e as transformações no mundo do trabalho;

III - educação midiática: prática que possibilita a leitura crítica do mundo, incluindo a relação com a cultura, a formação da identidade e a análise crítica das mídias como instrumentos que moldam as formas de ser, compreender e agir na sociedade contemporânea, possibilitando uma análise das informações recebidas pelos mais diferentes suportes, bem como a produção de conteúdo de forma ética e responsável;

IV - pensamento computacional: habilidade de compreender, analisar, definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções de forma metódica e sistemática, por meio do desenvolvimento da capacidade de criar e adaptar algoritmos, aplicando fundamentos da computação para alavancar e aprimorar a aprendizagem e o pensamento criativo e crítico nas diversas áreas do conhecimento; e

V - educação digital e midiática: área interdisciplinar que inclui as competências previstas na BNCC relativas ao uso de tecnologias, comunicação, reflexão e análise de informações e mídias, cultura digital, mundo digital e pensamento computacional, em



consonância com as indicações do eixo de Educação Digital Escolar da Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023.

TÍTULO II
DO USO DE DISPOSITIVOS DIGITAIS NAS ESCOLAS
CAPÍTULO I
DAS OBRIGAÇÕES

Art. 4º Ao Ministério da Educação e às redes de ensino compete estabelecer ações de esclarecimento e apoio às escolas com a finalidade de promover um processo seguro, democrático e eficaz de formação de políticas escolares de uso de dispositivos digitais.

Art. 5º Às instituições de ensino compete:

I - estabelecer políticas de uso de dispositivos digitais que equilibrem seus benefícios pedagógicos com a necessidade de preservar o foco no processo de ensino-aprendizagem e a convivência social saudável; e

II - orientar as famílias em relação ao uso equilibrado de dispositivos digitais no ambiente escolar.

Parágrafo único. A implementação das ações de que trata o *caput* deverá ser precedida de um processo participativo e contextualizado, garantindo o equilíbrio entre os benefícios pedagógicos das tecnologias e a necessidade de promover um ambiente escolar sadio e inclusivo.

Art. 6º As regras e procedimentos desta Resolução devem constar nos regimentos internos dos estabelecimentos escolares e nos Projetos Político-Pedagógicos – PPPs.

CAPÍTULO II
DAS ORIENTAÇÕES PARA AS POLÍTICAS DE USO DE DISPOSITIVOS DIGITAIS

Seção I
Das diretrizes gerais

Art. 7º Os dispositivos digitais poderão ser utilizados nas escolas por estudantes para finalidades pedagógicas orientadas e mediadas por profissionais da educação, seguindo as recomendações por etapa de ensino previstas nesta Resolução.

Art. 8º O uso de dispositivos digitais pessoais por estudantes para outros fins que não pedagógicos fica vedado em toda a integralidade da rotina escolar, incluindo a sala de aula e demais ambientes de aprendizagem, o recreio ou intervalos entre as aulas, para todas as etapas da Educação Básica, exceto nas hipóteses listadas abaixo:

I - por estudantes com deficiência, a partir do estudo de caso, documento que embasa o Atendimento Educacional Especializado – AEE e mapeia as demandas de acessibilidade, garantindo que haja suporte técnico e pedagógico adequados, ou outros documentos, tais como atestado ou laudo, outro documento assinado por profissional de saúde com a indicação do uso desses dispositivos como instrumento de tecnologia assistiva no processo de ensino e



aprendizagem, de socialização ou comunicação, conforme disposto no art. 3º, incisos I e II, da Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025;

II - para monitoramento ou cuidado de condições de saúde dos estudantes; e

III - para garantir o exercício dos direitos fundamentais por toda a comunidade escolar.

§ 1º Ficam excepcionadas da restrição do *caput* as situações de estado de perigo, estado de necessidade ou caso de força maior que demandem o uso imediato dos dispositivos pelos estudantes.

§ 2º As escolas devem mapear os estudantes que necessitam usar dispositivos digitais como tecnologias assistivas ou para atendimento a condições de saúde, garantindo que haja suporte adequado.

§ 3º As escolas poderão elaborar um plano de acompanhamento, desenvolvido pela equipe pedagógica em conjunto com profissionais de saúde escolar, descrevendo como e quando o dispositivo será utilizado, garantindo a consulta e orientação aos responsáveis.

§ 4º O uso de dispositivos pode ser permitido para assegurar direitos fundamentais, conforme disposto no inciso III, devendo estes casos serem orientados pelos direitos fundamentais de todos os atores envolvidos no processo pedagógico, e garantindo a equidade e acesso igualitário às oportunidades educacionais, independentemente de suas condições.

§ 5º Em situações emergenciais, como desastres naturais ou riscos iminentes à segurança, a utilização de dispositivos eletrônicos pode ser autorizada, devendo as escolas definirem protocolos claros, estabelecendo orientações para o uso de celulares em emergências, incluindo a comunicação com famílias e autoridades.

§ 6º A aplicação das exceções deve ser feita com planejamento e transparência, visando o benefício coletivo e o cumprimento das normas legais, garantindo um ambiente escolar mais inclusivo, seguro e alinhado aos princípios da proteção e bem-estar de crianças e adolescentes.

§ 7º A gestão escolar será responsável pela identificação do enquadramento nas hipóteses de exceção, o que deverá ser feito com planejamento e transparência, visando o benefício coletivo e o cumprimento das normas legais, garantindo um ambiente escolar mais inclusivo, seguro e alinhado aos princípios da proteção e bem-estar de crianças e adolescentes.

Seção II

Do uso pedagógico de dispositivos digitais nas escolas de acordo com a etapa

Art. 9º Considera-se uso pedagógico de dispositivos digitais o uso intencional destes equipamentos com planejamento, intencionalidade pedagógica clara e orientação de profissional de educação da escola.

§ 1º O uso de dispositivos digitais fornecidos pela escola ou sistemas de ensino para as atividades pedagógicas deve ser sempre priorizado em relação ao uso de dispositivos pessoais.

§ 2º Fica resguardada a utilização de dispositivos como *notebooks* e computadores, por parte de professores, para planejamento de aulas, garantindo que o professor tenha condições profissionais de desenvolver as atividades pedagógicas que demandam o uso destes dispositivos.

Art. 10. Na Educação Infantil, o uso de telas e dispositivos digitais pelos estudantes de forma individual ou coletiva para visualização ou interação, mesmo que para fins pedagógicos,



não é recomendado como regra, devendo seu uso ser em caráter absolutamente excepcional, na forma desta Resolução.

§ 1º O profissional da escola poderá optar excepcionalmente por realizar atividades pedagógicas que podem exigir algum tipo de acesso a dispositivos digitais, planejando de maneira cuidadosa e intencional, não podendo as referidas atividades se estenderem por longo período em função das recomendações de limites de exposição a telas por crianças pequenas.

§ 2º O uso excepcional na Educação Infantil só poderá ocorrer por meio de dispositivos oferecidos pela escola com acompanhamento e mediação do professor responsável, respeitando as restrições de idade.

Art. 11. No Ensino Fundamental e Médio, o uso pedagógico de dispositivos digitais é recomendado, respeitando as competências e as habilidades a serem desenvolvidas em cada etapa, numa perspectiva de progressão gradual alinhada ao desenvolvimento da autonomia do estudante.

Parágrafo único. O uso de dispositivos digitais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deverá ser equilibrado e mais restrito, garantindo o desenvolvimento das competências digitais necessárias sem prejuízo das demais competências e habilidades previstas para esta etapa.

Seção III

Dos modelos de guarda de dispositivos pessoais

Art. 12. A permissão de portabilidade de dispositivos digitais pessoais pelos estudantes nas instituições escolares fica a critério da gestão escolar, que estabelecerá, em conjunto com a comunidade escolar, os modelos de guarda destes equipamentos.

Art. 13. As redes de ensino e escolas poderão optar pelo modelo de guarda de dispositivos digitais pessoais de sua preferência, considerando a realidade da escola, dentre as opções listadas abaixo:

I - a guarda com o estudante, que pressupõe a possibilidade de portabilidade do aparelho no espaço escolar, em armário de uso individual do estudante, na sua mochila, em bolsa ou item similar passível de ser lacrado, desde que fique inacessível pelo estudante durante todo o período de permanência na escola;

II - a guarda nas salas de aula, com os dispositivos armazenados em armários, caixas coletoras ou compartimentos específicos, sob a supervisão do professor responsável; e

III - a guarda pela escola em armários, caixas coletoras ou compartimentos específicos em que estudantes depositam seus celulares após a chegada na instituição.

Parágrafo único. A escolha do modelo mais adequado dependerá das características específicas de cada escola, incluindo sua infraestrutura, cultura institucional e as necessidades dos estudantes, devendo orientar-se pela promoção de um ambiente escolar focado no aprendizado.

Art. 14. Soluções tecnológicas para implementar bloqueio de sinal não são recomendadas, dado que afetam não apenas os alunos, mas também professores, funcionários e visitantes que possam necessitar do uso de seus dispositivos móveis por motivos pessoais ou profissionais e, portanto, não devem ser utilizadas.



Art. 15. As escolas poderão recomendar aos pais e responsáveis que, sempre que possível, deixem os equipamentos dos estudantes em casa, a menos que haja previsão de utilização para fins pedagógicos por um profissional de educação da escola.

CAPÍTULO III

DAS CAPACITAÇÕES E PREVENÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL

Art. 16. As escolas e redes de ensino devem organizar capacitações e implementar iniciativas que promovam um ambiente escolar acolhedor e preventivo, em conformidade com a Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, e o Decreto nº 12.385, de 18 de fevereiro de 2025.

§ 1º As capacitações para educadores e equipes escolares devem habilitar os profissionais para identificar sinais de sofrimento emocional e promover a saúde mental dos estudantes, por meio de oficinas e seminários com especialistas e de parcerias para formação continuada em temas relacionados.

§ 2º Os estudantes devem ser conscientizados sobre a importância do bem-estar emocional por meio de aprendizagens sobre inteligência emocional, sessões interativas para discutir temáticas como ansiedade, depressão e outros distúrbios, e a criação de espaços de orientação e aconselhamento.

§ 3º As capacitações e iniciativas de que trata o *caput* devem incluir campanhas educativas sobre a prevenção ao uso excessivo de celulares para reduzir os impactos negativos do uso prolongado desses dispositivos na saúde mental, do uso intencional e pedagógico durante o horário escolar e sobre o impacto danoso do uso excessivo de redes sociais e jogos eletrônicos.

§ 4º As escolas e redes devem realizar palestras e encontros para orientar pais e responsáveis sobre como monitorar o bem-estar emocional dos filhos, e fornecer materiais educativos para promover hábitos saudáveis de uso de tecnologia, podendo ser realizada a promoção de contratos pedagógicos, ou qualquer mecanismo de pacto entre os membros da comunidade escolar e famílias.

§ 5º O registro de ocorrências e a comunicação com as famílias deve atentar para a máxima proteção aos dados pessoais dos estudantes, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CAPÍTULO IV

DO MONITORAMENTO E SUPERVISÃO

Art. 17. As redes de ensino e escolas podem instituir o contrato pedagógico ou qualquer instrumento democrático de pactuação entre os integrantes da comunidade escolar como mecanismo principal para o estabelecimento de normas e práticas alinhadas aos princípios legais e educacionais, especialmente no contexto do uso de dispositivos digitais.

§ 1º O contrato pedagógico, também referido como acordo pedagógico ou contrato didático na literatura educacional, caracteriza-se como um mecanismo dialógico para a definição de normas e regras, podendo envolver as famílias nos casos em que os temas ultrapassem o espaço escolar, sendo fundamentado pelo Parecer que orienta esta Resolução.



§ 2º A construção do contrato pedagógico deve considerar os princípios de proteção, provisão e participação previstos no Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, adaptando-os ao contexto da gestão de dispositivos digitais e demais temáticas correlatas.

§ 3º A elaboração do contrato pedagógico pode ser associada a projetos educativos baseados nos eixos curriculares de Educação Digital e Midiática e Educação em Direitos Humanos, promovendo a relação entre bem-estar individual e coletivo.

§ 4º As redes de ensino e escolas podem, adicionalmente, estabelecer parcerias com famílias e agentes da comunidade escolar para avaliar a aplicação de mecanismos disciplinares convencionais, como anotações, suspensões e reuniões com responsáveis, bem como propor alternativas adequadas para a sustentabilidade da restrição do uso de celulares em contextos não pedagógicos.

Art. 18. Os Órgãos de Estado, os Conselhos Estaduais e Municipais e do Distrito Federal, assim como instituições voltadas para educação e defesa da criança e do adolescente, poderão auxiliar com resoluções e audiências suplementares, produção dos protocolos, contratos pedagógicos, comunicação com famílias ou ações de aconselhamento.

Art. 19. Os protocolos de supervisão não devem penalizar o processo pedagógico, ficando vedada qualquer iniciativa de aumento de micro vigilância de estudantes ou professores.

Parágrafo único. Os protocolos de supervisão devem priorizar uma visão de corresponsabilidade entre famílias, equipes pedagógicas, professores, estudantes e direção escolar, favorecendo o bem-estar e equilíbrio do ambiente escolar.

Art. 20. As consequências relativas ao não respeito ao contrato pedagógico ou qualquer outro instrumento escolhido pela escola para executar os termos previstos nesta Resolução devem ser objeto de discussão democrática, alinhando-se aos princípios de proteção, provisão e participação, definindo os agentes envolvidos e os protocolos pertinentes.

Art. 21. Os procedimentos disciplinares e formas de supervisão devem observar a adequação às faixas etárias e etapas de ensino, priorizando regimes de corresponsabilização equilibrados e claros.

§ 1º Situações de conflito podem ser abordadas com mediação entre docentes, discentes, famílias, equipe pedagógica e direção, priorizando o regime de corresponsabilidade.

§ 2º Na etapa do Ensino Médio, recomenda-se que a formação de grupos de mediação para resolver conflitos relacionados ao uso de tecnologia incluam, além dos atores tradicionais, como os estudantes organizados em forma de grêmios ou centros acadêmicos.

Art. 22. As escolas deverão implementar sistema de monitoramento para avaliar a eficácia da política estabelecida, considerando a escuta permanente da comunidade escolar, a elaboração de relatórios periódicos e a revisão das normas com base nos resultados obtidos.

CAPÍTULO V

DAS ATIVIDADES E ESPAÇOS PARA SOCIALIZAÇÃO DE ESTUDANTES DURANTE OS INTERVALOS



Art. 23. Na etapa da Educação Infantil, as atividades e espaços para socialização de estudantes durante as pausas devem priorizar a organização de espaços livres para brincadeiras colaborativas e não mediadas por tecnologias.

Parágrafo único. As atividades devem incentivar a interação social por meio de atividades culturais e recreativas e a valorização do espaço da biblioteca ou outros espaços de leitura e atividades lúdicas, espaços ao ar livre e em conexão com a natureza para brincar, aprender, socializar e se desenvolver, como praças e parques, sempre que possível.

Art. 24. Na etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as atividades e espaços para socialização de estudantes durante as pausas devem se orientar pelas necessidades de desenvolvimento desta faixa etária, como a oferta de atividades culturais e esportivas, como jogos cooperativos, esportes que estimulem a interação entre os estudantes, a criação de clubes escolares temáticos, como leitura e artes, música, teatro, dança, atividades manuais, a valorização do espaço da biblioteca ou outros espaços de leitura, atividades lúdicas, brincadeiras livres e em espaços abertos e em conexão com a natureza.

Art. 25. Na etapa dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, recomenda-se que as atividades e espaços para socialização de estudantes sejam organizados em conjunto com os estudantes.

§ 1º As atividades que envolvam sociabilidade e práticas não digitais devem ser incentivadas, tais como jogos, atividades artísticas, clubes de leitura e áreas de descanso ou debate.

§ 2º As atividades envolvendo dispositivos digitais fornecidos pelo estabelecimento escolar devem acontecer de forma eventual e coletiva, discutindo-se os efeitos e consequências para o desenvolvimento e sociabilidade de jovens, com critérios bem definidos sobre a sua realização e importância pedagógica.

CAPÍTULO VI

DA COMUNICAÇÃO E PARCERIA COM AS FAMÍLIAS

Art. 26. Nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, as escolas deverão promover a comunicação e parceria com as famílias sobre os usos de dispositivos digitais, de forma a educar conjuntamente para a promoção do bem-estar, segurança e construção de autonomia em ritmo condizente com a faixa etária.

Parágrafo único. A conscientização sobre os efeitos de dispositivos digitais para crianças, incluindo publicidade e uso de dados, devem ser objeto de encontros com pais e responsáveis para orientar sobre o uso seguro dessas tecnologias em casa, assim como a disseminação de materiais informativos sobre os impactos do uso precoce de tecnologias digitais e celulares.

Art. 27. Na etapa do Ensino Médio, com a maior autonomia dos jovens e o uso mais intensivo de dispositivos, as escolas deverão realizar ações de sensibilização para o impacto das tecnologias na formação cidadã, com participação das famílias, assim como ações de orientação sobre a vida *online* de jovens, atentando para os riscos aos quais estes estão expostos, e às potencialidades do uso seguro e responsável.

TÍTULO III



DAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA SUBSIDIAR A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA

CAPÍTULO I

DA ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO DIGITAL, MIDIÁTICA E COMPUTACIONAL, E SUAS RESPECTIVAS DEFINIÇÕES

Art. 28. As políticas de educação digital, midiática e computacional na Educação Básica, em seus elementos curriculares, devem ser desenvolvidas com base nos documentos oficiais vigentes, especialmente na Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Art. 29. Na implementação da educação digital e midiática, as redes de ensino deverão observar as seguintes diretrizes:

I - a educação digital e midiática será integrada de forma transversal ou como componente específico e disciplinar, de acordo com a escolha da rede de ensino e da escola, considerando as diferenças entre etapas de ensino, promovendo sempre a colaboração entre diferentes disciplinas e áreas de conhecimento, como história das técnicas e das ciências, humanidades digitais, sociologia da ciência, ciência da computação, ciências sociais computacionais, multiletramentos, comunicação, letramento computacional, matemática e educação linguística, entre outras;

II - a compreensão de algoritmos, do uso de dados para o treinamento de máquinas, das plataformas digitais e das diferentes formas de Inteligência Artificial – IA, além de suas implicações éticas e sociais;

III - o letramento computacional deve integrar os conteúdos e aprendizagens curriculares como um elemento essencial para preparar os estudantes para os desafios da sociedade contemporânea;

IV - o uso de dispositivos tecnológicos (computadores, celulares, telas), linguagens (computacional, midiática, *hyperlinks*, algoritmos) e mídias (impressas, rádio, televisão e redes sociais) demanda a identificação de competências e saberes específicos, sendo necessária a interconexão desses aspectos culturais nas sociedades contemporâneas para o desenvolvimento de capacidades complexas e interdisciplinares, superando a compartimentalização característica de formas anteriores de conhecimento e comunicação;

V - a cidadania digital deve ser considerada como dimensão estruturante das competências e habilidades relacionadas à educação digital e midiática, associando os elementos técnicos, como programação e construção de dispositivos, à compreensão crítica da interação entre os indivíduos e os meios digitais, além de seus limites e possibilidades; e

VI - a construção de currículos para a implementação da BNCC e da educação digital e midiática deve estar fundamentada nos princípios da proteção de direitos individuais e coletivos e desenvolvimento da cidadania digital, considerando as desigualdades e violências presentes no ambiente digital e incluir reflexões sobre plataformas digitais e regulação, representação e representatividade, modelos de negócios e uso de dados, segurança *online*, responsabilidade e participação cidadã, bem como as diversas possibilidades de uso positivo e fortalecedor dos ambientes digitais para o bem comum.

CAPÍTULO II

DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA



Art. 30. Os documentos de referência pedagógica (Diretrizes Curriculares e BNCC) devem ser a base de conhecimentos, aprendizagens, competências e habilidades da educação digital e midiática, cabendo às redes de ensino a decisão sobre a melhor forma de implementação.

Parágrafo único. Entende-se como forma de implementação a decisão sobre como os conhecimentos, as aprendizagens, as competências e habilidades descritas no *caput* constarão nos currículos escolares (de forma disciplinar ou transversal), assim como a decisão sobre a elaboração de currículos em regimes de colaboração ou de forma autoral.

Art. 31. No planejamento da efetiva integração curricular da educação digital e midiática na Educação Básica, as redes de ensino deverão considerar as seguintes orientações:

I - a organização curricular por meio de disciplinas específicas será marcada pela fixação e concentração de carga horária na mediação dos conteúdos, atendendo aos requisitos previstos nos dispositivos legais citados nesta Resolução; e

II - na abordagem como elemento curricular transversal, o cumprimento dos requisitos obrigatórios permeará as demais áreas de conhecimento presentes na proposta curricular da rede de ensino.

§ 1º As redes de ensino têm autonomia na deliberação da forma de implementação, desde que considerem as normas existentes, tendo como pressupostos a interdisciplinaridade e a contextualização.

§ 2º Assegurados aos educandos os direitos e objetivos de aprendizagem definidos na BNCC, bem como nas determinações estabelecidas nas DCNs para as diferentes modalidades de oferta do Ensino Médio que asseguram os parâmetros para a Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar do Campo, Educação Bilíngue de Surdos, Educação Especial Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos – EJA, as instituições e redes de ensino podem adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem pertinentes ao seu contexto, no exercício de sua autonomia, na construção de suas propostas curriculares e de suas identidades.

CAPÍTULO III

DAS ESPECIFICIDADES DE CADA ETAPA DE ENSINO

Art. 32. Na Educação Infantil devem ser assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver, atentando às diferentes fases do seu desenvolvimento, introduzindo a educação digital e midiática com alguns elementos de brincadeiras e jogos que podem ajudar na construção de conceitos iniciais.

§ 1º A construção do currículo da educação infantil deverá incluir:

I - a prioridade à experiência e exploração do mundo;

II - a integração da família para conscientização sobre o uso equilibrado de dispositivos digitais; e

III - a computação desplugada.

§ 2º A vocação da educação digital e midiática na Educação Infantil é de estimular e servir de apoio ao desenvolvimento da criança, devendo as habilidades estar integradas aos campos de experiências.

Art. 33. Na etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a educação digital e midiática deverá ser inserida com alguns elementos de brincadeiras e jogos para ajudar na compreensão da língua e das linguagens, na identificação de padrões, servir para consolidar conhecimentos matemáticos e lógicos e estimular a leitura e a análise de informações e reconhecimento de fontes, respeitando o foco na alfabetização.

Parágrafo único. A construção do currículo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deverá incluir:

I - a prioridade à alfabetização;

II - o pensamento computacional para consolidar conhecimentos matemáticos e lógicos;

III - a educação digital e midiática para consolidar a autonomia de leitura, apresentar os ambientes digitais e suas funções sociais, e introduzir conceitos essenciais da educação midiática como autoria e propósito dos conteúdos, evidências, representação e outros; e

IV - a promoção da segurança e dos direitos digitais, assegurando proteção sem comprometer a autonomia, garantindo o direito à informação e incentivando o uso ético e crítico das mídias.

Art. 34. Na etapa dos Anos Finais do Ensino Fundamental, a educação digital e midiática deverá ser integrada no projeto de vida dos estudantes, permitindo um trabalho pedagógico apropriado com os dispositivos digitais, articulada com outros componentes e disciplinas.

Parágrafo único. A construção do currículo dos Anos Finais do Ensino Fundamental deverá incluir:

I - a educação digital e midiática crítica e criativa;

II - o desenvolvimento do pensamento complexo e da programação; e

III - a educação digital e midiática voltada às demandas da juventude, e a reflexão sobre cidadania digital e participação social.

Art. 35. Na etapa do Ensino Médio, a educação digital e midiática deverá considerar as competências de pensamento computacional, cultura digital e mundo digital numa perspectiva integrada e de diversidade, promovendo o protagonismo e a participação crítica, ética, criativa e cidadão do jovem.

Parágrafo único. A construção do currículo do Ensino Médio deverá incluir:

I - o letramento digital, midiático e computacional integrados e como dimensões da educação científica;

II - a identificação dos riscos sociais das tecnologias digitais, incluindo ameaças à integridade da informação, perpetuação de vieses e exclusões, e seu entrelaçamento com outros eixos transversais como educação socioambiental e relações étnico-raciais;

III - a associação entre dados e técnicas computacionais e solução ética de problemas; e

IV - o entendimento de que as soluções e técnicas computacionais são socialmente situados e não unívocos, garantindo a autoexpressão e fluência digital dos estudantes.

CAPÍTULO IV



DO PLANEJAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO EM CADA ETAPA DE ENSINO

Art. 36. A elaboração dos novos currículos, acompanhados de plano de formação docente, deve se dar ao longo do ano de 2025, com efetiva implementação obrigatória a partir do ano de 2026, cabendo às redes de ensino discutir com a comunidade escolar se esta implementação se realizará com a opção de currículos de transição, em função de cada etapa de ensino e do nível de proficiência e necessidades de formação do corpo docente.

§ 1º A implementação na Educação Infantil poderá ser concomitante em todos os anos, integrando os conteúdos e brincadeiras aos campos de experiências já programados.

§ 2º A implementação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental poderá ser concomitante.

§ 3º A implementação nos Anos Finais do Ensino Fundamental deverá levar em consideração o grau de proficiência do corpo docente.

§ 4º A implementação no Ensino Médio deverá ser convergente com a Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 37. Os sistemas de ensino e as instituições de todas as etapas e modalidades de ensino devem definir e implementar estratégias de formação continuada dos professores, funcionários e demais profissionais da educação e das equipes de gestão escolar que atuam na Educação Básica, focadas no aprofundamento e ampliação de seus saberes, habilidades e competências e no fortalecimento da identidade profissional para a implementação da educação digital e midiática e uso pedagógico intencional dos dispositivos digitais.

Art. 38. Compete às redes de ensino estabelecer e implementar um plano de formação para os profissionais da educação, nos termos da presente Resolução.

Art. 39. O plano de formação de profissionais da educação para uso de dispositivos e para educação digital e midiática deve ter como princípios:

I - a vocação da formação continuada; e

II - a coerência com as opções de implementação feitas pela rede de ensino e com a etapa de ensino em que atua o profissional e sua formação inicial.

Art. 40. As formações para docentes também devem prever conteúdos e práticas sobre o uso consciente e responsável de dispositivos digitais por parte dos profissionais da educação, de forma a zelar sobre o uso em sala de aula em presença dos estudantes.

Art. 41. O plano de formação dos profissionais de educação deve prever etapas e ações específicas relativas ao uso pedagógico de dispositivos digitais e à educação digital e midiática, quais sejam:

I - a avaliação diagnóstica: realizada por meio de um levantamento de perfil sobre as competências digitais do corpo docente e de apoio à docência e à infraestrutura escolar, cujos dados podem ser coletados a partir do Autodiagnóstico de Saberes Digitais Docentes do



Ministério da Educação, microdados do Censo Escolar, ou levantamento feito pela secretaria ou escola, à luz do Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016;

II - a estruturação: realizada por meio do reconhecimento das modalidades de formação e profissionalização e aperfeiçoamento existentes e compatibilização das demandas formativas com as modalidades e os temas específicos da educação digital e midiática, elaborando um plano de formação, considerando as escolhas nas formas de implementação e do perfil do professor necessário, sendo, no caso de componente disciplinar, um perfil de professor mais especializado ou, no caso de uma implementação transversal, formações mais curtas para professores de diversas áreas; e

III - a implementação: as redes de ensino devem estabelecer um calendário exequível e com previsão de formação e certificação docente de acordo com o definido nas etapas anteriores.

Art. 42. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA





MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDÓPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

6BC1FE0029BB4EFABEF002CC6DFD6A68

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: MARIANE LANINI BERGAMINI em 08/05/2026 08:39:18
CPF:***.***-658-65
Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT
- ✓ Assinante: PEDRO AUGUSTO FONTES PARRA em 08/05/2026 15:30:32
CPF:***.***-428-03
Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6BC1FE0029BB4EFABEF002CC6DFD6A68>



ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO Nº XX/XXXX

A **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 47.842.836/0001-05, sediada à Rua Porto Alegre, nº 350, Jd. Santa Rita, Fernandópolis/SP, neste instrumento representada pelo Prefeito Municipal, Sr. João Paulo Sales Cantarella, nomeado em 01 de janeiro de 2025 pelo Termo de Posse da Câmara Municipal de Fernandópolis para a Legislatura 2025/2028, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXX**, CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na **XXXX, Nº XX, Bairro: XXXX, XXXX/XX, CEP XXXXX-XXX, (XX) XXXXX-XXXX**, Email: **XXXX@XXX**, doravante designada **CONTRATADA**, neste instrumento representada por seu Representante Legal, Sr.(a) **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 659/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar Municipal nº262 de 04/04/2024 e demais legislação aplicável, **resolvem celebrar o presente Termo de Contrato**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 030/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE PROJETORES INTERATIVOS, CHROMEBOOKS, NOTEBOOKS E GABINETES DE RECARGA, INCLUINDO SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**”, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

GRUPO 01							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	LOCAÇÃO DE PROJETOR LASER INTERATIVO COM SUPORTE E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA. Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção CARACTERÍSTICA	15750	UND	11	R\$ 1.624,92	R\$ 17.874,12	R\$ 214.489,44

<p>Fonte Luminosa: Deverá ser do tipo LASER;</p> <p>Tecnologia de Projeção: Deverá possuir tecnologia DLP ou 3LCD, de ultracurta distância.</p> <p>Luminosidade: Deverá possuir mínima de 4.000 lúmens certificados pela ANSI ou ISSO</p> <p>Contraste Dinâmico: Deverá ser no mínimo 2.500.000:1;</p> <p>Resolução Nativa: Dever ser no mínimo 1920x1080 pixels.</p> <p>Durabilidade da fonte luminosa de 20 000 horas, no mínimo, em modo normal;</p> <p>Projeção de Imagem: Devera suportar formato WideScreen nativo de 16:09 com suporte para 16:10 e 4:3;</p> <p>Deverá acompanhar o software de interatividade gratuito de uso ilimitado do próprio fabricante do equipamento, que forneça ferramentas de anotação.</p> <p>Interatividade: Deverá permitir a interatividade sobre a imagem projetada diretamente em superfície plana e rígida, através do uso de caneta interativa fornecida juntamente como o equipamento e toques com os dedos diretamente na tela, sem a necessidade de uso de produtos sensíveis de terceiros, tais como, lousa, manta ou moldura.</p> <p>Deverá permitir a interatividade em dois pontos simultâneos via caneta e até 4 pontos via toque com os dedos.</p> <p>Tamanho de Projeção: Deverá projetar imagens até 100 polegadas (diagonal) com distância máxima de 61 cm entre superfície de projeção e o projetor; possuir throw ratio (relação de tiro/zoom) máximo de 0.30:1;</p> <p>O equipamento deve atender a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances).</p>						
--	--	--	--	--	--	--

<p>Garantia on-site de no mínimo 3 anos pelo fabricante, com comprovação de centro de serviço autorizado nas principais capitais ou na localidade da contratação.</p> <p>CONECTIVIDADE</p> <p>Alimentação: Deverá ser bivolt automático 110V-220V, $\pm 10\%$, 50/60 Hz.</p> <p>Interface HDMI: Deverá possuir no mínimo 2 (duas) conexões HDMI.</p> <p>Interface VGA (saida): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão VGA (D-sub 15pin).</p> <p>Interface VGA (entrada): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão VGA (D-sub 15pin).</p> <p>Interface de áudio (saida): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RCA de áudio ou 1 (uma) conexão mini jack P2.</p> <p>Interface de áudio (entrada): Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RCA de áudio ou 1 (uma) conexão mini jack P2.</p> <p>Interface USB: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão USB tipo A e 1 (uma) conexão do tipo B.</p> <p>Conectividade Wireless: Deverá possuir conexão Wireless integrada ao equipamento, sendo aceitos adaptadores externos do mesmo fabricante.</p> <p>Interface Ethernet: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RJ45.</p> <p>Interface Serial: Deverá possuir no mínimo 1 (uma) conexão RS232 (D-sub com 9 pinos).</p> <p>Possuir conexão Miracast nativa ou ser entregue com acessório externo homologado pela Anatel.</p> <p>Deverá possuir alto falante integrado com potência mínima de 10W.</p>						
---	--	--	--	--	--	--



	ACESSÓRIOS Controle Remoto: Deverá possuir controle remota. Cabo de Força. Deverá acompanhar cabo de energia no novo padrão NBR 14136. Canetas interativas: Deverá possuir no mínimo 2 (duas) canetas interativas. Pilhas: Deverá acompanhar as pilhas necessárias para funcionamento do controle remoto e canetas interativas. Suporte para fixação (da mesma marca do fabricante do projetor): Deverá acompanhar o equipamento todos os componentes para fixação em parede com regulagem de inclinação. Deverá suportar trava de segurança com padrão Kensington.						
2	LOCAÇÃO DE COMPUTADOR PORTÁTIL EDUCACIONAL, TIPO CHROMEBOOK, COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA. Computador portátil educacional, TIPO CHROMEBOOK, novo, de primeiro uso e em linha de fabricação. PLACA MÃE E PROCESSADOR: Deve possuir Processador com no mínimo 2 núcleos físicos e frequência de operação interna mínima de 2,8 GHz com memória cache de 4MB; SISTEMA OPERACIONAL: CHIPSET intel e BIOS COMPATÍVEL com Google OS. Sistema operacional Chrome OS 64 bits integrado, em PORTUGUÊS BRASIL com sistema de recovery – Suporte a atualização do Chrome OS até 2031. Suporte e instalação de aplicativos para tablets Android.	15750	UND	390	R\$ 163,09	R\$ 63.605,10	R\$ 763.261,20



<p>VIDEO: Possuir placa de vídeo integrada Intel UHD Graphics com memória compartilhada com a memória principal;</p> <p>MEMÓRIA RAM: Deve ser instalado no mínimo de 4 GB de memória RAM tipo LPDDR4x de até 2933MHZ;</p> <p>PORTAS E INTERFACES:</p> <p>2x* USB 3.2 Tipo C (carregamento, ethernet, dados e vídeo)</p> <p>2x* USB 3.2 Tipo A (1x USB 3.2 Tipo A para configurações com 4G LTE integrado)</p> <p>1x Saída padrão P2/P3 de 3,5mm para fone e microfone (combo)</p> <p>1x Slot microSD card (SD/MMC), suporta cartões de até 128GB</p> <p>1x slot SIM card (para configurações com 4G LTE integrado)</p> <p>SAIDA DE VÍDEO: Via USB Tipo-C</p> <p>ARMAZENAMENTO: Capacidade de 32GB eMMC 5.1, expansível através de slot de cartão de memória MicroSD;</p> <p>TELA: 11.6" LED, resolução HD 1366 x 768 @60Hz 16:9 anti-glare;</p> <p>MULTIMIDIA: Áudio de alta definição (HD Áudio) com controladora de som integrada a placa-mãe 16Bits; Câmara frontal 720p HD integrada ao gabinete, rotacional (180°), filma e tira fotos em 720p; Microfone digital integrado; Alto falantes estéreo 2x 2w integrados.</p> <p>CONECTIVIDADE: Rede sem fio: Wireless Intel® Wi-Fi 6 AX201, IEEE 802.11 a/b/g/n/ac/ax dual band 2.4/5.0GHz 2x2, MU-MIMO + Bluetooth 5.2</p>						
---	--	--	--	--	--	--



<p>TECLADO E MOUSE: O equipamento ofertado deve possuir teclado padrão Brasil (ABNT) com tecla Ç (padrão google), com impressão permanente, resistente a derramamento accidental de líquidos, com dreno para escoamento, dispositivo de apontamento mouse tipo touchpad 2 botões, multitoques, resistente a líquidos.</p> <p>GABINETE: Cor: cinza/preto Botões: Liga/Desliga - Luz/led: indicadora de estado ligado/desligado.</p> <p>SEGURANÇA: 1x Slot para trava de segurança do tipo Kensington, Chip de criptografia H1 nativo.</p> <p>ROBUSTEZ: Gabinete com estrutura robusta, revestido com compostos polímeros de fibras de alta resistência. Resistente a quedas de até 80cm e proteção IP41 contra sólidos e líquidos.</p> <p>Sistema de dissipação de calor fanless (sem ventoinha) não emite ruído.</p> <p>PESO: Deve possuir o peso de no máximo de 1,2 kg, Dimensões: 29,0 x 2,0 x 19,8cm (Lx AxC);</p> <p>ENERGIA: Deve possuir a fonte de alimentação com eficiência de 85% bivolt (100V–240V – 50/60Hz) 30w ou 45w Tipo-C com tecnologia fast charging (carregamento de 80% da bateria em 1 hora com o equipamento desligado) Inclui cabo de alimentação padrão NBR 14136 de 1,5m ou 1,8m.</p> <p>BATERIA: Deve possuir bateria lítio recarregável de 2 células de 47Wh (47,30Wh/6150mAh), com autonomia de 12 horas. Possui mecanismo de segurança contra sobrecarga e sobreaquecimento.</p> <p>GERENCIAMENTO</p>						
---	--	--	--	--	--	--





<p>Licença de ferramenta em nuvem capaz de realizar atualizações automáticas de softwares e drivers diretamente da internet, sem a necessidade do conhecimento específico do usuário; Software ou sistema que permita a migração da imagem do equipamento a partir de uma rede corporativa ou com conexão a internet; Ferramenta capaz de restaurar as configurações originais de fábrica do equipamento (Sistema Operacional e Aplicativos); Deve ser capaz de realizar monitoração dos equipamentos, coletando no mínimo as seguintes informações: Identificação do equipamento, controle de utilização (verificar última data de conexão) e utilização dos aplicativos;</p> <p>Deve ser capaz de criar lista de usuários com permissão de utilização no equipamento, além de criar listas de restrição a acesso a páginas na internet e versões do sistema operacional; Deve ser capaz de ativar e desativar de forma remota a câmera, microfone, bluetooth, unidade USB e caixa de som interna do equipamento sem interferência do usuário; Deve possuir funcionalidade de apagar todas as informações locais do usuário, configurações e estado após cada saída; Deve ser capaz de emitir relatório de notificação de dispositivos inativos; Deve ser capaz de prover o Gerenciamento de energia na tela de login, reinicialização agendada e encerramento do equipamento; Deve ser capaz de gerenciar as impressoras em nuvem, o fuso horário e a lista de permissões de dispositivos USB removíveis; Deve possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas um aplicativo (modo quiosque) e informar por e-mail os alertas de alteração de status do dispositivo, não permitindo a utilização deste para qualquer outra atividade; Deve possuir</p>						
---	--	--	--	--	--	--



	<p>funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas o domínio educacional implantado e todos os equipamentos deverão ser entregues já provisionados para o domínio educacional; Deve possuir mecanismo de segurança capaz de bloquear todas as funções do equipamento remotamente e emitir uma mensagem com instruções de devolução do dispositivo desativado, caso contrário este equipamento ficará com uso restrito indefinidamente; Dashboard de acompanhamento da evolução da implantação dos equipamentos nas escolas, onde os dados devem vir da console de gerenciamento do GOOGLE WORKSPACE for Education onde apresente no mínimo o número de equipamentos provisionados, histórico de provisionamento, quantidade de equipamentos ativos por escola, número de usuários que utilizaram os equipamentos por escola, relação de equipamentos por último local de utilização e relação de equipamentos por número de série sem utilização nos últimos 30 dias por escola. Ao usuário logar na sifi identificar o georreferenciamento do equipamento. O carregamento desses dados é realizado de forma automática e apresentando informações desprezando no máximo dia menos 2.</p>						
3	<p>LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO TIPO NOTEBOOK COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção.</p> <p>PLACA MÃE E PROCESSADOR</p> <p>Deve possuir frequência de operação interna mínima de 1,3 GHz com no mínimo 10 núcleos físicos;</p> <p>Deve possuir o processador gráfico integrado;</p>	15750	UND	13	R\$ 218,63	R\$ 2.842,19	R\$ 34.106,28

<p>CHIPSET</p> <p>Caso tenha, deverá possuir o CHIPSET do mesmo fabricante do processador do equipamento;</p> <p>VIDEO</p> <p>Deve possuir no mínimo placa de vídeo integrada com memória podendo ser compartilhada com a memória principal ou dedicada caso a placa de vídeo seja off board;</p> <p>MEMÓRIA</p> <p>Deve ser instalado na minimo com 16 GB de memória RAM, DDR4 ou superior, velocidade (frequência) 3.200 MHz ou superior;</p> <p>PORTAS E INTERFACES</p> <p>Deve possuir salda para conexão de vídeo no padrão HDMI e USB tipo C, não sendo aceita soluções através de adaptadores:</p> <p>Deve possuir no mínimo, 02 (duas) portas USB tipo A;</p> <p>DISCO RÍGIDO</p> <p>Deve possuir 01 (uma) unidade de armazenamento tipo SSD NVMe™ no mínimo 512 Gb;</p> <p>TELA</p> <p>Deve possuir a tela com tecnologia HD LED, colorida, tamanho mínimo de 15,6 polegadas, resolução de 1920 x 1080 ou superior,</p> <p>Deverá possuir o Vídeo Integrado, Webcam integrada ao gabinete com resolução mínima HD 720p,</p> <p>COMUNICAÇÕES</p> <p>Deve possuir Adaptador Wireless integrado 802.11 ac permitindo conexão WiFi em 2.4GHz e 5GHz;</p> <p>Deverá possuir conexão Bluetooth 5;</p> <p>MULTIMIDIA</p>						
--	--	--	--	--	--	--



	<p>Deve possuir na mínimo 02 (dois) alto falantes internos;</p> <p>Deve possuir saída para fone de ouvido e entrada para microfone (podendo ser combo);</p> <p>DISPOSITIVO PADRÃO</p> <p>Deve possuir o teclado em português (Brasil), Dispositivo de apontamento sensível ao toque (touchpad) com suporte à função multitoques;</p> <p>GABINETE</p> <p>O gabinete deve ser nas cores branco, preto ou prata,</p> <p>ENERGIA</p> <p>Deve possuir a fonte sendo bivolt (100V-240V) projetada para suportar o equipamento;</p> <p>SISTEMAS OPERACIONAIS</p> <p>O equipamento deve vir instalado com sistema operacional MS Windows 11 Pro.</p> <p>CERTIFICAÇÕES E SEGURANÇA</p> <p>O modelo ofertado deve possuir certificado da ANATEL e FCC;</p> <p>Todos os opcionais deverão ser homologados pelo fabricante do equipamento;</p>						
4	<p>LOCAÇÃO DE GABINETE DE RECARGA COM SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.</p> <p>Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção.</p> <p>CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO</p> <p>Deve possuir capacidade para armazenamento de, no mínimo trinta e seis (36) Chromebooks posicionados em compartimentos/balas verticais, com acesso exclusivo pela porta frontal;</p>	15750	UND	13	R\$ 401,19	R\$ 5.215,47	R\$ 62.585,64





<p>Deve possuir bandeja interna ou compartimento para armazenamento de ponto de acesso wifi, notebook e acessórios;</p> <p>CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS E FÍSICAS DO GABINETE</p> <p>O gabinete deve ser construído em chapa de aço carbono com espessura mínima de 0,90 mm e/ou chapa de material não metálico resistente e antichamas;</p> <p>Deve possuir bandejas horizontais internas construídas em chapa de aço carbono de no mínimo 0,70 mm de espessura e/ou chapa de material não metálico resistente e antichamas, com total de no mínimo trinta e seis posições/baixas vertical;</p> <p>Deve possuir bandejas e/ou compartimentos internos exclusivos para organização e armazenamento das fontes de alimentação dos chromebooks;</p> <p>O gabinete deve possuir no mínimo uma porta frontal e uma porta traseira, com sistema de dobradiças, construídas com chapa de aço carbono de espessura mínima de 0,90 mm e/ou chapa de material não metálico resistente, com aberturas/orifícios para melhorar a troca térmica interna;</p> <p>As portas e gaveta devem ter sistema de fechamento com ponto de travamento, com chaves;</p> <p>Deve incluir dais (2) pares de chaves:</p> <p>Os painéis laterais do gabinete devem ser construídos em peça inteiriça, encaixados/fixados internamente para evitar sua desmontagem pelo lado externo;</p> <p>Deve possuir acabamento de chapas e demais componentes metálicos em pintura eletrostática, resistente a riscos e a corrosão nas cores branca e/ou preta;</p>						
---	--	--	--	--	--	--





<p>Deve possuir quatro (4) rodízios emborrachados de no mínimo três polegadas de diâmetro para permitir a fácil movimentação do gabinete entre ambientes, com trava em pelo menos dois rodízios,</p> <p>Deve possuir dimensões externas máximas (aproximadas): 850mm x 1050 mm x 600 mm (largura x altura x profundidade) sendo aceita uma tolerância de 10% nas dimensões;</p> <p>Deve possuir no mínimo um puxador/alça lateral para facilitar o manuseio e deslocamento do gabinete.</p> <p>CARACTERÍSTICAS SISTEMA DE CARREGAMENTO</p> <p>Deve possuir sistema eletrônico modular de recarga para proporcionar alimentação simultânea dos equipamentos armazenados com indicadores do tipo LED ou similar para permitir visualização e acompanhamento do processo de recarga;</p> <p>O sistema de recarga deve ser instalado de modo independente das réguas de tomadas para permitir a sua retirada e substituição em poucos minutos, garantindo continuidade do funcionamento do gabinete eliminando a necessidade de envio do equipamento completo para manutenção externa.</p> <p>As réguas de tomadas devem ter instalação independente / separada, para facilitar substituição em caso de manutenção:</p> <p>CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA ELÉTRICO</p> <p>Deve possuir réguas de tomadas internas, com no mínimo 36 posições, tipo 2P+ T, em conformidade com a norma NBR14136, padrão 10ª;</p> <p>Deve possuir réguas com espaçamento mínimo de 30 mm entre as tomadas,</p>						
--	--	--	--	--	--	--





<p>suficiente para a ligação das fontes de alimentação dos chromebooks armazenados nos compartimentos vertical;</p> <p>Deve possuir régua de tomada adicional externa, com no mínimo duas posições, tipo 2P+T padrão 10A em conformidade com a norma NBR14136, energizada continuamente, para alimentação de equipamentos tais como: ponto de acesso wifi, notebook, projetor multimidia e acessórios;</p> <p>O acesso ao interruptor principal L/D e às réguas de tomadas deve ser feito pela porta dianteira e/ou traseira do gabinete, para evitar que pessoas não autorizadas possam desativar o sistema de recarga e/ou desconectar as fontes dos chromebooks;</p> <p>Deve possuir sistema de proteção elétrica integrada ao módulo central, composto de disjuntor rápido de no mínimo 15A e IDR (interruptor diferencial residual) com sensibilidade de 30mA contra surtos de tensão da rede e choque elétrico;</p> <p>Deve possuir calhas e/ou dutos para passagem interna de todos os cabos e fiação elétrica, garantindo segurança e proteção aos usuários;</p> <p>SISTEMA DE VENTILAÇÃO</p> <p>Deve possuir sistema de exaustão composto por aberturas / orifícios na estrutura do gabinete e no mínimo dois ventiladores / exaustores, para retirada do ar quente do interior do gabinete e manutenção da temperatura dos equipamentos em condições ideais de trabalho;</p> <p>CERTIFICAÇÕES E SEGURANÇA</p> <p>ABNT NBR 08094:1983 (Esta Norma prescreve o método para execução de ensaios de exposição à nevoa salina, em</p>						
--	--	--	--	--	--	--



<p>materiais metálicos revestidos e não revestidos).</p> <p>ABNT NBR ISSO 4628-3: 2015 (Grau de deformação em temperaturas).</p> <p>ISPR 22 (níveis de emissões eletromagnéticas).</p> <p>CISPR 24 (Imunidade a distúrbios eletromagnéticos).</p> <p>GERAL</p> <p>Deve possuir a alimentação elétrica através de um único cabo de alimentação com no mínimo 3m de comprimento e plugue tipo 2P+T padrão NRB14136, utilizando uma tomada comum na parede, sem necessidade de tomada especial ou modificação na infraestrutura elétrica. Porta cabo e/ou compartimento próprio para acondicionamento do cabo de alimentação;</p> <p>Deve possuir opção para instalação de conector tipo RJ45, para conexão à internet e redes Ethernet/LAN;</p> <p>Deve possuir alimentação: bivolt 110 V-240 V com chaveamento automático;</p> <p>Deve ter peso máximo (vazio): 65 Kg</p>						
---	--	--	--	--	--	--

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência.

1.2.2. O Edital da Licitação.

1.2.3. A Proposta do contratado.

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, com início na data da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A vigência será limitada ao prazo necessário para a execução completa do objeto e seu recebimento definitivo.

2.3. Não há previsão de prorrogação sucessiva.

2.4. Admite-se prorrogação por prazo determinado, mediante termo aditivo, nos termos do art. 109 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do art. 111.

2.5. Aplicam-se as restrições legais quanto à prorrogação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.1.2. Será encaminhado para a empresa juntamente com o pedido de empenho uma relação dos locais que vão utilizar os serviços com o nome da unidade e o endereço para que a entrega seja feita.

3.1.3. Após a solicitação, o fornecedor terá até 60 (sessenta) dias para concluir a entrega no local indicado.

3.1.4 É de responsabilidade da empresa contratada efetuar a instalação de todos os equipamentos e softwares nos locais indicados pela Secretaria de Educação, bem como se responsabilizar por toda e qualquer manutenção deles, sem custos adicionais ao município, inclusive troca de peças e/ou troca do equipamento quando necessário.

3.1.5 Após a entrega/instalação, a empresa contratada deverá efetuar o **treinamento dos servidores**, nas dependências da unidade escolar, em data e horário a ser definido de comum acordo com a Contratante.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

3.2 Os serviços serão prestados nas unidades e endereços apresentados a seguir:



ORDEM	UNIDADE/ESCOLA	ENDEREÇO	PROJETORES	CHROMEBOOK	NOTEBOOKS	GABINETE DE RECARGA
1	EMEF "ANTONIO MAURICIO"	Av. Getúlio Vargas, 351 - São Judas Tadeu.	1	30	1	1
2	EMEF "DR ALBERTO SENRA"	Rua Antônio Fantini, 254 - Jardim Ipanema	1	30	1	1
3	EMEF "CEL.FRANCISCO ARNALDO DA SILVA"	Avenida Milton Terra Verdi, 732, Jardim América	1	60	2	2
4	EMEF "PROF. IVONETE AMARAL DA SILVA ROSA"	Avenida Presidente Castelo Branco, 1081, Coester	1	60	2	2
5	EMEF "JOÃO GARCIA ANDREO"	Rua Francisco Arnaldo da Silva, 668, Bela Vista	1	30	1	1
6	EMEF "JOSÉ GASPAS RUAS"	Rua Adelfo Quaioti, 476, Jardim Rosa Amarela	1	30	1	1
7	EMEF "JOSÉ ZANTEDESCHI"	Rua Aldo Livorati, 3555, Jardim Residencial Benez	1	30	1	1
8	EMEF "KOEI ARAKAKI"	Avenida Rubens Padilha Meato, 783, Jardim Paraíso	1	60	2	2
9	EMEFA "MELVIN JONES"	Avenida Litério Grecco, 300, Vila São Bernardo	1	30	1	1
10	EMEF "PEDRO MALAVAZZI"	Rua Reinaldo Bertolini, 300, Cohab Antonio Brandini	1	30	1	1



11	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Rua Porto Alegre, nº 350, Jardim Santa Rita	1	0	0	0
SUBTOTAL			11	390	13	13

Garantia do Serviço

3.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.6. As comunicações entre a Prefeitura de Fernandópolis e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.7. A Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (Pedido de Empenho), a Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

3.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

3.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.15. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

3.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

3.19. Cabe ao gestor do contrato:

3.19.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

3.19.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.19.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.19.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.19.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC.

3.19.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.19.7. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA: DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **XXX,XX (XXX)**.

6. CLÁUSULA SEXTA: DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3(três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.11.1. O prazo de validade.

6.11.2. A data da emissão.

6.11.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.

6.11.4. O período respectivo de execução do contrato.

6.11.5. O valor a pagar.

6.11.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

6.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

6.14. A Administração deverá realizar consulta para:

6.14.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

6.14.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.15. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

6.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Setor Demandante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

6.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação de habilitação.

Prazo de Pagamento

6.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

Forma de Pagamento

6.21. Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

6.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento

6.26. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e não serão **reajustáveis** no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, datadas de 11/03/2026

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir do Contratado o integral cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato, no edital e em seus anexos.

8.3. Receber os serviços prestados no prazo, local, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência, observadas as regras de recebimento provisório e definitivo previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sempre que forem constatadas falhas, vícios, desconformidades técnicas, execução inadequada ou descumprimento dos parâmetros de qualidade, para que proceda, às suas expensas, à correção, reexecução ou complementação dos serviços.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Em caso de controvérsia sobre a execução dos serviços — quanto à qualidade, extensão ou conformidade — comunicar o Contratado para emissão da Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado no prazo, forma e condições previstas neste Contrato e no Termo de Referência, desde que atendidos os requisitos legais para a liquidação da despesa.

8.8. Aplicar ao Contratado as penalidades previstas na legislação e neste Contrato, quando cabíveis.

8.9. Notificar a Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC para adoção das medidas pertinentes sempre que houver descumprimento contratual.

8.10. Emitir decisão, de forma expressa e fundamentada, sobre todas as solicitações e reclamações do Contratado relacionadas à execução deste Contrato, excetuadas aquelas manifestamente impertinentes, protelatórias ou irrelevantes para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração decidirá sobre requerimentos no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do protocolo, admitida prorrogação motivada por igual período.

8.11. Responder a eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro formulados pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.12. Notificar os emitentes das garantias apresentadas pelo Contratado sobre a instauração de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual.

8.13. Comunicar ao Contratado quaisquer alterações decorrentes de determinação administrativa ou de ajustes necessários à adequada execução dos serviços, observados os limites e hipóteses previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, nem por danos causados a terceiros em razão de atos do Contratado, seus empregados, prepostos ou representantes.

9. CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da prestação adequada dos serviços, observados os prazos, especificações e condições estabelecidas.

9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo durante a execução contratual, especialmente para fins de comunicação e recebimento de notificações.

9.3. A Administração poderá recusar a indicação ou manutenção do preposto, desde que justificadamente, devendo o Contratado proceder à imediata substituição.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados.

- 9.5. Executar os serviços conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora, observando rigorosamente os parâmetros de qualidade, desempenho, segurança, normas técnicas aplicáveis e legislação pertinente.
- 9.6. Corrigir, refazer ou complementar, às suas expensas e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações contratadas, bem como sanar falhas, vícios, erros ou desconformidades constatadas.
- 9.7. Responder pelos danos decorrentes de serviços executados inadequadamente ou com falhas, nos termos do Código Civil, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não sendo afastada tal responsabilidade pela fiscalização exercida pelo Contratante. A Administração poderá descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, quando exigida, os valores correspondentes aos danos apurados.
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou de agente que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.9. Quando não for possível à Administração verificar eletronicamente a regularidade do contratado, este deverá apresentar ao setor responsável pela fiscalização os documentos exigidos no Termo de Referência, devidamente válidos e atualizados durante toda a vigência contratual.
- 9.10. Manter a regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e demais condições exigidas na fase de habilitação durante toda a vigência contratual, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento das obrigações contratadas, especialmente caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.
- 9.12. Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela Administração, garantindo pleno acesso aos documentos essenciais relacionados à execução dos serviços.
- 9.13. Suspender a execução dos serviços quando houver determinação expressa do Contratante, especialmente quando houver risco de execução em desconformidade ou potencial de causar prejuízo à Administração.

- 9.14. Responder pela integridade dos serviços até seu efetivo recebimento pela Administração, suportando integralmente eventuais prejuízos decorrentes de falha executiva, erro técnico, má prestação ou descumprimento das obrigações contratuais.
- 9.15. Fornecer todos os recursos humanos, materiais, equipamentos e meios necessários à adequada execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência.
- 9.16. Submeter previamente ao Contratante, por escrito, qualquer solicitação de alteração de metodologia, técnica, procedimento ou especificação, devidamente justificada, ficando sua aceitação condicionada à avaliação técnica e autorização formal da Administração.
- 9.17. Não utilizar mão de obra em desconformidade com a legislação trabalhista, especialmente quanto à proibição de trabalho infantil e ao cumprimento das normas de saúde e segurança.
- 9.18. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, conforme art. 55, XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.19. Cumprir a legislação referente à reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.20. Comprovar, quando solicitado pelo fiscal do contrato, a efetiva observância das reservas de vagas previstas em lei, mediante apresentação dos documentos pertinentes.
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações, documentos, dados ou acessos obtidos em razão da execução contratual, respondendo civil e penalmente por eventual divulgação indevida.
- 9.22. Arcar com eventuais ônus decorrentes de erro na formulação de sua proposta, especialmente quanto ao dimensionamento dos custos e quantitativos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas, exceto nas hipóteses do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.23. Cumprir todas as normas legais vigentes, bem como regras de segurança, proteção ao patrimônio público e procedimentos definidos pelo Contratante para execução dos serviços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

10.1. Somente serão divulgados os dados pessoais que sejam imprescindíveis ao interesse público, assim entendido como aquele que atende ao direito fundamental consagrado no inciso XXXIII do artigo 5º, conjugado com o artigo 37 da Constituição, ou seja, aquilo que é necessário e indispensável para o controle social da transparência pública.

10.2. No inciso V do art. 7º da LGPD há hipótese específica de tratamento de dados pessoais quando necessário à execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.

10.3. O consentimento específico do titular é tácito, nesses casos, em decorrência da autonomia da vontade expressa no momento da realização do instrumento contratual, ou seja, não sendo necessária nova previsão expressa para o tratamento decorrente do ato (art. 7º, inciso V, da LGPD).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida da contratada a prestação de garantia de contratação, nos termos dos arts. 96 a 101 da Lei nº 14.133/2021, com vigência durante todo o período de execução contratual e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.

11.2. A contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, conforme legislação aplicável.

II – Seguro-garantia, inclusive nas modalidades admitidas pela legislação vigente.

III – Fiança bancária.

IV – Título de capitalização, observado o disposto na regulamentação pertinente.

11.3. O valor da garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, devendo ser apresentada no prazo fixado pela Administração após a assinatura do contrato.

11.4. A não apresentação da garantia no prazo estabelecido caracteriza descumprimento contratual, ensejando a aplicação das penalidades cabíveis e podendo impedir o início da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

12.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando houver.

12.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

12.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

12.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

12.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

12.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa na plataforma que ocorreu a licitação.

12.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados na plataforma que ocorreu a licitação serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

12.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

12.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica

sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

12.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações assumidas por ambas as partes, ainda que tal ocorra antes do término do prazo de vigência.

13.2. Caso as obrigações não sejam cumpridas no prazo contratual, a vigência poderá ser prorrogada exclusivamente para fins de conclusão do fornecimento, quando houver interesse da Administração e desde que presentes os requisitos legais para prorrogação.

13.3. Quando a não conclusão do fornecimento decorrer de culpa do Contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas em lei e neste contrato.

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legais cabíveis para assegurar a continuidade do atendimento da necessidade administrativa, inclusive mediante contratação de remanescente, nova licitação ou outro meio admitido em lei.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações ou antes do término da vigência, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesses casos, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.4.2. A alteração social, transformação societária ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa não implicará extinção contratual se não comprometer sua capacidade de cumprir o objeto contratado.

13.4.2.1. Havendo mudança da pessoa jurídica contratada, a alteração subjetiva deverá ser formalizada mediante termo aditivo, observados os requisitos legais.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e dos valores ainda devidos.

13.5.3. Apuração de eventuais indenizações, multas ou recomposições devidas.

13.6. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido durante sua execução, hipótese em que poderá ser concedida indenização mediante termo indenizatório, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha atuado na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do Município, consignados no Orçamento Geral vigente, devidamente aprovados pela Lei Orçamentária nº 5.683/2025, conforme classificação orçamentária abaixo descrita:

Órgão/Unidade:

EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Programa/Projeto/Atividade:

MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTA

Natureza da Despesa:

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da Prefeitura de Fernandópolis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Fernandópolis, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Fernandópolis-SP, de de 20....

XXXXXX

Contratante

XXXXXX

Contratada



TESTEMUNHAS:

1. xxxx

2. xxxx





MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDOPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

9D194253E24C4E039DFEA556E6E87773

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/9D194253E24C4E039DFEA556E6E87773>